



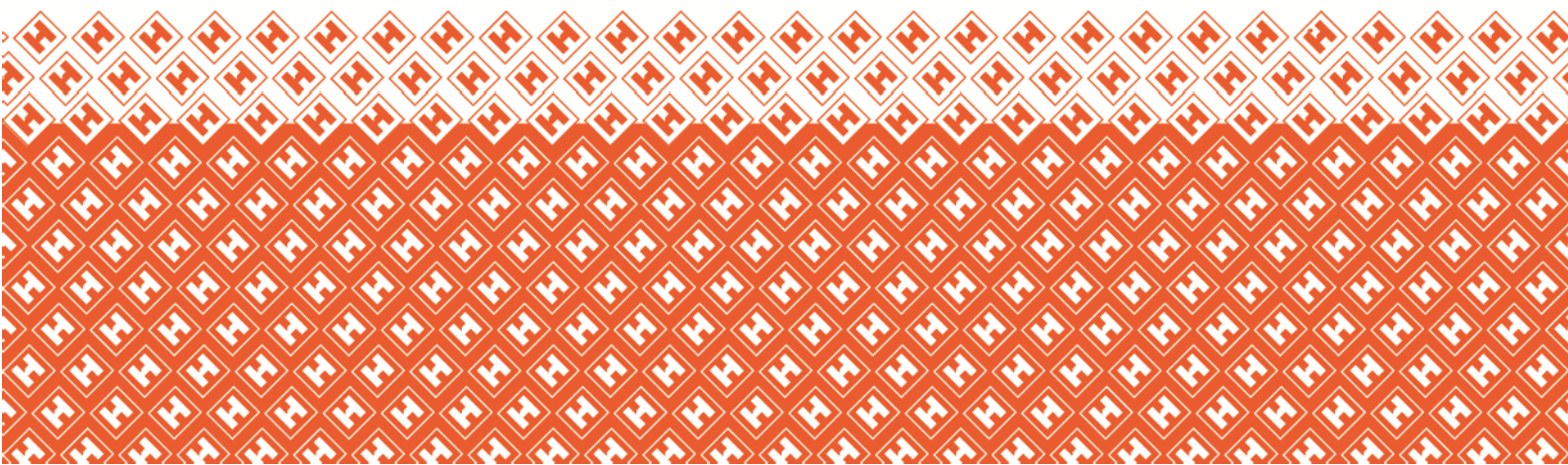
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

QUEDMA CRISTINA SANTOS CARVALHO

**As mulheres dos Sertões da Bahia em Revista: uma proposta didática para
o Ensino Médio**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
Novembro/ 2025



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – ESB
Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/UESB

Quedma Cristina Santos Carvalho

**As mulheres dos Sertões da Bahia em Revista: uma proposta didática para
o Ensino Médio**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientadora: Dra.: Maria Cristina Dantas Pina

Vitória da Conquista – Bahia
Novembro/2025

Carvalho, Quedma Cristina Santos.

As mulheres dos Sertões da Bahia em revista: uma proposta didática para 2ª série do Ensino Médio /Orientadora: Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo - Vitória da Conquista, 2025. . Número total de folhas f.

Dissertação ou tese (Mestrado Profissional em Ensino de História. ProfHistória/Uesb). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ano 2025.

1.Consciência Histórica; 2. Sertões da Bahia; 3. Didática Reconstrutivista I. IVO, Isnara Pereira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de História. ProfHistória/Uesb. III. T.

FOLHA DE APROVAÇÃO

QUEDMA CRISTINA SANTOS CARVALHO

AS MULHERES DOS SERTÕES DA BAHIA EM REVISTA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Banca Examinadora

Profa. Dra.: Maria Cristina Dantas Pina
Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia – UESB / ProfHistória

Ass.: _____

Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia – UESB / ProfHistória

Ass.: _____

Profa. Dra. Célia Santana Silva
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Ass.: _____

Data da aprovação: 07 de Novembro de 2025.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos diversos grupos de mulheres, que mesmo reduzidas ou invisibilizadas pela historiografia tradicional, que as classificavam como inferiores, mediante ao normalizador do pensamento hierarquizado, ainda ecoam nas estruturas e nos inconscientes sociais. As mulheres são canais pelos quais podemos vislumbrar, analisar e compreender contextualmente as formas de agir, de resistir, de labutar e de viver nos sertões da Bahia do final do século XVII até o século XIX (recorte espacial e temporal).

Esta interpretação da ampliação dos protagonismos dos sujeitos históricos tem se fortalecido na contemporaneidade, rompendo com as velhas estruturas do pensamento social e não de forma romantizada, idílica do agir feminino. O novo pensamento salienta a força e a importância das ações femininas ao longo do tempo, sejam elas internacionalizadas ou não, que impactaram e foram fundamentais em todos os processos históricos das sociedades. As mulheres nunca tiveram apenas uma versão homogênea, pois, assim como os homens, elas são múltiplas e contraditórias - algozes e heroínas, agentes complexos da historicidade.

As mulheres, especialmente às dos sertões da Bahia, que antigamente eram enunciadas como coadjuvantes do agir e decisões dos homens. Agora são vistas e narradas por um novo prisma de interpretação, que as ateste como sujeitos históricos - ativas e fontes pertinentes, às análises dos diversos papéis que desempenharam nos espaços sociais e suas contribuições relevantes na formação, manutenção e nas transformações da comunidade, na qual fizeram parte.

Em especial, ousou dedicar a duas mulheres simples e desconhecidas, que viveram no Alto Sertão Bahia, mas de enorme importância na minha vida. In memoriam refiro-me, primeiramente, à minha avó materna: Josefa Ramos de Moraes, nascida em 1930 em Palmeiras dos Índios em Alagoas, de descendência indígena, que, semelhante a muitas mulheres da época, no percurso de vida teve que se reinventar inúmeras vezes, devido às intempéries do viver no sertão. Foi casada duas vezes, mãe de 15 filhos, analfabeta aprendeu a ler sozinha na velhice, quando ansiava pelas leituras da Bíblia. O seu sustento e de alguns dos seus, veio das costuras e apesar das muitas tormentas e algumas delas ser responsável, envelheceu com parte de seus filhos e filhas a sua volta e partiu “Zefinha” em 2014, sendo sinônimos de generosidade e reconciliação.

A outra é a minha avó paterna, Ana Maria Fernandes, mãe de 11 filhos, tinha olhos de duas cores, um verde e outro azul, sua aparência era de traços grossos, que se equilibravam com a vaidade de gostos florais vibrantes, foi uma mulher guerreira, costureira, feirante e às vezes até parteira, inclusive me auxiliou a vir ao mundo, já que o médico tinha ido tirar um cochilo. A força dela era impressionante! Num tempo de escassez de vagas escolares, articulou para que algumas de suas filhas estudassem. A “dona Lora”, como ficou conhecida na feira de Guanambi e das cidades circunvizinhas, envelheceu e se afastou das labutas nos espaços das feiras, e com apoio dos seus filhos o seu lidar ficou mais restrito o lar e vira e mexe fazia colcha de retalhos para vender para seus próprios filhos e netos e netas, se bem que muitas vezes dava como presente aos mesmos. Afastada e aposentada, partiu em 2022, sendo sinônimo de persistência e força.

E por fim, rendo respeitosamente os meus agradecimentos e a dedicação singela desta dissertação à professora doutora (in memoriam): Isnara Pereira Ivo, que se atreveu a sair tão prematuramente da vida. Sua contribuição foi fundamental não apenas na produção deste texto, como também na minha vida profissional, pois utilizei alguns fragmentos de seus textos nas aulas, que ministrou de história. Espero que a senhora (in memoriam) receba com carinho a petulante dedicatória. Muito obrigada professora!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Ademar Fernandes Carvalho e Tereza Cristina Santos Carvalho, que mesmo diante das dificuldades, sobretudo das suas crenças limitantes e as asperezas das suas experiências de vida, ofertaram o melhor que possuíam. Aos meus irmãos, Aldemar Moises Santos Carvalho e Abraão Lincoln Santos Carvalho e suas respectivas esposas: Suely da Silva Souza Carvalho e Franciele Ferreira Santos Carvalho, as minhas duas lindas e carinhosas sobrinhas: Hemilly Ketilly Santos Carvalho e Lara Evellyn Santos Carvalho, meu sobrinho emprestado Samuel Teixeira casado com Hemilly e meu sobrinho Jordan e sobrinho neto Bernardo Samuel.

Agradeço pelo apoio da turma do mestrado de 2023 da UESB, colegas com os quais compartilhei diversas experiências e deles tive muitos acolhimentos e apoio. Sendo a maioria da turma de cidades distintas, entendemos os obstáculos das longas jornadas da estrada.

Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Dra. Isnara Pereira Ivo, (in memoriam) que pacientemente por diversas vezes estendeu a sua mão e guiou-me nas primeiras partes dessa tortuosa escrita. Eu sei que fui aquém dos seus pupilos, mas mesmo assim me manteve em seu “hall” de orientando até o inesperado dia da sua partida.

Agradeço imensamente à minha nova orientadora, Maria Cristina Dantas Pina, que foi surpreendida com o desafio de me acolher e direcionar nessa última etapa do percurso. Gentilmente amparou as terríveis arestas e finalizou a produção, mesmo pertencendo a uma linha de pesquisa distinta. Quero dizer que, com seu gesto, aprendo para além da pesquisa. Aprendi a comprometer-me em buscar um caminho de convergência e, sem perder a identidade, aprendi a portar-me com qualidade e respeito diante do inesperado da vida profissional.

E por derradeiro meu agradecimento especial à espiritualidade, a qual eu entendo como a Santíssima Trindade. Creio, não por prova material, mas porque a sinto pela fé. Em cada momento de escuridão, nas inúmeras vezes em que me senti incompetente e imerecedora, foi a contemplação na adoração — que brotava de meu coração e mente — que me permitiu repousar e fortalecer meu ser no amor profundo de Deus. Obrigada, meu Senhor, por ser um Deus tão poderoso e ainda assim se importar comigo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as contribuições das historiografias recentes selecionadas sobre as ações das mulheres nos sertões da Bahia nos séculos XVIII e XIX e apresentar uma proposta didática para o ensino de História com base na aula histórica (SCHMIDT, 2020) para professores de História do Ensino Médio, mediante a elaboração de uma revista digital. Além de contemplar as exigências dos documentos normatizadores da educação em relação aos objetos de conhecimentos da grade curricular, aprecia o recorte das Relações de Gênero e Sexualidade, que é parte dos temas integradores do Documento Curricular Referencial da Bahia 2022 – DCRB-2022, ao ressaltar as mulheres como sujeitos históricos compatíveis, como meio de estudo para construção de conhecimento histórico e ensino de história para os estudantes do Ensino Médio. Identificar, apreciar e contextualizar as análises narrativas sobre as mulheres, nos grandes clássicos, que as descrevem, em sua maior parte de forma: subordinadas, estereotipadas e generalistas. Em contraposição, as historiografias recentes propõem análises narrativas mais específicas de grupos e espaços, destacando as singularidades e diversidades, ao abordarem as formas de viver e trabalhar das mulheres nos sertões de Cima e da Ressaca. A proposta de solução mediadora da aprendizagem é uma revista digital, com o objetivo de divulgar aos professores de história os conhecimentos históricos, os quais podem servir como ponte de reflexões e análises sobre as carências atuais em relação à temática de gênero no ensino de história nos Sertões da Bahia.

Palavras-chave: Mulheres, Sertões da Bahia, Didática Reonstrutivista da História, Ensino de História, Historiografia local.

ABSTRACT

The present study aims to identify the contributions of selected recent historiographies on the actions of women in the hinterlands of Bahia during the 18th and 19th (XVIII e XIX) centuries and to present a didactic proposal for History teaching based on the concept of the *historical lesson* (SCHMIDT, 2020), intended for high school History teachers through the development of a digital magazine. In addition to meeting the requirements of educational regulatory documents regarding the curricular knowledge framework, this study addresses the theme of Gender and Sexuality Relations, one of the integrating themes of the *Bahia Referential Curricular Document 2022* (DCRB-2022). It emphasizes women as legitimate historical subjects, serving as a means to foster the construction of historical knowledge and the teaching of History for high school students. The study seeks to identify, appreciate, and contextualize narrative analyses about women found in classical historiographical works, which mostly portray them as subordinate, stereotyped, and generalized figures. In contrast, recent historiographies offer more specific narrative analyses focused on particular groups and contexts, highlighting the singularities and diversities in the ways women lived and worked in the *Sertões de Cima* and *Sertões da Ressaca*. As a mediating learning solution, this study proposes the creation of a digital magazine aimed at disseminating historical knowledge to History teachers. This resource is intended to serve as a platform for reflection and analysis on the current gaps concerning gender issues in the teaching of History in the hinterlands of Bahia.

Keywords: Women, Hinterlands of Bahia, Reconstructivist Didactics of History, History Teaching, Local Historiography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ana Pimentel governou a capitania de São Vicente.....	64
Figura 2 – Mapa distância entre São Vicente e Piratinga nos séculos iniciais do período colonial brasileiro	64
Figura 3 – Mulheres paulistanas do século XX trabalhando nos ofícios herdados pelas suas ancestrais.....	64
Figura 4 – Território do Sertão da Ressaca - Centro Sul da Bahia: estradas e aldeamentos criados por João Gonçalves da Costa entre 1750 e 1819.	76
Figura 5 – Sertão de Cima, área geral - e as demarcações posteriormente (séculos XVIII e XIX)	77
Figura 6 – Mapa das passagens das tropas de homens e mulheres de caminhos descrito em Ivo (2012) - os sertões da Bahia e o Sertão de Minas em Minas Gerais.....	84
Figura 7 – Mapa do percurso familiar de Ana Francisca da Silva Ribeiro (2019).....	88

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1 - As mulheres na historiografia tradicional.....	68
Tabela 1 – Tabela de Ivo (2012) – “Mulheres de caminho”	80
Tabela 2 – Mulheres de Caminhos – transitar nos sertões de Minas Gerais e da Bahia.....	86
Tabela 3 – Tabela profissões evidenciando trabalho direcionado às escravas.....	93
Tabela 4 – Escravos alforriados (gênero e idade), Rio de Contas – 1870-1888.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CAPÍTULO 1 - ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	21
1.1 A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA – A FORMA DE INTERPRETAÇÕES E AS TIPOLOGIAS.....	26
1.2 AS NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS, AS MULHERES E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA	32
1.2.1 - Mulheres: um recorte histórico viável para o ensino de história.....	33
1.3 A DIDÁTICA E SEUS CONCEITOS.....	36
1.4 A DIDÁTICA RECONSTRUTIVISTA E O DCRB /2022	43
2 CAPÍTULO 2 - O SERTÃO E AS MULHERES NAS HISTORIOGRAFIAS - EXEMPLOS EM ABREU E HOLANDA	49
2.1 CAPISTRANO DE ABREU - AS POUCAS PRESENÇAS E MUITAS AUSÊNCIAS DAS MULHERES.....	52
2.2 AS MULHERES EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.....	60
3 OS RELATOS SOBRES AS MULHERES NOS SERTÕES DA BAHIA NAS NOVAS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS.	72
3.1 OS SERTÕES DA BAHIA NAS NOVAS HISTORIOGRAFIAS	74
3.2 AS MULHERES E SUAS FORMAS E VIVER E TRABALHAR NOS SERTÕES DE CIMA E DA RESSACA....	78
3.3 AS DIFERENTES MULHERES NOS SERTÕES DA BAHIA NARRADAS EM IVO (2012) E RIBEIRO (2019).....	83
3.4 FRAGMENTOS DE VIDA DAS MULHERES NOS SERTÕES BAIANO DO SÉCULO XIX NA ANÁLISE DE NEVES (2012) E PIRES (2010).....	91
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE – A REVISTA.....	111

INTRODUÇÃO

O recorte temático sobre as mulheres tem sido recorrente nas pesquisas atuais, pois investigá-las nos conduz às complexidades das relações humanas, especialmente em contextos históricos em que foram tratadas como sujeitos coadjuvantes ou meramente ilustrativos das ações masculinas. As múltiplas formas de construção das relações femininas permitem refletir sobre trajetórias sinuosas e silenciadas, revelando um passado diverso e complexo, que rompe com leituras homogêneas e lineares. Trabalhar o passado a partir das mulheres, com estudantes, é provocar desconforto, romper com a passividade e compreender como nossas configurações sociais atuais e seus desafios são historicamente construídos.

Bem antes de ser professora de história, sou um sujeito social com formação inicial tradicional e conservadora não só pela criação dos meus pais, que me criou para ser uma mulher submissa emocional e financeiramente, além de acreditar que a liderança masculina seria inquestionável. Tal padrão é reforçado pela formação de conhecimentos religiosos, na linha da minha formação espiritual, protestante Batista Filadélfia entre as décadas de 80 e 90 do século XX. Mas não tão diferente disso a visão apresentada na escola do primário até o ensino médio alimentava ainda mais a visão tradicional, exceto com algumas raras figuras de docentes, que rompiam com essa linha de pensamento e provocavam reflexões com questionamentos, a partir de nossas realidades políticas e econômicas.

Na universidade, no campus VI da UNEB, ainda diante de uma grade curricular tradicional, eurocêntrica e de discurso sudestino, provocativa e reflexões se tornaram mais constantes. E perante as publicações de pesquisas e participações dos eventos socialização de produções de trabalhos, inevitavelmente repensar no tipo de história apresentar em sala de aula tornou-se uma reflexão constante, sendo, portanto, necessário romper com as estruturas tradicionais e conservadoras, e o desejo do estudo a partir do local um objetivo.

Mas depois de formada em janeiro de 2008, salvo em pequenas substituições, a minha ação como professora de História se deu em 2012 e lá até o acesso ao mestrado em 2023 foram os pensadores pedagogos (muitas vezes de correntes diferentes, mas convergentes em acreditar no pensamento autônomo dos estudantes) moldava a minha prática de professora de História. Sempre senti falta de pensar a didática da história pelo próprio viés. Então, os diálogos com proposições de Rüsen, principalmente na perspectiva apresentada por Schmidt, mesmo que pareçam desnecessários, confusos, superados e outras tantas impressões, foram para mim viabilizadores, principalmente em provocar a qualificação e o desenvolvimento da Consciência Histórica dos estudantes. A minha prática tornou-se mais observadora, atenta,

comprometida, paciente e compreensível na construção do saber histórico do estudante com o qual eu trabalho em parceria.

Por isso, a minha preocupação em trabalhar a temática das mulheres articulada à história local com minhas turmas nasce do compromisso em promover a construção de um pensamento histórico mais complexo, sensível às múltiplas vozes e experiências que constituem o passado. Ao aproximar as trajetórias femininas do cotidiano e do território vivido pelos estudantes, busco romper com narrativas generalizantes e lineares, criando condições para que eles compreendam a história como um campo de disputas, silêncios e interpretações. Essa abordagem tem como objetivo instrumentalizar os estudantes para desenvolverem um pensar histórico crítico, capaz de reconhecer subjetividades, questionar ausências e atribuir novos sentidos ao passado, fortalecendo a leitura do presente e a compreensão de si mesmos como sujeitos históricos.

Neste sentido, esta dissertação tem como objeto de pesquisa a investigação das percepções das trajetórias femininas nas historiografias selecionadas: Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2010), as quais se referem aos períodos do Brasil colônia e império entre os séculos XVIII e XIX, tendo o recorte espacial, sobretudo as regiões sertões da Bahia: o Sertão de Cima e o Sertão da Bahia. Tem o propósito de apresentar aos professores historiadores, em especial aos que ministram as aulas de História do Ensino Médio, uma revista digital, no intuito de enfatizar as mulheres dos altos sertões da Bahia, como sujeitos históricos ativos, mediante as narrativas historiográficas fundamentadas nos critérios da racionalidade histórica. E propiciar os conhecimentos históricos selecionados, como recursos da Didática Histórica Reconstrutivista na construção do saber histórico em sala de aula.

Foram feitas algumas análises das imposições normativas aos professores de história atuantes na 2ª série do Ensino Médio da Educação Básica, da Bahia, sob os princípios e orientações educacionais descritos pelo Documento Curricular Referencial da Bahia de 2022 (doravante, DCRB-2022), cujas instruções teóricas produzidas e impositivas são informadas, já na semana da jornada pedagógica das Unidades de Ensino, no início de cada ano letivo, pela Secretaria da Educação da Bahia (SEC-BA). Segundo a SEC-BA, a instrumentalização e qualificação dos professores devem se basear para fomentar a catarse estudantil, a partir dos processos da síntese do conhecimento científico aprimorar e aprofundar a aprendizagem, além de atuarem com protagonismo na vida prática social.

O que se propõe inicialmente nesta dissertação é repensar as possíveis manifestações das consciências históricas, que, segundo Rüsen (2001), é inerente a todos os homens a

capacidade de ler e interpretar as informações ao seu redor. Influenciando diretamente em como os alunos entendem e reproduzem as informações históricas, assim, como podem modificar e ou aprofundar e qualificá-la, transformando as informações em conhecimento e concomitantemente em saber histórico após a aprendizagem.

Dessa forma, atenta-se nas abordagens dos objetos de conhecimentos propostos nos currículos da DCRB -2022, os quais são indicados pela estrutura da reforma homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) de 2018 para o Ensino Médio. É importante que o professor historiador dos objetos de conhecimentos seja um tipo de organizador na construção do pensamento histórico. Garcia (2007) orienta a perceber os objetos de conhecimentos, como ideias substantivas, na apreensão das temporalidades e sentidos iniciais, articulando-se para estabelecer e executar estratégias que evidenciem a metacognição numa consciência histórica, que permita compreender as complexidades dos contextos históricos e em relação às carências atuais das realidades dos estudantes. Por isso, a necessidade de pensar os seguintes conceitos: Consciência Histórica, a Didática Histórica que se propõe - a Didática Reconstitutivista e a Cultura Escolar

As formas e os meios de interpretações como os eventos passados lidos e interpretados construídos podem ser o tipo de interpretação que mais sobressai da cultura escolar, pois esta pode ser entendida como uma categoria conflituosa em que os ambientes considerados informais de educação, exteriores ao ambiente escolar, exercem força nas percepções a estruturas do ensino. A Consciência Histórica, que segundo Rüsen (2001), é pertencente a todos os seres humanos, é a capacidade humana de atribuir ao passado o status a partir de um “quadro de referência da vida prática atual” (Rüsen, 2001 p. 77) e esta não se dá de forma homogênea.

Os discursos presentes nas narrativas históricas são compatíveis com as habilidades e competências que articulam das estruturas de compreensões das dimensões do tempo e sentidos, devidamente compatíveis com a tipologia da Consciência Histórica. Principalmente, identificar nas produções historiográficas as experiências históricas, as maneiras pelas quais narram as ações femininas seja num panorama geral como também local. É preciso saber se os discursos as descrevem, numa linha generalista, submissa, de forma complementar, ou se evidenciam as diversidades, o protagonismo e as conexões das ações femininas como parte do processo histórico e incentivam a aprendizagem de história de maneira conectada e dialogada.

Propondo assim, via Schmidt (2021a), um viés de compreensão da aprendizagem histórica para os alunos da Educação Básica, deve ser percebido através dos mecanismos adotados pelo estudante de forma consciente das informações históricas. Ao construir o

pensamento histórico, considerando as estruturas da cognição histórica, através de análises das dimensões dos tempos, espaços e sentidos diante da interpretação da reconstrução de um passado narrado que leve em conta argumentos que refletem a forma pela qual se entende a História por meio da razão histórica.

A Didática Histórica é um campo que instrumentaliza o professor de História na Educação Básica, pois ao apresentar as investigações sobre o passado não está dissociado do presente e muito menos sem utilizações das ações futuras dos alunos, ao reconstruir o passado o faz buscando a compreender e a ter qualidade nas estruturas dos conhecimentos históricos e saberes históricos, que possibilitam e potencializam os desenvolvimentos de habilidades e competências, que ajude o aluno a lidar com o tempo presente e a ter mais clareza nas tomadas de decisões, numa esfera tanto pessoal, quanto a de sujeito de impacto na sociedade. Como afirma Cardoso (2008), a Didática História é algo muito amplo, que transcende o meio escolar, que mediante o conhecimento histórico manifesta em outras partes, nos quais também se aprende sobre a História, estando permeado e manifestado na cultura histórica dos mais diversos espaços, que comunicam e dialogam mediante a tipologia da consciência histórica, que estabelecem em seus discursos, que estão para além dos muros escolares e, portanto, o saber histórico dos estudantes deve ser apto para interpretações da cultura e da consciência.

Na Educação Histórica compreende-se, portanto, que o ensino de história deve considerar não apenas os espaços da aprendizagem da história e a persuasão sobre a formação do conhecimento histórico, que podem e são feitos pelos mais variados meios. É preciso também entender a importância de todos os sujeitos envolvidos nessa construção, por isso em relação a todos os sujeitos a recomendação de “valorizar o sujeito, a sua subjetividade, seus saberes, seu cotidiano, sua cultura e suas experiências” (Ramos e Cainelli, 2015, p.16) que a ela constrói. Ou seja, a didática da história, do aprender e ensinar a história como utilidade social, do conhecimento com utilidade de potencializar ao estudante como protagonistas conscientes do quanto a sua formação enquanto indivíduo e sujeito social.

Sendo assim, apresentada por Schmidt (2020 online) a Didática Reconstitutivista, que segundo a interpretação de Pina e Silva (2020), tem como o objetivo:

[...] encontra-se a categoria sentido, em específico a atribuição de sentido pela narrativa histórica. Neste ponto, percebe-se que a proposta articulada pela pesquisadora leva em consideração que historiadores-professores necessitam articular todos os elementos categoriais da Matriz, não para realizar uma transposição didática dos conteúdos acadêmicos de História, mas para atuarem a partir da *reconstrução* do passado pela perspectiva do método histórico (Pina e Silva, 2020, p. 232-233).

Nela se alicerçam as proposituras, em que os pensamentos históricos devem ser articulados às estruturas semelhantemente ao dialogismo de Bakhtin na construção do saber histórico, salientando as diversidades dos discursos, da parcialidade, ciente dos contextos e dos interlocutores. Schmidt (2021) lembra que a preocupação com a aplicabilidade prática da aprendizagem histórica deve ser considerada desde o início, com o objetivo de promover a ampliação, aprofundamento qualificado da Consciência Histórica do aluno.

Em contraponto, os professores historiadores da Educação Básica da Bahia precisam lidar e se utilizarem do documento norteador, que tem um discurso contraditório, o DCRB 2022, pois se trata de uma mistura conflituosa de pensamentos teóricos. As propostas, repletas de contrações, revelam um caráter da ideologia neoliberal, como a disciplina de História com carga horária reduzida, fragmentada e misturada com outros saberes em itinerários, apresentados sob títulos, que conduz ao descrédito e simplificações das reflexões dos saberes históricos. Por outro lado, também apresenta uma perspectiva freireana numa concepção social e emancipadora, com intencionalidade de refletir sobre as diversidades dos sujeitos sociais e a valorização de eixos norteadores comprometidos com questões históricas sociais como: gênero, diversidade e direitos humanos.

Outro ponto deste trabalho são as identificações das análises das trajetórias das mulheres ao longo dos séculos XVIII e XIX no Brasil colônia e império, sobretudo nos espaços dos sertões da Bahia. Perceber as mulheres como o recorte da categoria do sujeito histórico, e as formas que são narradas nos registros de historiografias selecionadas, sejam nos clássicos ou as recentes, possibilita enxergar como as estruturas da cultura histórica e consciências históricas presentes nas obras escolhidas. Entendendo-as dentro do contexto histórico de produção de cada uma e, assim, constatar os elementos das tipologias da consciência histórica presentes nos discursos das narrativas históricas.

E desse modo, verificar as arguições em que as mesmas espelham sobre os comportamentos e as trajetórias de vidas das mulheres. Contemplar as formas em que as mulheres são descritas nas cinco obras clássicas eleitas da historiografia brasileira dos historiadores: Capistrano de Abreu (2014, 1930 e 1998) e Holanda (1995 e 1975), considerando que se trata de obras escritas originalmente dos anos finais do século XIX e a maioria na primeira parte do século XX, além de diferentes edições lançadas no século XX e início do século XXI.

Indubitavelmente, esses autores contribuíram e ainda contribuem nas construções de matérias didáticas, formações dos professores de História, seja formação inicial do professor historiador, durante a sua graduação de licenciatura plena em História, seja em algumas

formações continuadas. Nesses cinco clássicos são perceptíveis as estruturas da historiografia tradicional, pois os discursos dos textos divulgam os elementos próprios das tipologias das consciências históricas: tradicional e exemplificado, apesar de Holanda apresentar elementos mais sofisticados textuais, ultrapassando em partes dos textos as estruturas tradicionais e exemplares. Em geral, os discursos narrativísticos, sobretudo, em relação às mulheres, apresentam os traços de comunicação generalista, contínua e principalmente, de uma ideia evolucionista em Abreu.

Os clássicos observados de Capistrano de Abreu são as obras das edições impressas e de livre circulação na internet, sendo as de 2014, 1930 e 1998. É preciso evidenciar que Abreu foi um historiador do século XIX, inquestionavelmente tem inúmeras conquistas como contribuição historiográfica, mas pouquíssimas delas podem ser atreladas ao aporte às trajetórias femininas na historiografia brasileira. Ao debruçar nas narrativas de Abreu (2014, 1930 e 1998), em relação ao atuar e a presença feminina, durante a formação das populações da colônia portuguesa, não são aprofundadas. As argumentações relacionadas às mulheres, geralmente consistem em relação à miscigenação na formação geral do povo brasileiro e uma visão de civilidade com pouco destrinchamento nos comportamentos e do agir feminino.

Já nas obras de Holanda (1995 e 1975), o uso da metodologia comparativa, cuja análise perpassa pela projeção de um tipo ideal de inspiração weberiana, traz uma aguçar e potencializações nas observações do agir feminino, principalmente por atentar a grupo considerado, no momento histórico da produção da pesquisa realizada por Holanda, como inviáveis a análises. As mulheres indígenas, investigadas por Holanda (1975), em especial as redeiras identificadas como sujeitos históricos eram comumente consideradas inviáveis, porém estes as percebem como objeto de investigação para caracterização na formação do povo brasileiro.

Notadamente, os clássicos de Holanda (1995 e 1975) ainda adotam no seu discurso comparativo a generalização das ações femininas das descendentes das diferentes culturas indígenas. Mesmo considerando paralelos de culturas indígenas de regiões diferentes, as enquadram e salientam as percepções das semelhanças e dar em seus discursos narrativos à figura dos portugueses o protagonismo na formação do povo brasileiro: “Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (Holanda, 1995, p. 40). Podendo assim perceber nesse discurso o império da percepção da consciência histórica do tipo exemplar, que mantém uma percepção mais simplificada, não considerando as subjetividades, mas moldando as variações a um modelo

ideal de análises, da atribuição do pensamento de caráter evolucionista progressiva e visão do modelo de padrões.

As preciosas análises em Holanda (1995 e 1995) sobre o gênero feminino são relevantes para percepções das variabilidades, do crescimento de diferenciações dos sujeitos e do seu atuar. A narrativa empregada pelo autor nas suas obras historiográficas é, sem dúvidas, um passo além, entretanto, em Holanda (1995) o espaço dedicado a notar as mulheres é simplório, pois há pouquíssimas referências, muitas delas são praticamente citações ou simples constatações, que enfatizam, sobretudo, as mulheres brancas de elite. Diferentemente, Holanda (1975), há um debruçar, um espaço privilegiado de investigação de um objeto de pesquisa, ligado à padronização da contribuição indígena e ao silenciamento das mulheres negras.

O clássico de Holanda (1975), em que destaca as tecelãs de descendências indígenas como agente motor da tecelagem brasileira, não as percebe como sujeitas de miscigenadas da cultura negra, no máximo considera a inserção da cultura portuguesa ou até de outra contribuição europeia. O discurso presente na sua obra é de prioridade de percepção de semelhanças e anulação das diferenças e estabelecimento de um modelo padrão de compreensão, sem dar conta de outras regiões, em especial atuação das mulheres em outras regiões e ações distintas, prevalecendo assim um modelo ideal de análise e adequação de percepção.

Porém, nas novas historiografias e em destaque nas selecionadas Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2010), que mesmo não sendo as mulheres objetos centrais de análise, seus discursos apresentam uma ampliação, aprofundando e qualificando as possibilidades interpretativas nas formas das abordagens da categoria de gênero, o que possibilita uma reconstrução de um vislumbre de passado parcialmente, pois este é complexo e subjetivo.

Dessa forma, potencializando, incentivando e contribuindo, para que os alunos desenvolvam consciência histórica instrumentalizada (de tipologias genéticas e dialógicas) para detectar, entender e considerar as complexidades das dimensões das temporalidades e dos sentidos presentes na reconstrução dos eventos históricos em que reflitam sobre as discrepâncias não como travas de interpretações, mas como características das singularidades das relações pertencentes de cada momento histórico, ao mesmo passo que se conecta com a atualidade.

Neste sentido, os estudos propostos neste trabalho ampliam o entendimento das ações femininas nos sertões da Bahia para além da percepção local, secundária e indiferente, como categoria importante e viável de análise dos tempos históricos.

Nesta perspectiva, a seção inicial deste texto dissertativo contempla reflexões sobre as percepções da História quanto à ciência, às tipologias da consciência histórica e às estruturas dos discursos que permeiam a cultura escolar e como estas perpassam no fazer do professor de história, na estruturação dos pensamentos históricos e na utilização dos conhecimentos histórico nos processos de aprendizagem histórica. Ao passo que estão fundamentadas pela razão histórica defendida por Rüsen (2001) e potencializada pela Didática Histórica Reconstitutivista de Schmidt (2020 e 2021) para fomentar o processo do saber histórico, que significa o ensino de história para além de simples aquisição de conhecimentos, mas aprendizagem com funcionalidade capaz de instrumentalizar o sujeito não apenas de criticidade individual, mas também quanto ser ativo e ciente na sociedade.

A seção seguinte dedica-se à revisão de cinco obras clássicas da historiografia: Abreu (2014, 1930 e 1998) e Holanda (1995 e 1975). A intenção é perceber as estruturas, as formas e representatividade que a historiografia tradicional incentiva ao narrar sobre o agir das trajetórias de vidas de quais mulheres. E assim identificar nas reflexões provocadas nas obras quais as contribuições e as tipologias da consciência histórica encontradas nas obras para instrumentalizar os professores de história do Ensino Médio na Educação Básica.

Nesse mesmo propósito, a seção que vem após trata-se das investigações das contribuições das novas historiografias selecionadas, que mesmo que não tenham o agir e as vidas femininas como objetos de pesquisa, forneça conhecimentos históricos que contribuam para reflexões sobre as relações nos espaços dos sertões da Bahia, a partir de sua diversidade e como as mulheres podem ser vistas e entendidas com sujeitos históricos de centralidade na formação do saber histórico.

Por fim, apresentamos uma revista digital com dois momentos de estrutura do Brasil colônia e o Brasil Império, as representações das mulheres como sujeitos atuantes na história do Brasil, associando os eventos locais as conexões a estruturas maiores de desdobramentos de pesos de panoramas maiores. Entendo que as redes de conexões evidenciam as interpretações locais, mas ao mesmo tempo estas são diversificadas e singulares em todos os locais dos quais se podem estabelecer semelhanças, mas sem deixar de precisar as singularidades manifestadas no cotidiano.

Os procedimentos estão focados em fornecer aos professores de histórias textos e interpretações das historiografias recentes selecionadas sobre as atuações das diferentes

experiências das trajetórias de vidas dos variados tipos de mulheres que inspiraram e ensinaram, através das suas singularidades, as anuências e as divergências dos eventos lidos e participativos ocorridos no Brasil colônia e Brasil império nos sertões da Bahia, e uma proposta de aula histórica, que servem como ferramenta e formação para os professores historiadores no processo da construção do saber histórico para os estudantes do Ensino Médio na Bahia.

1. CAPÍTULO 1 - ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A sociedade sempre refletiu sobre os eventos do passado. Desse modo, é corriqueiro ouvir de qualquer sujeito os relatos das suas experiências, memórias das suas vivências ou dos seus familiares. Ao contá-los, o sujeito apresenta um discurso que revela a sua perspectiva e o sentido atribuído ao acontecimento passado, podendo ser utilizado como base para justificar algum comportamento ou como o motivo para justificar o ser que ele é naquele momento.

Apesar da intenção de narrá-los em sua totalidade, apenas são manifestadas as configurações das complexidades, que os permeiam e os formam. Desconsideram-se, assim, as outras variedades e razões, pois se trata de um discurso livre, despreocupado de uma precisão e métodos científicos da pretensão de validade científica.

Na busca pela validação da narração na História, como ciência, objetiva-se a superação da estrutura de relato e produção do senso comum. Para isso, é fundamental seguir o que Rüsen (2001) sinaliza como a utilização de critérios para analisar o passado, a partir da Consciência Histórica, “de sua utilidade (ou inutilidade) para expansão do quadro de referências de orientação temporal da vida prática temporal” (2001, p. 84).

Entretanto, no século XIX, ao organizar os estudos dos eventos passados nas concepções metodológicas de ciência, eram usados critérios rígidos, generalistas e que conduziam à narrativa tradicional, interpretação simplificada e excludente, porque se pretendia atingir uma pretensão única de verdade do pensamento histórico, de reprodução absoluta, objetiva, neutra e universalizante.

A perspectiva moderna sobre a ciência, a qual prevaleceu no século XIX e boa parte do século XX, foi enfraquecida, perante as ponderações e formulações de várias correntes historiográficas. Estes processos de descrição e as padronizações das estruturas para determinação de status de científico trouxe à tona as complexidades e pode-se dizer, que é um terreno bastante movediço, pois a visão da ciência se transformou largamente, principalmente no final do século XX para o século XXI.

Neste sentido, ao apresentar a História como ciência Histórica, é preciso constituir “uma série de discursos a respeito do mundo”, como menciona Jenkins (2001, p. 23). Desde o período da modernidade, o fazer ciência fomenta ideias de uma estrutura rígida e objetiva, tão vastamente divulgada pelas ciências da natureza e matemática que a partir de meados do século XX via-se estremecida, principalmente diante das intensas transformações políticas,

sociais, econômicas, culturais, tecnológicas e conflitos mundiais, que resultaram num oceano de incertezas nas relações humanas e projeções de futuro.

As ditas verdades¹ construídas nas estruturas dos discursos epistemológicos, universalistas, inflexíveis e cartesianos foram postas em xeque, ao tempo em que se irradiou uma nova configuração do pensar cientificamente, altamente complexa e acrescida das contribuições das complexidades holísticas e subjetividades presentes nas ciências sociais. Em consonância com Santos (2008):

Por razões que alinho adiante, estamos de novo perplexos, perdemos a confiança epistemológica; entalou-se em nós uma sensação de perda irreparável tanto mais estranha quanto não sabemos ao certo o que estamos em vias de perder; admitimos mesmo, noutros momentos, que essa sensação de perda seja apenas a cortina de medo atrás da qual se escondem as novas abundâncias da nossa vida individual e coletiva (2008, p. 17).

Santos (2008, p. 85) aborda a trajetória da ciência numa potencialização, ao descrever o conhecimento produzido no paradigma moderno como “funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência”. Logo, no paradigma emergente a incerteza é transformada em particularidade, uma vez que se deve considerar as combinações das variedades, as quais constroem verdades relativas, enfatizando as especificidades da construção da aplicabilidade do conhecimento de cada momento. “Assim ressubjectivado, o conhecimento científico ensina a viver e traduz-se num saber prático” (Santos, 2008, p. 87).

As estruturas modernas sobre as ciências não desapareceram dos meios acadêmicos. Mesmo enfraquecidas, ainda têm espaços, sobretudo no campo do ensino na Educação Básica. Ao passo que este mesmo ambiente tem ampliado consideravelmente o acesso às produções científicas emergentes, talvez em razão da formação de viés emergente dos profissionais, o que pode ter contribuído para este quadro.

Em relação à História, ainda permanecem algumas indagações fortalecidas, quanto a sua classificação de ciência, da sua capacidade de investigação, da sua utilidade para a humanidade, que na contemporaneidade não se satisfaz com as generalizações das respostas, principalmente ao pensá-la no campo do ensino. Entretanto, tais suspeitas sobre a História só ampliam a necessidade de readequar a concepção da história à concepção da corrente emergente, como afirma Santos (2008) sobre a complexidade e praticidade do saber.

¹ Rüsen (2001, p. 84-85) trata a respeito dos critérios de verdade do pensamento histórico, com os quais a ciência da história, sem critérios científicos específicos da história, tem a pretensão de validar os seus enunciados, que fundamentam a sua credibilidade.

Jenkins (2001) nos instiga a pensar nas diversas formas em se narrar a história, de representá-la ousadamente, sem convicções das formas rígidas e universais de “como realmente aconteceu”. A História encontra-se além da identificação dos fatos do passado, ela está carregada das complexidades das conexões dos contextos, que é produção instrumental do historiador, pois utiliza também um “discurso próprio”.

Uma das importantes contribuições de Jenkins (2001) refere-se à necessidade de diferenciar passado de História, visto que a interpretação e as ferramentas de interpretação (epistemologias, metodologias e ideologia) conduzirão o historiador a apresentar não um passado, mas uma história. São os meios pelos quais o historiador investiga um acontecimento concreto de um passado e o examina com base nas análises das variadas narrações, utilizando os meios metodológicos, que se transformam em um tipo de conhecimento histórico.

Tanto para Santos (2008) quanto para Jenkins (2001), a História narrativa é construída a partir de um ponto de vista de um determinado sujeito, com suas determinadas conjunturas sobre um fato, fundamentado nas experiências de suas vivências, do que mantém de seus registros sobre o passado e como retrata determinado fato. A singularidade do evento analisado deve ser identificada e temporalizada no intuito de evitar anacronismo² e/ou julgamentos de condutas e falas dos sujeitos históricos.

Jenkins (2001) ressalta sobre a Empatia para a História. Esta não deve ser compreendida como colocar-se no lugar do outro, tal qual uma simples troca de lugar. Trata-se, portanto, de entender os sujeitos históricos como indivíduos, e dentro da sua individualidade, visto que refletem as concepções e relações dentro da sua rede de convívio e modos de compreensão relativos a uma determinada época, sem imposições do tempo em que se encontra o investigador. Ademais, deve-se evitar entender o passado em questão como simples, sem complexidade e contradições.

Rüsen (2001) acrescenta sobre a pretensão à racionalidade que a ciência da história possui em relação a seu modo específico de pensar historicamente, porquanto a história possui sentido cognoscível, por isso é pertinente a ser entendida e analisada por meio dos discursos teóricos. Sendo assim, Rüsen (2001 p. 17) afirma: “A teoria da história dedica-se a explicar tanto os pressupostos sobre os quais se baseia a pretensão de racionalidade da ciência da história quanto às razões para admiti-la”.

² Anacronismo, em síntese, segundo definição retirada do Dicionário de Ensino de História, “trata-se de um erro de cronologia. Tal erro ocorre quando se descreve, se explica e se justifica personagens e/ou ações de um tempo utilizando elementos e argumentos de outras épocas que não aquela à qual o personagem e/ou ação em foco se situa” (Oliveira, 2019, p. 19).

Deste modo, Rüsen (2001) propõe a teoria do espaço das múltiplas formas do pensamento histórico³, que torna a evidência um objeto de conhecimento, sendo este o local no qual as pesquisas historiográficas são viabilizadas, através das operações cognitivas. Essa práxis revela um campo ainda maior, denominado Metateoria.

Na mesma perspectiva, Martins (2011, p. 44-45) apresenta graficamente, em conjunto contido, os três campos da História, o que revela as relações de interdependência, as concepções e as amplitudes de que cada uma se ocupa na História – o maior e mais amplo acolhe a todos, no qual se manifesta a “totalidade das ações humanas no tempo e no espaço.” A segunda esfera da História, na condição de ciência, constitui “o produto do procedimento teórico-metódico da investigação do passado sob a forma de argumento demonstrativo, consignado narrativamente”. E uma terceira esfera, a Historiografia, a práxis, que viabiliza a pesquisa, ou seja, “a narrativa científica”, pois se utiliza das operações cognitivas nas análises dos estudos. Sendo assim, Martins (2011) expõe as diferentes manifestações da História, a qual se revela em sentidos múltiplos e, de certa forma, todos esses sentidos aparecem na história como disciplina escolar, porém de maneira simplista e equivocada.

Entretanto, a História, como disciplina foi, por muito tempo, a estrutura e divulgada pelas instituições oficiais da educação nas percepções, generalistas, distorcidas e reduzidas das relações dos campos da História, institucionalizando-a nos documentos educacionais, como disciplina escolar de transposição, dando a ilusão de que está intimamente ligada aos moldes formatados das academias universitárias, intuídos e organizados pelos os órgãos educacionais de cada país, já que as disciplinas mesclam a transposição dos conhecimentos acadêmicos para “disciplinar o espírito” com instruções de normas e comportamentos (Chervel, 1990).

Porém, mesmo com a intenção transpositiva das instituições oficiais da educação, a História, como disciplina escolar da Educação Básica, jamais poderia ocorrer de forma direta. Bittencourt (2008) salienta que, apesar da articulação entre o conhecimento acadêmico e o escolar, a História escolar é inevitavelmente diferente, por ter “um perfil próprio” e que a Cultura escolar ajuda a configurar diretamente os “elementos constituintes da disciplina, ou seja, objetivos, conteúdos explícitos e métodos” (Bittencourt, 2008, p. 60).

A Consciência Histórica, no entendimento de Rüsen (2001), é inerente e intrínseca a todos, e por meio dela manifesta-se a percepção da ciência da História. Em outras palavras,

³ Em Rüsen (2001), os pensamentos históricos podem ser entendidos como pressupostos adotados dos processos de reflexão sobre a história, pelos quais a Consciência Histórica é expressa, e em seu modo científico considera a estrutura da pretensão de validade cognitiva.

“consciência histórica é a realidade, a partir da qual se pode entender o que é história, é como ciência, por que ela é necessária” (2001, p. 56) e está, inevitavelmente, presente no Ensino da História⁴.

As historiografias escolhidas: Ivo (2012), Neves (2012), Ribeiro (2019) e Pires (2010) contribuem para um aprendizado histórico relevante, pois a análise dos fatos históricos propostos e os conhecimentos históricos derivados das pesquisas intensificaram as percepções das consciências históricas presentes nas fontes e nas subjetividades dos pesquisadores, auxiliando na operacionalização das competências dos estudantes para ler e interpretar os acontecimentos históricos frente às necessidades atuais, como por exemplo, a compreensão de suas próprias identidades.

Ao incluir pesquisas sobre os sertões da Bahia, podemos expandir as análises dos sujeitos históricos e as interpretações das fontes, fundamentadas na racionalidade histórica, que garante investigações mais complexas dos fatos, levando em conta as variações e singularidades dos acontecimentos, sem, contudo, desconsiderar a sua complexidade, considerando como ângulos relevantes da história, tão quanto, as ditas e impostas pelas matrizes curriculares oficiais. E assim, perceber as conexões, que há entre as ideias substantivas grifadas pelo currículo e eventos históricos transcorridos nos sertões.

O alargamento dos vários acontecimentos históricos e dos variados tipos de pensamentos históricos intensifica e aprimora os métodos operacionais de aprendizado de História, não sob uma visão universal e generalizada, mas a partir de vivências significativas de um passado repleto de diálogos de vários sujeitos que percorriam os sertões baianos. Conforme ressaltado por Rüsen (2016), “a particularidade e processalidade da consciência histórica podem ser explicitadas didaticamente e constituídas como uma determinada construção de sentido sobre a experiência do tempo” (2016, p. 86).

Ao abordar os sertões da Bahia nos séculos XVIII e XIX durante a segunda série do Ensino Médio, os professores historiadores, utilizando as historiografias escolhidas nesta dissertação, poderão destacar novas releituras desses territórios como: prósperos, diversos, complexos, conectados e dinâmicos. Das diferentes maneiras das relações dos sujeitos, que se interagiram nos lugares, dos status e propósitos, e que estes ao longo do tempo (re)estruturaram normas e condições de condutas sociais, revelando elementos que

⁴ Rüsen (2001) afirma que o Ensino de História é como “uma espécie de formação especializada”, que, moldada por um currículo, se distingue pelas perspectivas orientadoras e de métodos, do “quadro de referências da interpretação histórica” e acrescida das orientações das teorias do aprendizado histórico e formação intencionalizada da consciência histórica.

compuseram as organizações das relações sociais, que estão presentes de forma bem semelhante, readequadas e outras rompidas, mas que deixaram vestígios na sociedade de hoje.

1.1 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: AS FORMAS DE INTERPRETAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO SOBRE O PASSADO

Parte-se, aqui, do princípio de que todos os seres humanos possuem Consciência Histórica, conforme afirma Rüsen (2001). A atribuição de sentidos ao passado e a sua narrativa são diversas, devido às variedades das experiências e crenças dos sujeitos, pelos quais são configurados e manifestados os sentidos e as narrativas históricas. Expressam-se daí os arranjos das suas vivências e os critérios de interpretação para e sobre si, assim também para o grupo, que compartilha da mesma Consciência Histórica.

De acordo com Rüsen (2001), a Consciência Histórica é fundamental na compreensão e na aprendizagem histórica, não importando se ela acontece no meio acadêmico ou no cotidiano, pois não se aprende História apenas nas escolas. Sobre a Consciência histórica, ele ressalta:

Elas são fenômenos comuns ao pensamento histórico tanto no modo científico quanto em geral, tal como operado por todo e qualquer homem, e geram determinados resultados cognitivos. Esses pontos em comum têm que ser investigados como genéricos e elementares, isto é, como processos fundamentais e característicos do pensamento histórico (2001, p. 54).

Rüsen (2001, p. 55-56) acrescenta que a Consciência Histórica é uma “grandeza genérica e elementar do pensamento histórico”, capacitando as “operações mentais”. Isso é fundamental para interpretar as vivências humanas e estruturar a formação da identidade do sujeito, a percepção de si mesmo e do mundo, qualificando-o a se orientar no tempo e conduzir as intencionalidades de suas ações na sociedade.

Verifica-se que a racionalidade da história está intimamente ligada à Consciência Histórica, comprometendo os resultados das pesquisas e, portanto, o tipo da historiografia produzida. Desse modo, como indica Rüsen (2007), “para poder caracterizar a função de esclarecimento em relação à pesquisa é necessário voltar à base existencial das operações cognitivas da consciência histórica” (2007, p. 43).

As operações mentais são procedimentos “com os quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos de forma tal que se possa orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (2001, p. 57). Pela Consciência

Histórica, ao interpretar e orientar a ação e a intenção dos homens, determina-se sentido e identificação. Portanto, as experiências “são interpretadas com relação às intenções do agir e, enquanto interpretadas, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na autointerpretação do homem, parâmetros de sua orientação no agir e no sofrer” (Rüsen, 2001, p. 59).

Segundo Rüsen (2001), a racionalidade de sentidos é responsável pelo “estabelecimento de intenções e da determinação de objetivos” (2001, p. 59). A Consciência Histórica apresenta duas estruturas essenciais e complexas, que não podem ser ignoradas na manifestação da Consciência Histórica: a experimentação do tempo⁵ e a narrativa histórica⁶. Nelas há conceitos fundamentais da sua configuração: o pensamento histórico e o conhecimento histórico⁷, pois eles são meios pelos quais a Consciência Histórica conduz e materializa, até mesmo no espaço abstrato, a ação humana e os efeitos na autocompreensão e da sociedade.

De acordo com Rüsen (2001), as interpretações das experiências ocorrem ao mesmo tempo em que a carência de interpretação orienta as ações do homem no tempo presente. O tempo experimentado dificulta o agir e, por isso, as interpretações possíveis são temporais, devido a sua causalidade, ao agir do tempo, seja ele o tempo natural, em que a vida acontece e pela morte é delimitada, seja o tempo humano/tempo experimentado, no qual a intencionalidade supera a morte e é projetada.

Para Rüsen (2001), o pensamento histórico e o conhecimento são ferramentas de ganhos de tempos pelos quais a Consciência Histórica é evidenciada nas temporalidades e identificadas os constituintes das narrativas históricas. Como dito por Rüsen (2011, p. 59), “a narrativa (histórica). Com essa expressão, designa-se o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma, e, por consequente, fundamenta decisivamente todo pensamento histórico e todo conhecimento-científico”.

Martins (2011), alicerçado na Consciência Histórica, estabelecida por Jörn Rüsen, apresenta como substrato o sujeito, ou seja, a historicidade “operada pelo sujeito insere tais experiências no conjunto acumulado da história, cujo legado se articula em tradição, memória

⁵ Para Rüsen (2001), trata-se da relação do homem com seu tempo, em que a sua consciência histórica está implantada, que não o deixa se perder de ser e agir na mudança temporal, regido pelas intencionalidades, empregando sentido a sua experiência.

⁶ Narrativa histórica: designa o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por consequente, fundamenta decisivamente todo o pensamento-histórico e todo conhecimento histórico científico (Rüsen, 2001, p. 61).

⁷ Para Rüsen (2001, p. 54), o conhecimento histórico, em seu modo científico, é constituído pelos pensamentos históricos cognitivos, que se fundamenta por uma “ciência especializada que não se esgota em sua mera existência factual”.

e narrativa” (Martins, 2011, p. 47). Para ele, a Consciência Histórica é estruturada a partir do presente, ou seja, parte do presente, das carências do presente, na intenção do sujeito em saber sobre sua identidade e do grupo social em que está inserido.

Martins (2011) afirma que o tempo é fundamental para que o indivíduo possa se localizar e agir de forma consciente. Consoante Martins (2011, p. 48): “Ao serem tratados pela reflexão historicizante do agente, esses registros se transformam em fontes do passado, em origem do presente e em razões seminais do futuro”. O sujeito não é passivo frente às transformações do tempo, apesar de sofrê-las, ele as utiliza como reflexão organizadora das temporalidades e não apenas da identidade, como também a sua ação.

Schmidt (2016) estudou a relação da Consciência Histórica com a manifestação dos posicionamentos dos jovens brasileiros, ressaltando a função central da Consciência Histórica em relação à prática da vida. Para Schmidt (2016, p. 32-33): “Se se examina o papel que tem a consciência histórica na vida de uma sociedade, ela aparece como uma contribuição cultural fundamentalmente específica que afeta e influi em quase todas as áreas da práxis da vida humana”.

Demonstra-se, assim, o entrelaçamento entre a Consciência Histórica e a Cultura Histórica, termos enunciados por Jörn Rüsen. Schmidt (2016) enfatiza a exposição da Cultura Histórica como “[...] a articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade” (Schmidt, 2016, p. 33). E que as dimensões da Cultura Histórica também moldam e constituem a Consciência Histórica do sujeito.

Schmidt (2015, p. 96-97) salienta: “Se a aprendizagem da história for pensada como possibilidade de internalização de determinada consciência histórica pelos sujeitos, podem ser apontadas diferentes possibilidades”. Alerta, ainda, quanto aos princípios presentes nos recursos didáticos direcionados aos tipos de competências a serem desenvolvidos nos alunos. Schmidt (2016) ressalta a importância de os “[...] jovens expressarem sua consciência histórica muito mais a partir de experiências de vida do que a partir da sua articulação com as ideias e métodos da ciência da história” (2016, p. 46).

E com o aprofundamento e a qualidade de Consciência Histórica, os jovens podem superar as habilidades simplórias de sentido, que as dimensões da Cultura Histórica moldam, complexando o potencial de habilidades e competências na vida prática para compreensão do mundo e de si. Estes teóricos supramencionados declaram, em síntese geral, a categoria da Consciência Histórica como uma grandeza elementar e geral, que atravessa tanto as percepções do sujeito quanto dos grupos e, de forma mais ampla, a sociedade. Vale dizer que

se trata das maneiras como estes se utilizam do passado para se manifestar, produzir saber histórico, direcionar suas práticas no cotidiano e suas projeções de futuro.

No entanto, o foco, aqui, é o Ensino de História especificamente no Ensino Médio, que, após as modificações empregadas pela reforma da BNCC 2017, apresenta um discurso ambíguo de ampliação do pensar das ciências humanas. A História, enquanto disciplina escolar, teve sua carga horária reduzida para que disciplinas chamadas itinerários fossem instituídas e ministradas por professores que necessariamente têm formação na área. Germinari e Mello (2018) manifestam, logo no início da implementação da BNCC, a preocupação em relação a disciplina História na educação básica:

Há inúmeras dúvidas sobre os riscos (alguns potenciais e outros concretos) que a reforma e a BNCC trazem para a condição docente e para formação histórica dos jovens estudantes. A não obrigatoriedade da oferta da disciplina de História no Ensino Médio fere o direito de acesso à educação integral, tendo como consequência a inserção precária dos jovens aos debates históricos contemporâneos fundamentais para exercício pleno da cidadania (2018, p. 21).

O prejuízo ao ensino de História revela-se no esvaziamento e enfraquecimento dos conceitos básicos da História e de possíveis potencialidades do ensino da História ao reduzir a carga horária⁸, dentre outros obstáculos. Compromete-se, dessa maneira, ainda mais a formação dos alunos acerca da finalidade prática da História e o desenvolvimento da Consciência histórica em superávit⁹.

Diante da diversidade das manifestações culturais humanas dentro dos mesmos grupos sociais, fica evidente que a Consciência Histórica, apesar de ser, segundo Rüsen (2001), pertencente a todos os seres humanos, atribui ao passado o status de “quadro de referência da vida prática atual” (Rüsen, 2001 p. 77) e este não se dá de forma homogênea. Sendo assim, as diversas formas de manifestação da Consciência Histórica permitem entender que não há uma visão única e que pode ser ampliada e qualificada na sua capacidade interpretativa e de orientação temporal de jovens escolarizados. Como afirma Rüsen (2001):

⁸ Em 2024, após vários protestos e pressão social, houve a aprovação de uma contra reforma do Ensino Médio, que ampliou em parte a carga horária da formação geral, na qual estão disciplinas como a história, no entanto, não chegou ao nível anterior.

⁹ Na concepção de Rüsen (2001), superávit, em síntese, é a capacidade de uma Consciência plena, que dê conta das intencionalidades, do sentido, do tempo e das orientações do agir e tendo habilidade de formular novas intenções conscientes das experiências, utilizando-se dos processos cognitivos da História apropriados.

A consciência não procede de modo algum arbitrariamente, relacionando experiências quaisquer do passado a intenções quaisquer do agir; de outra parte, ela tampouco é prisioneira das intenções atribuindo-lhes determinações absolutas, uma determinação absoluta proveniente das experiências do passado (2001, p 77-78).

Ao refletir sobre as diferenciações das interpretações, orientações de sentidos e das narrativas proporcionadas mediante a Consciência Histórica na produção do pensamento histórico, observa-se que esta só pode ser constituída a partir de uma racionalidade que o valide. Segundo Rüsen (2001), “o pensamento histórico é científico, portanto, à medida que procede metodicamente [...] as fundamentações de suas pretensões de validade se tornam parte integrante da própria história” (2001, p. 99).

Quanto à narrativa histórica, Rüsen (2001) reafirma que está repleta de sentido histórico e que obedece a uma pretensão de racionalidade, apresentada com argumentos racionais, já que se aplicam sobre os pensamentos históricos processos metodológicos de princípios e regras, que permitem isolar o conteúdo empírico e abstrair as atribuições de significados e da constituição dos sentidos.

Para Rüsen (2001), o desenvolvimento da Consciência Histórica, especialmente nos tipos Crítica e Genética, permite que os sujeitos superem as estruturas sociais locais que influenciam sua formação — aquilo que ele denomina Cultura Histórica¹⁰ —, abrindo novas perspectivas de orientação temporal. Esse movimento, compreendido como o superávit da Consciência Histórica, amplia e aprofunda a capacidade de compreender o mundo e a si mesmo, qualificando as ações no presente e projetando futuros de maneira mais consciente e internacionalizada.

Dessa maneira, Rüsen (2001; 2007) e Schmidt (2016; 2021) destacam a importância de extrapolar e aprofundar as dimensões, as habilidades e as competências da Consciência Histórica, pois as instituições tradicionais e conservadoras incentivam e moldam as dimensões das estruturas dos pensamentos históricos alicerçados nas dimensões do Tradicional e Exemplar, que pouco influem no desenvolvimento de uma compreensão crítica do presente e da projeção consciente do futuro, no qual os sujeitos aceitos serão aqueles apáticos e conformados a aceitar a realidade sem indagações.

Diante disso, Schmidt (2021) propõe o fortalecimento dessa consciência por meio da Didática Reonstrutivista, ancorada na racionalidade histórica de Rüsen (2001, 2010) e

¹⁰ Schmidt (2014, p. 33) traz uma síntese sobre o termo Cultura Histórica como uma “categoria de análise que permite compreender a produção e usos da história no espaço público na sociedade atual”.

orientada por eixos como a formulação de questões, a qualidade das argumentações, as habilidades interpretativas, a orientação temporal das ações e a complexidade narrativa dos discursos, visando a uma formação histórica mais crítica e reflexiva.

Portanto, a Consciência Histórica Dialógica é apontada como resposta às complexidades do Ensino de História, defendendo uma aprendizagem que articule os pensamentos históricos à formação e à ação social dos sujeitos. Já que ao trabalhar os desenvolvimentos das habilidades dessa consciência histórica, implicará numa relação de rede que explore a complexidades entre estudantes, professores e conhecimento, baseada na “intersubjetivação de novas qualidades cognitivas” (Schmidt, 2021, p. 180), ampliando capacidades interpretativas para além dos objetivos escolares.

Nesse sentido, visando ao que Rüsen (2001) denomina de superávit da consciência histórica, os professores historiadores podem e devem recorrer às historiografias recentes sobre os sertões da Bahia, especialmente aquelas que abordam as experiências históricas das mulheres. Essas produções constituem ferramentas de elevado potencial problematizador, capazes de estimular análises históricas mais densas e de promover o desenvolvimento de uma consciência histórica ampliada e qualificada. Isso se justifica pelo fato de que tais obras, inseridas nas perspectivas da História Conectada e dos estudos sobre os sertões baianos, mobilizam processos cognitivos próprios da ciência histórica, em consonância com uma compreensão pós-moderna do conhecimento histórico.

Com estes propositivos, as historiografias selecionadas - de Ivo (2012), Neves (2012), Ribeiro (2019) e Pires (2010) - são as análises das relações estabelecidas entre os sujeitos presentes nas pesquisas, buscando reconstruir o passado, de múltiplas maneiras: dilatado, dinâmico, assimétrico e diversificado, principalmente a partir das diversas formas de trabalho. Sendo assim, os estudos estimulam o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação dos alunos, que, ao entrar em contato com os sujeitos e suas relações que estabeleceram nas temporalidades, permitem a identificação de elementos que revelem continuidades, rupturas e readaptações.

Compreender cognitivamente as subjetividades das interações e comportamentos nas temporalidades permite o autoconhecimento não só individual, mas também coletivo, que se encontra em um ambiente mais amplo de intensa competição entre diversos discursos e ambientes. Assim, expandindo as visões de grupos que foram obscurecidos pelas historiografias convencionais.

Para tanto, cabe ao professor historiador o uso didático próprio da História, que se objetiva um aprender histórico com sentido, como salientado pelos teóricos acima, o saber

histórico, que possibilite a capacidade de aprofundamento de identificação, articulações dos pensamentos históricos e o conhecimento histórico e fomenta uma consciência histórica aprofundada que seja capaz de produzir perspectivas fundamentadas em qualidade cognitiva como propõem as leituras a seguir.

1.2 A RELAÇÃO ENTRE NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE AS MULHERES E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Em todas as produções historiográficas há interpretações do passado que implicam a manifestação da consciência histórica, nelas as estratégias, as formas e o sentido empregados nas narrativas revelam a construção de sentido sobre a experiência temporal. É certo que as historiografias não determinam a leitura interpretativa do aluno, mas podem contribuir com a forma como olhamos o passado e nos orientamos no tempo. Como afirma Rüsen (2001), a narrativa histórica é mecanismo pelo qual se respalda e comunicam-se os pensamentos históricos, assim como todo conhecimento histórico.

Conforme Rüsen (2016), “a narrativa histórica pode, em princípio, ser vista como aprendizado quando, com ela, as competências forem adquiridas através de uma função produtiva do sujeito com as quais a história será como fator de orientação cultural na vida prática humana” (Rüsen, 2016, p. 86). As narrativas que compõem as estruturas da pesquisa historiográfica manifestam o caráter científico da história, além de comunicá-lo à sociedade, em particular aqui, as programações de estudos escolares influenciando as interpretações sobre os fatos históricos, que compõem o currículo escolar.

Verifica-se nas análises de Rüsen (2001), que as narrativas historiográficas possuem um conjunto estrutural (dimensões temporais, sentidos, mudanças temporais, continuidade, representação, memória), pelas quais se constroem discursos que manifestam a consciência histórica e a tipologias delas na interpretação das experiências do homem e assim como a sua própria identidade.

A narrativa histórica constitui a consciência histórica como relação entre interpretação do passado, entendimento do presente e expectativa do futuro mediada por uma representação abrangente da continuidade. Essa mediação deve ser pensada como especificamente histórica por operar a inclusão da interpretação do presente e do futuro na memória do passado (Rüsen, 2001, p.65).

Nesta perspectiva, Rüsen (2001) credita às narrativas historiográficas uma importância, pois estas para serem construídas passaram por critérios metodológicos, sendo fruto de processos rigorosos de exames e verificações do processo da cognição histórica. Para Jenkins (2007), os historiadores se propõem a mergulhar num campo de investigação de seriedade científica, pelo qual possam esclarecer profundamente o máximo possível os acontecimentos históricos. Ao usar as historiografias se divulgam recortes e os discursos que cada produção narra os conceitos e percepções contribuindo o sentido em que o passado é empregado.

1.2.1 Mulheres: um recorte histórico viável para o ensino de história

Salientam Daliazona e Leminski (2021) que os historiadores ao desenvolverem as narrativas historiográficas se utilizam de espaços de “atribuir sentido às experiências do mundo interiorizadas pelo sujeito” (2021, p. 319). As produções historiográficas refletem tantos os procedimentos científicos, demonstrando compromisso e respeito pelos critérios da pesquisa e, por isso, distinguem fundamentalmente de achismos e interpretações exclusivamente pessoais, além de manifestarem uma orientação temporal, tanto do historiador, quanto das subjetividades que moldaram as estruturas interpretativas de sua pesquisa. Revela-se a relação intrínseca entre a narração, o sentido e a consciência histórica na construção do conhecimento histórico.

Cabe aqui dizer que ao delimitar as mulheres como recorte de análise categórica dos estudos historiográficos traz em evidência as diferentes formas em que as mulheres são identificadas, interpretadas e entendidas, enquanto sujeitos históricos e objeto de pesquisas historiográficas. Silva (2008) constata que, por muito tempo, as mulheres foram mantidas às margens das produções historiográficas.

Escrita fundamentalmente por homens, a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino. Este silêncio não foi uma prerrogativa da historiografia brasileira ou latino-americana, mas atitude constante inclusive em países como Estados Unidos e França, onde a busca pelos direitos da mulher e o reconhecimento da condição feminina se deu mais cedo do que entre nós. (Silva, 2008, p. 224)

Silva (2008) nota que apenas a partir da terceira geração da Escola dos Annales¹¹ as

¹¹ Escola do Annales: em síntese, sobre esta corrente historiográfica, Burke (1992) credita a Bloch e Febvre, a partir do lançamento da revista Annales, como maiores contribuições na construção desta forma de escrever da História, pelas quais novas abordagens de interpretações individuais, das relações dos homens com o tempo e de objetos de fontes de pesquisas, considerando a renovação dos estudos historiográficos, que foram ampliadas e qualificadas ao passar dos tempos, através das nas gerações de historiadores.

mulheres foram significativamente evidenciadas, como objetos de pesquisas e sujeitos históricos relevantes e lidas em perspectiva da diversidade nas pesquisas historiográficas. As mudanças das perspectivas historiográficas sobre as mulheres se desenrolaram numa atmosfera de reivindicações de direitos das décadas finais do século XX, através das organizações e dos movimentos feministas.

Apontam Alves e Becker (2018) sobre as produções historiográficas tradicionais em relação as mulheres eram e são excludentes, generalistas, estereotipados e hierarquizados. As mulheres quando são narradas na historiografia tradicional, aparecem genéricas e quando destacadas estão submetidas e reforçam modelos subalternos de complementação das ações masculinas. “Assim, a construção histórica das mulheres foi feita a partir de um olhar ofuscado na medida em que a história foi contada e investigada por homens” (2018, p. 119).

Mas com as transformações impulsionadas pelas gerações da Escola do Annales, principalmente da terceira geração, Alves e Becker (2018) salientam que as contribuições das outras áreas, a presença de historiadoras motivadas pela nova narrativa, a busca por escreverem em oposição à historiografia tradicional e atmosfera combativa dos movimentos feministas possibilitaram e reforçaram para que as narrativas históricas contribuam na visibilidade sobre as mulheres nas pesquisas como agentes ativos e também importantes na narração histórica.

Ao propor o ensino de História a partir das mulheres, não se trata apenas de notar e ouvir grupos historicamente silenciados, mas de compreendê-los como protagonistas, mesmo diante das estruturas marginalizantes que marcaram os contextos em que viveram. Trata-se de reconhecer que os espaços ocupados pelas mulheres e as múltiplas formas de agir feminino não foram impedidos, nem podem ser rotulados como homogêneos ou vitimistas, fadados às imposições sociais. Antes de tudo, é preciso entender que os contextos históricos são complexos e dialógicos e, portanto, não podem ser simplificados nem reduzidos a generalizações, ainda que determinados padrões se destaquem.

Segundo Sepulveda e Sepulveda (2021), além de denunciarem a invisibilidade das mulheres nas narrativas históricas — desde as produções acadêmicas até a formação inicial — os autores afirmam: “...saímos da faculdade de História com muitos questionamentos e com pouquíssimos conhecimentos sobre as questões de gêneros, das sexualidades, das histórias das mulheres, e fomos para os cotidianos das escolas – espaço que deu ainda mais corpo às nossas inquietações.” (2021, p. 04). Se ainda é necessário ampliar os estudos sobre mulheres, gênero e sexualidades nas universidades, mais urgente ainda é fazê-lo na educação básica, onde os reflexos da cultura patriarcal se mostram de forma mais evidente, inclusive nas próprias

percepções dos estudantes sobre a vulnerabilidade feminina em contraposição à valorização masculina.

Os autores relatam uma experiência desenvolvida em sala de aula no projeto “As mulheres na história: compreendendo o movimento feminista”. Ao trabalhar essa temática na educação básica, conseguiram criar condições para que os estudantes — especialmente as meninas — se sentissem profundamente impactadas, manifestando “novas maneiras de conhecerem a história, ou melhor, de conhecerem a história se apropriando da participação das mulheres, enxergando-se como parte do ocorrido, reconhecendo-se ali” (2021, p. 08). Essa ampliação de referências, aliada à desconstrução de estereótipos, possibilita um ensino plural e democrático. Ensinar História a partir das mulheres exige, inevitavelmente, uma leitura crítica das sociedades, ampliando repertórios interpretativos, combatendo desigualdades e aprofundando a análise das fontes em uma perspectiva mais ampla e complexa.

Para os autores, valorizar as experiências das mulheres nos relatos do cotidiano histórico viabiliza a compreensão e a contextualização dos processos, enriquecendo a percepção histórica. Isso ocorre especialmente quando se incorpora uma maior variedade de fontes e se analisam os discursos de poder que atravessam o cotidiano — muitos deles ainda presentes, como o patriarcado. Também possibilita compreender os impactos dos movimentos feministas, percebendo permanências estruturais, recriações e rupturas, sobretudo nas instituições sociais, como a família.

Nesse diálogo, destacam-se ainda os estudos de Niching e Paes (2023), que ao trabalhar com a visibilidade do protagonismo feminino reconhecem a presença constante das mulheres ao longo da História, principalmente nos espaços informais de trabalho, majoritariamente ocupados por mulheres negras. Ao mesmo tempo, promovem a desconstrução das desigualdades naturalizadas pelas visões patriarcais — visões sustentadas por sistemas que silenciavam, reduziam ou até apagavam os feitos femininos nas relações sociais.

Portanto, ensinar História a partir das mulheres não é apenas romper com o silêncio imposto pelo patriarcado narrativo, mas corrigir e reconstruir discursos produzidos por visões enviesadas. Trata-se de ampliar o repertório cultural, crítico e significativo dos estudantes, promovendo um ensino de História capaz de estimular reflexões sobre disputas, escolhas e relações específicas de cada contexto histórico. É, sobretudo, utilizar o conhecimento histórico para compreender o tempo presente e fortalecer práticas inclusivas e democráticas na sociedade da qual os estudantes fazem parte.

Neste sentido, é relevante identificar nas produções historiográficas as experiências históricas que considerem e narrem ações femininas, em especial as locais, não apenas como uma história complementar, mas que rompa com os padrões tradicionais e que evidenciem as diversidades e as conexões das ações femininas como parte do processo histórico e incentive a aprendizagem de história de forma concertada e dialogada.

Trata-se, portanto, de articular, modificar e atualizar os programas de conteúdos propostos, sobretudo, os exigidos como grade curricular oficial do sistema educacional. Fomentando, as novas narrativas historiográficas como meios narrativos capazes de aliar e assegurar interpretações mais ricas em complexidades, que estabeleçam diálogos entre experiências locais dos eventos nacionais sem hierarquia, e sim complementares.

Desta forma, os conhecimentos históricos fornecidos pelas novas historiografias contemporâneas e somados àquelas de origem da historiografia tradicional, mesmo diante das diferenças, dos níveis de complexidades e dos aprofundamentos, podem e devem configurar como meios importantes e viáveis nas construções dos saberes históricos para o autoconhecimento e contribuição social para o público, que compõem o alunado do Ensino Médio da Educação Básica, sobretudo, na temática que destacam as mulheres, e em especial as mulheres dos sertões da Bahia.

1.3 DIDÁTICA E NARRATIVA HISTÓRICA E SEUS CONCEITOS

A reflexão sobre a prática do professor automaticamente remete à atenção a sua didática, e com o professor de História não é diferente. Como este estudo se fundamenta na linha rüseniana e por anseios desta dissertação, a percepção da Didática da História fundamenta-se na proposta de Schmidt (2021a):

[...] a Didática da História é a ciência do aprendizado histórico, ou seja, ela cria as condições para a formação do pensamento histórico, realizando a tarefa dos estudos históricos. Trata-se da adesão ao princípio da aprendizagem ou cognição histórica situada na própria História para a formulação do método de ensino e de que, nas aulas de História, professores e alunos percorrem o caminho da relação presente, passado e futuro, reconstituindo-a e reconstruindo-a, desafiados pela possibilidade de produzir novas compreensões e novas narrativas históricas (2021a, p. 168)

Nesta ótica, espera-se que o professor de História esteja ciente de que a Didática da História supera a concepção de um conjunto de técnicas e recursos do fazer pedagógico. Como lembra Rüsen (2006) sobre o entendimento que imperava na Alemanha até meados do

século XX quanto à didática histórica: “[...] uma aplicação externa da escrita profissional da história (2006, p. 9), pois sedimentava o sentido da História como: *historia vitae magistra* (história mestra da vida)”. Nota-se, desse modo, uma não preocupação com a função prática da História e proposição de um ensino e aprendizagem num sentido genérico, com o ordenamento de regras de condutas evolucionistas.

Rüsen (2006) afirma que “tanto a didática da história quanto a ciência histórica compartilharam esta posição historicista” (2006, p. 10), contribuindo para que o conhecimento histórico seja uma força de esclarecimento e de mobilização no presente. Ele ainda salienta que “a história poderia ser instrumentalizada para objetivos não históricos de ensino e aprendizado” (2006, p. 12). Sendo assim, a Didática Histórica é um campo da ciência histórica, que permite uma aprendizagem histórica por meio de metodologias que reflitam “a análise geral da natureza, função e importância da consciência histórica” (2006, p. 13).

Schmidt (2021) adota a perspectiva de Jörn Rüsen, de que “a Didática da História é a ciência do aprendizado histórico, ou seja, ela cria as condições para a formação do pensamento histórico, realizando a tarefa dos estudos históricos” (2021 p. 169). Partindo deste ângulo e pensando no atual Ensino Médio, a práxis do professor de História, nesta concepção, viabiliza a compreensão da finalidade prática da História na vida dos alunos.

O papel do professor historiador implica ser o guia eficiente, devido a sua graduação em História, pois tem a *expertise* para lidar com os processos de construção do conhecimento sobre alicerces dos estudos historiográficos viabilizados pela Teoria da História, a qual possui, segundo Rüsen (2001), a pretensão de racionalidade utilizada pela ciência da História, sendo expressa no pensamento histórico-científico como elemento para produção do saber histórico.

Oliveira (2012) considera que o professor de História, ao contribuir na construção do conhecimento escolar com seus alunos, mobiliza e potencializa a formação de uma orientação temporal que contribua com a construção de um presente mais consciência histórica humanista. Como ressalta Oliveira:

[...] é necessário que os professores de história interfiram no desenvolvimento de formas racionais de atribuição de sentido, e que essa forma esteja de acordo com a expectativa de construção de realidade mais adequada do ponto de vista da racionalidade comunicativa, da igualdade, justiça e humanismo (2012, p. 19).

Isso impacta diretamente a aprendizagem histórica, definida por Rüsen (2012, p. 16): “No que segue entender-se ‘aprendizado histórico’ como o processo de formação da identidade e orientação históricas mediante as operações da consciência histórica”. No que se

refere ao propósito da aprendizagem histórica, Aguiar (2020) assim argumenta: “a aprendizagem histórica constitui-se em um processo mental empregado para atribuir sentido à experiência temporal, sendo esse sentido expresso por meio da narrativa histórica”.

Schmidt e Martins (2016), ao apresentar a função da Didática da História, enfatizam a condução do pensamento histórico, pois “em forma científica o pensamento histórico exerce uma função orientadora específica”, como afirma Rüsen (2001, p. 100), na produção do conhecimento histórico. Sendo assim, ao estabelecer a Matriz Disciplinar¹², Rüsen (2001) coordenou princípios que expressam: o sentido, as orientações e os discursos, contribuindo significativamente para a Didática da História, que ressalta os procedimentos para aprendizagem histórica de sentido e voltada para a vida prática.

Na perspectiva rüseniana, Schmidt e Martins (2016) sintetizam os cinco princípios do sentido da história, que servem para a Didática da História, os quais são: primeiro a historicidade da vida humana, já que o conhecimento histórico é contextualizado e interpretado, que ajuda a reconstruir o passado a partir dos sentidos e percepções da atualidade. Sendo assim, os entendimentos históricos sofrem uma releitura e são novamente interpretados para “se incluir o entendimento da mudança temporal” (2016, p. 16).

Por isso, duas estratégias são adotadas no tratamento das fontes: as cognitivas: na pretensão da validade, mediante mecanismos que verifiquem a sua racionalidade histórica, e as estéticas, que Rüsen (2007) institui como planos pré-cognitivos, nos quais se observam as estruturas das intenções das influências do sujeito e do coletivo.

Segundo, desenvolvimento da competência em entender as experiências do passado como moldes do tempo presente e portanto o conhecimento sobre elas como meio modificador. Assim, no terceiro princípio como elemento articulador das funções de orientações são sinalizadas em dois campos: ao da estratégia retórica, que paralelamente ao quarto princípio, salienta a narrativa histórica, que contribui a dar sentido à história e a organizá-la com coerência para construção de um discurso alicerçado na versão interpretada e importante para o sujeito. Segundo Rüsen (2007), isso faz com que o saber histórico tenha a força imaginativa suficiente para motivar e conceber o agir.

E, por fim, o quinto princípio, a aprendizagem histórica reconstrutiva, na qual o pensamento histórico contribui diretamente para o protagonismo do sujeito, que se torna

¹² Rüsen (2001) define a Matriz Disciplinar como um conjunto de cinco elementos que rege a construção do pensamento histórico: 1º INTERESSES (carências de orientação no tempo, interpretadas); 2ª IDEIAS (perspectivas orientadoras da experiência do passado); 3º MÉTODOS (regras da pesquisa empírica); 4ª FORMAS (apresentação) e 5ª FUNÇÕES (de orientação existencial), e conduz todo o processo do agir do historiador em sua pesquisa e consequentemente o do professor de História.

capaz de compreender e de capacitar diferentes fontes históricas num pensar histórico à vida prática, os discursos da memória política, onde as carências do presente buscam no passado resposta para o seu entendimento de si e sobre o mundo, além de ajustar os comportamentos de projeções repletas de intencionalidades, conscientes ou não, para o futuro.

Conforme Rüsen (2012), a aprendizagem é o resultado da função que o conhecimento histórico desempenha na vida prática do sujeito juntamente com a práxis, que o professor historiador desempenha na sala de aula, através do tipo da didática adotada, impulsionando a desenvoltura da Consciência Histórica dos alunos quanto a si mesmos e ao mundo. Portanto, a Didática da História fortalece as ações apropriadas dos professores historiadores na função de elucidar aos seus alunos a finalidade da História, para o autoconhecimento de si e da sociedade e adoção de comportamentos conscientes sobre a sociedade que se pretende.

Desta forma, Rüsen (2001) enuncia que o Ensino de História é configurado por uma junção, que consiste em “quadros de referências da interpretação histórica” alinhado aos procedimentos teóricos de análises das vivências humanas do passado, como também, as “perspectivas orientadoras do aprendizado histórico” (2001, p.50-51), por meio da didática específica “de orientação da teoria da história”(2001, p.50), pode ajudar o aluno a “conhecer historicamente de modo científico”(2001, p.53), bem como a “identificar, nesses processos, os momentos em que a história como ciência está inserida” (2001, p.55).

Um importante conceito a pontuar é a Narrativa Histórica. Para Rüsen (2001), é a forma pela qual se desenvolvem as relações das necessidades do presente com a retomada das recordações do passado e a manifestação da constituição de sentido do saber histórico. Assim, a memória pode ser induzida pela narrativa na percepção das mudanças nas temporalidades, utilizando a experiência do tempo passado e do presente atrelado à expectativa do futuro, organizando as memórias num discurso que dá sentido ao presente.

As representações de continuidade proporcionam a percepção integrada das temporalidades configurando a Consciência Histórica, que possibilita a “interpretação”, “entendimento” e “expectativa” atribuídos a cada temporalidade. Ao empregar a Narrativa Histórica, imprime-se a “identidade” ao fato, pois a narração “está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo” (Rüsen, 2001, p. 66). Esta afirmação está diretamente ligada às “representações de continuidade” que, diante da “evolução temporal”, delimitam a identidade instituindo sentido, por intermédio das recordações estabelecendo referências para a conduta na vida.

É entendendo as concepções – narrativa histórica e a competência narrativista como conceitos integrantes da Didática Histórica – que identificamos as compreensões que se tem da História, empregadas nos mais diversos materiais didáticos utilizados e produzidos nas salas de aula. Consequentemente, esse entendimento permite distinguir a aprendizagem histórica pretendida, que está sendo construída nas aulas de história.

Rüsen (2007) defende que a aprendizagem histórica é ampla e se efetiva de diversos modos e meios em diferentes espaços. Por isso, a perspectiva histórica da aprendizagem é fundamentada na assimilação e desenvolvimento das competências, a fim de capacitar o sujeito estimulado pelas carências do presente a refletir sobre as experiências, habilitando a interpretação do mundo e de si. Dessa maneira, concebe-se à Didática Histórica uma dimensão antropológica e filosófica.

Outro conceito também relevante em relação à Didática Histórica é a Forma Histórica. Nesse aspecto, o Rüsen (2007) pondera sobre a contextualização e formação da consciência humana, onde as experiências são refletidas, interpretadas, impulsionadas e desenhadas as perspectivas, uma vez que o saber histórico deve ser útil e necessário como referência de orientação da vida prática do sujeito e da sociedade.

[...] Com isso, ela coloca à frente a carência do sujeito agente, de fazer-se valer como pessoa, no uso do saber para fins de orientação de sua própria vida prática, de afirmar-se como instância de legitimação dos modos práticos de viver. Ela contrapõe essa exigência também à colocação da subjetividade em função da pressão objetiva do saber empírico e de sua aplicabilidade técnica. Enfim, sempre que teoria e prática, saber e agir se sobrepõem, a formação sustenta o ponto de vista da relevância pragmática e da dignidade moral do saber cientificamente produzido. Tais pontos de vista surgem sempre que se recorre à ciência para compreender as situações práticas e para lidar com elas (2007a, p. 95-96).

Destaca-se, então, que a vida prática é cultural e não pode ser entendida de maneira natural, mas considerando as implicações das relações construídas em suas peculiaridades nos âmbitos temporal e espacial, constituindo um conjunto de normas e valores específicos dos grupos humanos dentro do tempo e espaço e sem hierarquização e nem definição de parâmetros de julgamentos.

Dessa forma, para Rüsen (2007a), só há um agir consciente quando o sujeito consegue controlar a articulação dos saberes teóricos com os “demais saberes” e, com isso, “a apreensão abrangente da situação” (2007a, p. 99). Trata-se do movimento de entender as experiências passadas e identificar suas conexões no presente, promovendo as possibilidades

as projeções de futuro. O saber histórico¹³ é potencializador de orientação para uma vida mais qualificada, pois o saber histórico configura-se como suporte de respostas às problemáticas da vida social.

No que tange à apresentação dos conceitos básicos, que moldam a Didática Histórica, a Cultura Histórica é, para Rüsen (2007a, p. 121), “o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática”, sendo a Cultura Histórica “mais do que o domínio do conhecimento manejado”. Ela se constitui, também, “campo da interpretação do mundo e de si mesmo” (2007a, p. 121) formada pela consciência histórica, que nutre, estabelece e configura a seleção das memórias históricas.

A Cultura Histórica é apresentada por Rüsen (2007) em três dimensões: a primeira cognitiva, que define o uso da razão “aplicada à prática do saber histórico”, validando a orientação; a segunda é estética, “apresentação formal do saber” direcionado à “orientação histórica” eficiente; e terceira, política, na legitimação para validar domínio e poder. Rüsen (2016) assim enuncia sobre a Cultura Histórica:

A cultura histórica tem, enquanto categoria, um duplo sentido: iluminar e explorar, teoricamente, um âmbito da experiência e determina, ao mesmo tempo, aspectos normativos da práxis, neste âmbito. Sem este componente normativo não se pode explicar a conjuntura do limite, a discussão pública, sobre as formas, conteúdos e funções da memória histórica (2016, p. 76).

Apresentam-se, aqui, a interferências entre as três dimensões da Cultura Histórica, que diante das suas complexidades se manifestam na seleção da memória histórica mediante a Consciência Histórica, que dela e nela é moldada e que os sujeitos disseminam. Sobre a Cultura Histórica, Schmidt (2014) declara que indubitavelmente a Cultura Histórica é constituída nas particularidades dos seus processos históricos e dela se alimenta e divulga a consciência histórica. Sendo assim, ela afirma:

É por esse pressuposto que se pode afirmar que a cultura histórica é a própria memória histórica, exercida na e pela consciência histórica, a qual dá ao sujeito uma orientação temporal para a sua práxis vital, oferecendo uma direção para a atuação e autocompreensão de si mesmo (2014, p. 32).

Em relação à didática da história na cultura histórica, Rüsen (2012, p. 135) declara: “Aprender historicamente é adquirir a capacidade de formar sentido historicamente”, considerando as relevantes interpretações ocorridas nas três dimensões da cultura histórica,

¹³ De acordo com Rüsen (2001), o saber histórico trata-se de pensar historicamente, como resultado obtido e construído dos processos da ciência da História, que capacitam os sujeitos, após análise e articulação entre pensamento histórico com a consciência histórica e da prática do saber histórico na vida.

pois todas são campos do aprendizado expressas nas competências narrativistas. Logo, que todo “saber é uma síntese de experiência e da interpretação” (Rüsen, 2012, p. 137).

A Cultura Histórica, na interpretação de Schmidt (2014, p. 32), compreende “uma articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma determinada sociedade”. E ciente do caráter mutante e singular, pondera-se nas análises as especificidades: a localidade, os grupos sociais e a temporalidade.

Rüsen (2016) destaca que a Cultura Histórica: “[...] é, portanto, a memória histórica (exercida na e pela consciência histórica), que se dá ao sujeito uma orientação temporal em sua práxis vital, ao mesmo tempo em que oferece uma direcionalidade para a ação e uma autocompreensão de si mesmo” (Rüsen, 2016, p. 64).

Paralelamente à Cultura Histórica, a Cultura escolar apresenta-se como uma categoria conflituosa em que os ambientes considerados informais de educação, exteriores ao ambiente escolar, exercem força sobre a percepção e a estrutura do ensino, que é ofertado na escola. Sobre a Cultura Escolar, Julia (2001) define como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (2001, p. 10).

Sobre a cultura escolar, Julia (2001) chama atenção para a pressão e interferência de um “conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular”, impondo sobre a escola “normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas” (2001, p. 10). Sendo estas inevitavelmente impostas, manifestadas no ambiente escolar, através da Consciência Histórica operante na cultura.

Sobre este conceito, Schmidt (2020) pondera sobre a Cultura escolar, com base em sua interpretação da visão de Forquin (1993), como um conjunto de interações que ocorrem dentro da escola, que tendo influência direta externa ou não passa a ter uma leitura e sentido próprio da escola, pois ditam o ritmo das relações interna do ambiente escolar. Como afirma Schmidt (2020):

[...] como o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, normatizados, rotinizados, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas e da cultura da escola, sendo essa última a forma específica de realização da cultura escolar no interior da própria escola (2020, online).

Isso reforça a percepção da Consciência Histórica como meio pelo qual se manifesta a realidade do aluno, visto que revela o resultado da equação das forças abstratas e simbólicas de que são compostas ambas as culturas: Histórica e escolar. Quanto ao cerne deste subtópico, a Didática Histórica, cabe ressaltar que Rüsen (2012) assevera sobre a obrigação da didática histórica em evidenciar as operações históricas do sentido: “a percepção, a interpretação, a orientação e a motivação” (2012, p. 140). É essencial utilizar-se da intromissão, por meio da racionalidade histórica, no intuito de garantir a identificação de particularidades da cultura direcionadas à aplicabilidade da aprendizagem resultante deste processo na vida prática.

1.4 A DIDÁTICA DA HISTÓRIA E O DCRB

Para Schmidt (2021), a Didática Histórica como “um campo disciplinar tem acolhido discussões de natureza polissêmica, abrangendo uma diversidade de interrogações” (p. 167). Nela, há a junção dos propósitos do ensino da História com as normativas e direcionamentos dos documentos oficiais da educação. Essa associação de propósitos visa ao melhoramento da aprendizagem histórico-escolar, mediante diálogos entre a Educação Básica e a estrutura de entendimento da produção do conhecimento histórico da ciência da História. Esse campo se configura, para os alunos, como um espaço simbólico, que concilia a Teoria da História com a aprendizagem escolar.

Schmidt aponta que as pesquisas no campo educacional têm se preocupado com a qualidade investigativa própria da ciência da História, na qual o saber histórico é um extrato da “[...] experiência humana com sua interpretação e orientação para vida prática” (Schmidt, 2020 online). Para ela, tanto os alunos quanto os professores realizam em conjunto a construção da aprendizagem histórica. Destacando as funções do professor de história, como: investigador e orientador, que busca identificar, entender e aprofundar a formação do pensamento histórico, desde a manifestação científica até consolidação do pensamento histórico alicerçado aos processos da cognição histórica.

Os professores partem das multi perspectivas da natureza do conhecimento histórico, de maneira que a utilização dos diversos recursos pedagógicos e os diagnósticos da aprendizagem devem ser avaliados por toda produção dos alunos. O docente, como orientador, tem a responsabilidade de referenciar e intervir para fomentar o aprendizado histórico relevante. Portanto, se fazem necessárias as instituições de critérios para realizações de diagnósticos da aprendizagem e o estabelecimento de categorias, que dialogam com os processos formativos de identificação do conhecimento histórico com as habilidades

históricas, permitindo verificar as interpretações das operações mentais, isto é, o desenvolvimento da Consciência Histórica.

Schmidt (2021) salienta que a Didática Reconstitutivista da História se fundamenta na concepção de um pensamento histórico, que se utiliza do dialogismo na construção do saber histórico. A autora lembra que a preocupação com a aplicabilidade prática da aprendizagem histórica deve ser considerada desde o início, com o objetivo de promover a ampliação da Consciência Histórica do aluno. Sua finalidade, portanto, é o domínio do processo do conhecimento histórico, baseado na racionalidade histórica relacionada às narrativas históricas e capacidade prática da aprendizagem nessa área.

Pina e Silva (2020) evidenciam o estudo de Schmidt sobre Didática Reconstitutivista como uma “leitura inovadora”, pois na sua conceituação estabelece uma formação emancipadora das aulas de História. Neste sentido, ressaltam:

[...] o conceito da Didática Reconstitutivista da História como adesão ao fato de que a aprendizagem e a cognição histórica precisam ser referenciadas na História, na intenção de estabelecer metodologias que privilegiem, durante a aula de História, a relação passado, presente e futuro como uma reconstrução que possibilite novas narrativas históricas (2020, p. 230).

Há, assim, múltiplas contribuições indicando os processos de construção do pensar historicamente, inspiradas inicialmente por Rüsen (2001) e reinterpretadas por diversos intelectuais da corrente rüseniana. Ressaltam-se aqui as dez representações das Categorias que compõem as competências do pensamento histórico, usadas por Schmidt (2020) para orientar a prática pedagógica do professor historiador, uma vez que nelas a narrativa histórica é atribuída um sentido.

Schmidt (2020) destaca as seguintes categorias: Argumentação, Significância, Evidência, Mudança, Empatia, Interpretação, Explicação, Motivação, Orientação e, finalmente, a experiência (Percepção). Todas essas possibilidades podem ser mobilizadas ao usar as historiografias escolhidas como instrumento para entender a história dos sertões da Bahia. Portanto, começam a referenciar as orientações dos modos, tempos e dos sujeitos históricos, que viveram nestes sertões da Bahia, colocando-os não à margem dos eventos históricos da sociedade brasileira, mas como um componente ativo dela.

Observa-se a partir das obras de Ivo (2012) e Ribeiro (2019) a reconstrução do passado dos sertões da Bahia do século XVIII, as quais salientam a diversidade de sujeitos, moradores permanentes ou transitórios destes espaços. E certificam estes espaços como dinâmico, de: mobilidades, de produções, de conexões transatlânticas e regionais,

desmistificando, assim, a imagem de isolamento e insignificância destes sertões. Além de enfatizar as ações femininas, que, apesar dos rigorosos controles morais e jurídicos da época, tiveram um impacto direto na formação de relações e dos investimentos, especialmente na gestão das fazendas e nas formas de trabalho.

Não diferentes, os usos das historiografias de Neves (2012) e Pires (2010), as quais têm desenhado o recorte histórico – os sertões da Bahia no século XIX. Podem instigar, a partir dos processos de análises das experiências da escravidão, as formas de trabalhos e de resistências, além das relações políticas nacionais e os desdobramentos delas nos sertões da Bahia à qualificação e aprofundamento do conhecimento histórico.

As pesquisas historiográficas mencionadas anteriormente são fundamentadas em critérios e compromisso ético com os métodos, com o objetivo de reconstruir a visão do passado por meio da metódica histórica. Tais pesquisas contribuem para a instrumentalização do estudante, que ao se deparar com tais estudos é estimulado a refletir, reconhecer e compreender as complexidades das relações que ocorrem nos sertões da Bahia. Promovem o desenvolvimento de uma consciência histórica dialógica, ao intensificar as competências nos alunos “estratégias do pensamento histórico que articula conceitos, conteúdos, categorias e princípios com vistas a construir atribuição de sentidos” (Schmidt, 2021, p. 173-174).

Diante disso, Schmidt (2020) ressalta sobre o compromisso ético com o presente e com o passado. É necessário estar ciente da potencialidade da formação histórica não apenas para a vida do indivíduo, mas para toda a sociedade. Sendo assim, importante desenvolver e ampliar a Consciência Histórica pela reconstrução do passado, este é reinterpretado para promover os entendimentos das carências presentes e identificar, reafirmar ou promover novas orientações particulares ou coletivas, modificando-as em outras correspondentes.

Pretende-se trabalhar a Consciência Histórica Dialógica, sobre a qual Schmidt (2021a) afirma que: “[...] pode ser analisada em sua relação com a vida prática e na articulação entre as diferentes vozes do presente e do passado, possibilitando múltiplas perspectivas para o futuro” (2021a, p. 172). Pode-se favorecer a funcionalidade da disciplina de História na atualidade – temporalidade complexa com perspectivas e subjetividades. Schmidt (2021a) propõe um repensar dialógico da didática para reconstrução do passado.

Ao incentivar investigações sobre as carências de orientação da vida prática, presentes nos conhecimentos prévios dos alunos, bem como o processo de metacognição, a consciência histórica dialógica inclui a importância concedida à autorreflexão do aluno e como isto é fundamental para que ele opere sua identidade de uma forma discursiva argumentativa, necessária à orientação temporal (2021a, p. 183-184).

Schmidt (2020), diante das complexidades e especificidades da Didática Histórica, reconhece o envolvimento de uma rede de elementos e que estes são fatores de diversas estruturas escolares, culturais, cognitivas da história, as quais articulam a vida com os conhecimentos teóricos, tendo a “categoria da prática social como ponto de partida e chegada da aprendizagem e de ensino de história” (Schmidt, 2020, online).

É no dialogismo¹⁴ que a Didática Recontrutivista da História se estrutura e que decisivamente não compactua com as estruturas tradicionais do professor centralizador do saber. Para Schmidt (2020), qualquer que seja a metodologia adotada pelo professor historiador deve levar em consideração as dinâmicas entre os diversos pontos de vista e suas construções de sentido, tendo como meta o conhecimento histórico científico.

Schmidt (2021) afirma que o principal objetivo das aulas de história é promover a ampliação da competência da atribuição de sentido, que articula a razão da história às carências da vida prática. Além disso, motiva e ajuda no desenvolvimento de uma consciência histórica dialógica, que não descarta as informações e elementos das culturas, uma vez que busca a (res)significação na aprendizagem histórica, porquanto não visa à reprodução, mas ensina e desenvolve habilidades nos alunos, tendo em vista potencializar a sua autonomia na autocompreensão e também do mundo, consequentemente orientar seu comportamento e projeção do futuro.

O Documento Curricular Referencial da Bahia de 2022 (doravante, DCRB/2022) revela, em seu discurso, que o ensino da disciplina da História no Ensino Médio tem objetivos com foco na diversidade dos estudantes, formação formal, ou seja, base científica, estimular a consciência crítica dos estudantes, promover a formação continuada e a promoção da cidadania. Segundo o DCRB/22, o ensino na disciplina de História para o Ensino Médio baiano deve-se observar que:

Sendo a experiência do presente a matéria-prima que levanta certas inquietações para a formulação de questionamentos sobre o passado, sob esta ótica, a História é atualíssima. Desse modo, o ensino do componente demanda um campo de estudos que desenvolve a orientação temporal tal como a construção da consciência histórica, como também a compreensão dos interesses que motivam os sujeitos históricos e pensamento crítico (2022, p. 181-182).

¹⁴ O uso do Dialogismo é construído por Bakhtin e apresentado por Souza (1997) como o confronto de diálogos de duas ou mais consciências, que convergem e divergem e que impede a supremacia de um, mas se mescla e um novo conhecimento resulta do diálogo. E Schmidt (2021) acrescenta: “outros aspectos constitutivos deste diálogo são os significados e a atribuição de sentido, a intersubjetividade que constrói os próprios sujeitos produtores da narrativa e os tipos de sociabilidades efetivadas na e pela relação entre os sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e dos sujeitos com a sociedade” (p. 171).

No entanto, apesar de um discurso democrático diverso e incentivo às interpretações das diversas fontes e dos recursos didáticos, que rompe com o tradicionalismo, o documento não reafirma a História, como disciplina. Já que até 2024 tinha reduzido sua carga horária, com a desculpa de deslocar as potencialidades dos conhecimentos históricos, a serem empregados nos itinerários, de acordo DCRB (2022): “A partir de tal reestruturação, o/a professor/a, pode e até deve observar conteúdos, competências e habilidades que podem ser melhor tratados e desenvolvidos por disciplinas dos Itinerários Formativos” (2022, p. 182).

E ainda reproduz o viés empreendedor e generalista à área de humanas, ao apresentar as estruturas dos Organizadores de Ciências Humanas e Sociais aplicadas para as três séries do Ensino Médio. Entre as páginas 187 e 201 do documento em questão são reafirmadas as competências gerais da BNCC (2017) e as competências e habilidades específicas a todas as disciplinas da área de humanas e sociais aplicadas, citação dos conteúdos programáticos de cada disciplina, com o nome de Objetos de Conhecimento por componente curricular.

A exemplo, pode-se observar na competência geral de número 07: Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. A qual está associada aos trechos das outras competências gerais da BNCC (2017): número 5: “Empatia e cooperação”, a número 6: “*Cultura digital*”; número 8: “Autoconhecimento e autocuidado”; número 9: “Responsabilidade e cidadania” e de número 10: “Projeto de vida”, que implicitamente reforça os valores neoliberais, que moldam as instruções educacionais para que os estudantes sejam preparados a assumir autonomia e responsabilidades diante ao mercado de trabalho, como fosse o objetivo da vida deles.

Pode-se mencionar como um ponto positivo ao ensino de História e que contribui de fato com a finalidade da história, mesmo que indiretamente, a instituição de três Habilidades Bahia¹⁵, com exemplo no DCRB(2022): “ (EM13CHSBA02) Analisar, compreender e caracterizar processos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais da Bahia, tendo em vista suas peculiaridades regionais e o seu papel no cenário nacional.” Esta habilidade dar fundamento legal, por ser uma diretriz oficial, a ação pedagógica do professor historiador a

¹⁵ As Habilidades Bahia são três: (Ensino Médio, 1ª a 3ª série, Ciências Humanas Sociais-Bahia, doravante: EM13CHSBA, acrescida do número. São: (EM13CHSBA01); (EM13CHSBA02) e (EM13CHSBA03) encontradas no DCRB-2022, nas páginas 189, 193, 198 e 199. As Habilidades Bahia são relacionadas transversalmente a todas as seis competências específicas da área de competências da Ciência Humanas e estabelece um aprimoramento para o desenvolvimento das 10 competências gerais da BNCC.

promover possibilita diálogos do professor de História do Estado da Bahia com as abordagens da Didática Reconstrutivista da História, pois indica um ensino de História que encoraja a aprendizagem histórica direcionada à prática da vida dos alunos e à percepção de si e do mundo.

Neste sentido, propomos que as contribuições historiográficas de Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2010) podem e devem ser aplicadas no ensino de História, especialmente na segunda série do Ensino Médio na Bahia, pois ao cumprir as normativas legais do DCRB/2022. O professor historiador poderá remodelar os propósitos empreendedores do DCRB (2022) e provocar momentos e instrumentalizá-los, para que os estudantes reflitam sobre o presente, a partir de passado reconstrutivo. Conforme Rusen (2001), a “função racionalizadora da prática textual” e com os demais teóricos runsenanos defendem o ensino da História, que provoque uma aprendizagem de sentido prático. Capaz de incentivar o autoconhecimento de si e do coletivo, como também, as orientações de ações e projeções de uma sociedade desejável.

Para Schimdt (2021a), o ensino de História no uso de uma didática que opera mediante uma referência à Consciência Histórica, ou seja, a do tipo Dialógica, que utiliza das operações mentais a fim de instigar a autocompreensão dos alunos dos sertões dos interiores baianos com vistas a estabelecer sentido na aprendizagem histórica. E reafirma os sertões da Bahia com sujeitos e os espaços diversos e históricos integrantes do conhecimento histórico restrito, mas também parte funcional, própria e apta como meio de aprender história do Brasil.

Assim, auxiliou-se as arguições dos sujeitos dos sertões dos séculos XVIII e XIX, nos diversos processos de relações e interpretações, vinculando-os às ideias substantivas apresentadas no currículo. De forma audaciosa, cumprindo as obrigações estabelecidas pelo sistema educacional de forma significativa. Direcionado às suas necessidades, o aluno tem dificuldades em entender a si mesmo e do sertão como espaço integrado e ativo do território brasileiro. Espera-se que possam enxergar, a valorizar e agir como sujeitos protagonistas das suas vidas, além de reconhecer o seu espaço local como produtor de saber e agir para qualificação e desenvolvimento desta sociedade.

Anuncia-se assim, a partir do próximo capítulo, uma reflexão sobre o uso das mulheres como temática deste estudo, mediante as presenças e ausências, inicialmente percebidas e ofertadas pelas narrativas historiográficas tradicionais e posteriormente nas historiografias recentes para servirem de fundamentação para superação das carências atuais da sociedade contemporânea local e proporcionar um momento de estímulo da aprendizagem histórica significativa aos alunos do Ensino Médio do interior dos sertões da Bahia.

2 O SERTÃO E AS MULHERES NAS HISTORIOGRAFIAS - EXEMPLOS EM ABREU E HOLANDA

Ao refletir sobre o Ensino de História na Educação Básica é preciso ao professor historiador repensar sobre quais concepções suas aulas de história estão alicerçadas, pois a partir destas concepções teóricas e historiográficas que se fundamentam as escolhas dos espaços, período e as ações dos sujeitos aos discursos históricos traçadas na sala de aula, que leva em consideração, além das imposições dos documentos oficiais, as adequações cabíveis à etapa escolar em que aluno se encontra.

Neste sentido, a construção da ação do pensar historicamente reflete as preposições em que as historiografias selecionadas são embasadas. Assim as suas teorias comprometidas com a cognição da história submetendo as suas metodologias de pesquisas em estruturas científicas. O uso desta serve para aprofundamento de argumentações com utilização de fontes e fatos consistentes. Já que segundo Rüsen (2007 b): “a historiografia dá forma ao conhecimento histórico para que este possa apelar à capacidade de raciocinar daqueles a quem se destina ou por quem é utilizado” (2007b, p.17).

Rüsen (2001) sustenta o pensamento de que a historiografia é a prática dos princípios teóricos da História, materializados na condução da pesquisa e escrita, dando significado à História contada e, portanto, não há uma só teoria, muito menos um só tipo de historiografia, mas em todas elas há um processo de cognição histórico estruturado e que revela as formas que manifestam e produzem o conhecimento histórico, que se transforma em saber histórico.

Nesta perspectiva, Martins (2011) afirma que: “enquanto científica, a narrativa historiográfica [...] está submetida às convenções e aos controles metódicos da especialidade” (2011, p. 44), podendo o professor historiador usar as historiografias na construção de sentidos na construção da percepção do tempo histórico, da sua identidade e para compreensão das organizações sociais e das diversidades das experiências vividas pelos grupos sociais dentro da mesma sociedade na mesma dimensão temporal, assim como reconhecimentos das distintas experiências de outros grupos e sociedades diferentes.

Portanto, ao destacar nos estudos de história para os alunos da 2ª série do Ensino Médio, as ações, as formas que elas foram representadas, as trajetórias e presenças das mulheres nos sertões da Bahia nos séculos XVIII e XIX são uma possibilidade para o professor historiador responder à carência da atualidade da sociedade refletida nos anseios dos alunos, que necessitam enxergar as mulheres como sujeitas históricas e protagonistas de seu

tempo, sendo meio viável de percepções e entendimentos das demandas do tempo e espaço, que estão inseridas.

De acordo com Lima et al. (2025) as análises das experiências históricas das mulheres são valiosas porque ampliam e qualificam a compreensão da História do Brasil ao romper com narrativas tradicionais centradas em sujeitos masculinos, brancos e elitizados. Ao evidenciar a agência feminina nos âmbitos público e privado, essas pesquisas revelam dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais antes invisibilizadas, permitindo compreender como as mulheres atuaram, resistiram e negociaram poder em diferentes contextos históricos.

Além disso, o estudo destaca que a História das Mulheres contribui para uma leitura mais complexa da sociedade brasileira ao incorporar categorias como gênero, raça, classe e sexualidade, mostrando que as experiências femininas são plurais e atravessadas por múltiplas desigualdades. Essa abordagem não apenas enriquece a História Geral, mas também questiona hierarquias, desestabiliza explicações naturalizadas e oferece novas perspectivas para entender a formação histórica do Brasil, suas tensões sociais e suas estruturas de poder.

Neste sentido, Alves e Becker (2018) afirmam que a seleção do recorte temático, que salienta a presença das mulheres como objeto de estudo, na historiografia tem pouco tempo. Ressaltam que as mulheres foram pensadas como ser social de análise historiográfica apenas a partir da Escola de Annales¹⁶, principalmente a presença de muitas historiadoras renomadas, como: Pauline Schmitt-Pantel, Rebecca Solnit, Margareth Rago dentre outras ao pesquisarem e investigarem metodologicamente as suas fontes; as produções de obras tiraram as mulheres da invisibilidade das narrativas históricas e atribuição das mulheres como sujeitas social, portanto, objeto de estudo possível a todos os historiadores.

Na argumentação em Frias (2013) é possível perceber que as atribuições das funções da mulher na formação da sociedade brasileira são interpretadas e divulgadas pela narrativa de Holanda (1995), sob os processos históricos do Brasil colonial, de forma a afirmar a desigualdade social da condição de sujeitos históricos, referindo as ações femininas como coadjuvantes, ou seja, como ações complementares do protagonismo masculino. Silva (2008), ao pensar na “Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil” (2008, p. 223) reflete sobre o gasto de tempo em que as análises historiográficas oficiais, redigidas predominantemente por homens, retardaram em “incorporar às suas preocupações o sujeito feminino” (2008, p.

¹⁶ Para Alves e Becker (2018), as três gerações da *Escola dos Annales* são responsáveis por: “o surgimento e construção da escrita sobre as mulheres nas pesquisas históricas que permitem pensar a respeito da temática, compreendendo o papel feminino na sociedade, o qual possibilita desconstruir estereótipos e conceitos preestabelecidos e definidos sobre sua atuação e seu papel social” (2018, p. 117).

224), e que consequentemente designaram papéis e das ações das mulheres como segunda categoria ou simplesmente desconsiderado como objeto de estudo.

O movimento feminista fortalecido na segunda metade do século XX contribuiu para romper com as diversas restrições condicionadoras às mulheres, em especial na historiografia. Silva (2008) repercute que é a partir da década de 80 do século XX o recorte temático de gênero¹⁷ como categoria de análise, que pretende romper com narrativa estereotipada de submissão inquestionada por análises mais específicas, que identificam as diversidades e as readaptações dos comportamentos femininos ao longo do processo histórico, enquanto sujeitos presentes e atuantes em seu contexto histórico.

Entretanto, ao longo das produções historiográficas brasileiras, dois autores se distinguem da historiografia tradicional, apesar das narrativas comprometedoras das mulheres enquanto sujeitos históricos, pois os contextos históricos das produções dos clássicos de Capistrano de Abreu (2014, 1930 e 1998) e de Sérgio Buarque de Holanda (1995 e 1975) ao mesmo passo que se revelam disruptivos, dando contornos interpretativos mais sociais às narrativas da História brasileira, principalmente em Holanda (1995 e 1975) que agregou valores culturais e sociais.

Mediante as exposições acima foram selecionadas cinco obras tratando de dois historiadores nacionais em dois momentos diferentes da historiografia tradicional. A primeira evidenciada em Capistrano de Abreu (2014, 1930 e 1998), com a construção nacional e científica transitória da estrutura positivista para moderna da produção historiográfica. Ainda aponta algumas percepções do evolucionismo, reflexo do contexto histórico do século XIX. Já Sérgio Buarque de Holanda (1995 e 1975), numa perspectiva mais moderna e da influência direta da sociologia weberiana em análises sob a ótica de uma corrente historiográfica cultural-interpretativa do social, onde busca compreender os valores, hábitos e identidades do povo brasileiro, mas ainda de maneira generalista.

Desta forma, observando as produções selecionadas desses dois autores, que mesmo rompendo com a corrente historiográfica tradicional, ainda persiste a subalternização do papel feminino na historiografia. O que se pretende ao selecionar é identificar as maneiras que as

¹⁷ O conceito de Gênero é sintetizado em Cunha (2000) como: “Recorrentemente, o conceito de gênero é utilizado para desnaturalizar papéis e identidades atribuídas ao homem e à mulher. Diferencia-se também **sexo** (a dimensão biológica) de **gênero** (uma escolha cultural, um produto construído social e historicamente) (2000, p.155).

mulheres são narradas, as “qualidades”¹⁸, as atribuições que são evidenciadas e de onde são e, principalmente, se há presença de mulheres dos sertões da Bahia.

2.1 AS MULHERES EM CAPISTRANO DE ABREU: SUBALTERNIZAÇÃO E DOMESTICIDADE NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO BRASIL

São três as obras de João Capistrano de Abreu que foram analisadas neste estudo: *Descobrimento do Brasil* escrita no final do século XIX, mas a edição estudada foi a lançada pela fundação Darcy Ribeiro, através da Universidade de Brasília em 2014; *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* edição digitada e registrada na biblioteca do Senado Federal sob o número L 2003 – 3424 e *Capítulos de História Colonial* edição publicada em 1995.

Os livros de Abreu (2014, 1930 e 1995) apresentam discurso historiográfico tradicional, que se fundamentam em fontes consideradas oficiais, e nas quais se nota nos argumentos e nas interpretações acerca dos fatos contemplados descrições geográficas, destaques aos feitos dos grandes homens citados e afirmados civilizadores. Cabe destacar, nas obras historiográficas de Abreu, a preocupação da análise metodológica das fontes e os cruzamentos e confrontamentos delas nas apurações das informações na busca de confirmações ou retificações dos fatos investigados reforçam o caráter metódico do historiador, dentro do seu tempo histórico de ciência do século XIX, sem aprofundamento, as origens e as construções sobre a produção das fontes históricas. Porém, alinhado aos critérios metodológicos positivistas científicos, o historiador se esforçou nas produções de estudos, que procuram a construção da história brasileira, através da perspectiva da narrativa historiográfica da época, conforme Abreu (2014):

Neles inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribos nômadas. Abreu (2014, p. 45).

Gontijo (2020) ressalta a importância de Capistrano de Abreu na ampliação historiográfica sobre os estudos em relação ao Brasil na “divulgação de documentos capazes de abrir espaço para estudos de história social e econômica e não somente política-administrativa, bélica e genealógica” (2020, p. 492). Ao apresentar a história do Brasil, ele

¹⁸ Sobre o termo “qualidade” é apresentada por Paiva uma explicação deste e de outros termos, que retratam nas sociedades “fortemente hierarquizadas”, colonial e imperial escravista brasileira (séculos XVIII e XIX), “ainda que comportassem mobilidade notável”, os léxicos assumem importantes papéis de identificação e distinção “dos indivíduos ou dos grupos” (2023, p. 254).

alicerça o discurso narrativo a partir dos agentes da ocupação dos solos, os povoadores, os quais ele percebe estes como agentes em duas categorias os autóctones naturais, os indígenas e os agentes exóticos ou estrangeiros históricos, que são os europeus e negros. Gontijo (2020) esclarece que Capistrano classifica os agentes, segundo as relações, que cada um destes grupos lida com o meio ambiente, sendo assim os indígenas são apontados como naturais, enquanto os negros e os europeus como históricos. Constrói, ainda no final do século XIX, uma narrativa historiográfica considerando o tripé: meio, raça e instituições.

Capistrano de Abreu entende que as instituições não são restritas às organizações políticas e administrativas, mas como ponto de entendimento as relações humanas referindo aos moldes de interações que estes grupos participaram nos processos colonizadores, nas formas de divisões de trabalho, as associações, sistemas de defesa e nas manifestações culturais. Em síntese, para Gontijo (2020) é possível confirmar a consolidação de Capistrano de Abreu como historiador de impacto da historiografia brasileira e suas contribuições para a percepção da identidade da nação brasileira, assim como pretensão própria de narrar a história do Brasil.

Diante disso, o discurso historiográfico em Abreu sobre as mulheres se dá na descrição previsível do século XIX, uma narrativa coletiva de grupos étnicas que representa (brancas e indígenas, pouca menção às mulheres negras). Nas obras de Abreu, as fontes históricas analisadas descrevem a mulher de forma generalista, evidencia a submissão do comando patriarcal inseridas em serviços associados aos seus domicílios, objetificadas, à espera de seus casamentos e procriação. Enfim, nos textos de Abreu (2014, 1930 e 1998) nota-se nas narrativas o domínio do protagonismo masculino, destacando-os como agentes produtores, transformadores e responsáveis de ideias, circulação de informações, comportamentos e dos acontecimentos.

A obra de Capistrano de Abreu (2014) foi produzida, como afirmado antes, com base nas leituras de documentos históricos primários. Neste sentido, é muito presente descrições sobre os indígenas brasileiros, chamados de “brasis”, ao evidenciar as falas e os comportamentos deles, mediante a ótica das narrativas de viajantes portugueses e franceses. Além de concorrerem os espaços territoriais, os europeus exercem sobre os brasis, a função de agentes de relações instáveis, em oscilações de momentos de paz e conflitos. Mesmo assim, os brasis, foram eficientes no adentramento e exploração da colônia, principalmente pelos detalhamentos territoriais - geograficamente montanhosas desafiantes e longas distâncias permitiram que os homens, que compunham as Entradas e Bandeiras, utilizassem os rios como apoio.

Ao abordar o adentrando ao interior colonial, Abreu (2014) apresenta os rios como meio viabilizador da interiorização, em especial no sertão do que hoje é identificado nordeste brasileiro, o Rio São Francisco e outros rios como: Rio das Velhas, Itapicuru, Paraguaçu, seus afluentes e riachos próximos. Destacam-se aqui os espaços das bacias hidrográficas de Itapicuru e Paraguaçu como roteiros possibilitadores para alcançar os sertões da Bahia. Abreu (2014) faz relevantes destaques das descrições da geografia dos espaços como também apresenta constatações da miscigenação da população, justificadas nas interações das relações: “diversidade de raças, deu-se aqui um cruzamento em grau considerável, e estabeleceram-se muitas classes na população” (2014, p. 89).

A miscigenação é entendida como efeito natural pela presença em pouca quantidade de mulheres europeias e reforça no discurso evolucionista civilizatório a superioridade dos moldes europeus em relação aos indígenas e aos negros. Abreu (2014) expõe:

Se calcularmos em sessenta mil a população do Brasil civilizado em 1600, os brasis eram representados por trinta e trinta e cinco mil, os africanos e filhos de africanos por vinte mil, os europeus e os mazombos por menos de dez mil. Entretanto foram estes que venceram, pelo princípio superior que representavam, pela coesão, pela organização, por muitos outros motivos que fora longo enumerar (Abreu, 2014, p. 90).

Em Abreu (2014) há poucas narrativas sobre as mulheres e bem menos ainda como objetos centrais de estudos, mas sempre como coadjuvantes das funções masculinas. Tal escrita revela que estas não eram consideradas como sujeitos históricos relevantes na construção do discurso historiográfico do século XIX. E por isso, as argumentações relacionadas às mulheres consistem em relação a miscigenação, devido ao número reduzido de europeias nas terras americanas e “o costume vigente entre os naturais de oferecerem mulheres aos hóspedes” (2014, p. 93), como apenas estas se reduziam cumprimento dos padrões sociais indígenas estipulados a elas. A sedução das mulheres “Igualmente simpática a sua atitude a respeito dos indígenas” (2014, p. 176) na nudez e disposições dos seus corpos pintados tentam e corroboram na miscigenação entre os brasis e os europeus desde o encontro.

Além de relacionar as mulheres indígenas e negras a perigos e “serviços sexuais”, sempre é evidenciado o fato da formação das famílias mestiças, devido ínfimo de mulheres europeias nas terras: “com este pessoal exíguo, que não bastava para enchê-lo, ia Portugal povoar um mundo. Como consegui-lo, sem tomar “mulheres da terra por mancebas”?” (2014, p. 245), mas também como armas e sedução, sendo iscas e executoras das mortes dos homens europeus nos rituais de antropofagias: “assim como responsáveis para preparos dos rituais: onde já estavam as mulheres fazendo o cristão em pedaços e assando-o em um grande fogo,

que tinham acendido à nossa vista, mostrando-nos muitas porções dele e comendo-as” (Abreu, 2014, p. 193)

A mulher como satisfação sexual dos marinheiros, dado histórico presente na obra, informa para além dos territórios da colônia América Portuguesa, é o relato da presença de mulheres negras como mecanismo de controle dos comportamentos dos homens nas armadas. As mulheres negras são usadas como alívio sexual, para que, a manutenção dos objetivos tidos como nobres: conquistas de terras e riquezas dos homens sejam viabilizados.

Bartolomeu Dias levava consigo na armada algumas negras, que deviam servir-se das imunidades do sexo (podiam ficar seguras, diz João de Barros, porque como eram mulheres com quem os homens não têm guerra não lhes haviam de fazer mal algum) para alcançar, se possível, o reino sempre cobiçado, sempre esquivo. (Abreu, 2014, p.166)

É interessante refletir na informação sobre gênero feminino na gramática tupi, pois esta não distingue o gênero e nem do singular e do plural, Abreu (2014) enuncia como aspecto de inferioridade dos povos indígenas. Além de ligar outro traço da cultura indígena, que geralmente é destinado às mulheres pelo senso comum tradicional europeu, a obrigação de cuidar do filho recém-nascido: “penitenciavam-se os homens no choco se algum filho nascia” (2014, p. 186). Tal afirmação permite como interpretação da inferioridade cultural dos indígenas em relação aos europeus.

Já nos estudos de Abreu (1930) os relatos descrevem as experiências dos colonizadores portugueses pelos caminhos, que penetraram a colônia da América Portuguesa. Estabeleceram os homens protagonistas em percorrer e sobretudo de aberturas das estradas que adentravam as províncias em busca do ouro e transporte de mercadorias, além da catequização e a domesticação dos gentis. Ainda salienta as disputas das terras como os empreendidos com outros europeus, os franceses, devido a França Antártica. E as ameaças dos confrontos com os povos indígenas fizeram com que as terras não fossem tão desejadas, mas salienta o poder dos donatários e os privilégios no território. Nesse capítulo há citações de mulheres como: a esposa do donatário, Ignez Fernandes Pinta, mas sem aprofundamento apenas sua atribuição com mãe dos; outra citada é a Santa Luzia, “uma mulher atôa” (1930, p. 45) de Santo Amaro envolto atmosfera de conflitos com os vigários, que acusam alguns de heresias. Abreu (1930) apresentou a Inquisição, que oirizou a sociedade colonial.

Ao tratar os povoamentos, Abreu (1930) afirma os homens como únicos autores na construção da história do Brasil, em especial homens possuidores de títulos. “Da passagem de tantos homens audazes apagava-se, porém, o efeito com a esteira das canoas que montavam.

Seus nomes pertencem antes á erudição que é história” (1930, p.55). A citação de D. Adriana de Olanda, de 110 anos, nomeada por ser viúva de fidalgo alemão e sua longevidade, que segundo o texto, ofertava aos descendentes os relatos dos grandes feitos dos homens, que fundaram os engenhos, que ainda conserva em sua mente. Os sertões são retratados em Abreu (1930) como local de dispersão de etnias indígenas para outros lugares, de pobreza escassez, onde até as roupas dos noivos eram emprestadas alternadamente; de periculosidade assaltos a viajantes e as aldeias e conflitos territoriais.

Nas propostas de Abreu (1930) em relação ao sertão da Bahia ressalta-se que o desafio das hostilidades humanas e naturais contidas na caatinga teve como a saída de viabilização da usufruir o território foi a presença do gado. Sob condução de homens de diversas cores e status, sendo os tidos mais ilustres identificados nominalmente nos registros, como João Gonçalves da Costa e responsabilizados pela circulação não apenas dos gados como de produtos e desenvolvimento, com a domesticação ou extinção dos indígenas; formação de povoados com diversidade “mulatos, mestiços e os pretos forros” (1930, p. 100) resultando que “os caminhos se foram povoando lentamente e as malhas de povoamento apertam-se mais na Bahia” (1930, p. 100-101) e, por consequência, a fundação de vilas, principalmente com alimentos de minas, fortaleceu a região dos sertões da Bahia¹⁹.

Não há nenhuma menção às ações das mulheres nos sertões da Bahia, mesmo destacando a diversidade da formação dos povoados na Bahia, a narrativa sempre se dá num viés masculino sem fazer menção a alguma senhora fazendeira nem mesmo na categoria de esposas. Por fim, o que se pode dizer sobre a obra de Abreu (1930) dentre muitas informações históricas no aspecto tradicional, são as inúmeras noções sobre os povos indígenas no Brasil colonial, pois contém dados de etnias, comportamentos, línguas e traços culturais sobre povos, que estiveram presente e circularam e resistiram por todo território brasileiro.

Ainda firmado na percepção dos acontecimentos históricos do Brasil colonial se dar pelos e para os portugueses, Abreu (1998) mantém as análises com apoio das contribuições da geografia, a exemplo: “Caatinga, carrasco, cerrado, agreste designam todas várias formas de vegetação xerófila, caracterizada pelas raízes às vezes muito profundas [...]” (1998, p. 20). Além dos estudos tendo os indígenas como fontes a serem entendidos e reconhecidos como formadores do povo brasileiro, mas num viés evolucionista, direcionando os estudos das

¹⁹ Abreu (1930) estabelece territorialmente uma vasta região, que pertencia a duas grandes famílias: a Torres e a Guedes Brito: “Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, escreve o generoso Antonil-Andreoni, pertence quase toda a duas das principaes famílias da mesma cidade, que são a da Torre e a do defundo mestre de Campo Antonio Guedes de Brito [...]” (1930, p. 99).

fontes para compreensão da formação do povo mestiços, que manifestavam diferentes características herdadas dos “povos naturais” (1998, p. 23) considerados primitivos e inferiores em relação aos europeus - A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas consequências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores (1998, p. 24).

No geral apresenta algumas informações e percepções históricas em relação às mulheres. Inicialmente a ótica da mulata como sedutora com o uso de danças: “As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarrs e foram verdadeiras rainhas” (1998, p. 30). As mulheres coloniais, inicialmente duas peças, saia e camisa – “A roupa caseira das mulheres constava de camisa e saia; o casebeque só apareceu mais tarde” (1998, p. 204). Outra informação encontrada é que a maioria conhecia seus noivos no dia do casamento. E as moças, da mesma casa, compartilhavam o quarto e aparentemente tinham preocupações com as festas, geralmente ligadas aos festejos religiosos.

Quanto aos deslocamentos, as viagens eram feitas comumente a cavalos e mulas, na companhia de algum homem, pelo qual eram protegidas tanto dos perigos da estrada, quanto na garantia da manutenção de sua honra. As mulheres paulistas produziam para as viagens vestes pomposas. “Nestas jornadas as mulheres são carregadas em liteiras por negros ou bestas, ou sentam-se, vestidas de longa montaria azul com chapéu redondo, em uma cadeirinha presa à mula.” (1998, p. 208). Além de descrever o uso de muitos enfeites nos pescoços, ressalta as papeiras como as características de beleza. Destaca Abreu (1998):

Desde Pindamonhangaba notavam-se papudos, e em geral os paulistas levaram o papo aos lugares onde foram. “Muitas vezes o pescoço é todo ocupado pela grande intumescência; entretanto, parecem considerar esta disformidade como beleza particular, pois não raro vêem-se mulheres com enorme papeira à mostra, ornada de ouros e pratas, sentadas em frente a suas casas, de cachimbo no queixo ou fiando algodão.” (Abreu 1998, p. 209).

No trecho acima, além da característica física evidenciada, é possível identificar alguma das atividades desempenhadas por estas mulheres, que devido suas joias e acessórios revelam deter certo poder aquisitivo e desfrutar de momentos de lazer nos encontros em frente das casas e aptos de consumo do fumo, pelo texto citar o uso do cachimbo e a atividade de fiar o algodão.

As referências das mulheres brancas de poderes aquisitivos são de sujeitos restritos, que possuíam pouquíssima liberdade de se deslocar. Até mesmo dentro de suas moradias, os espaços concedidos a elas são limitados de tempo e os quartos são áreas que passavam maior número de tempo. Sendo a igreja o local extradomiciliar do seu deslocamento, diante das

restrições citadas, o autor ressalta fator curiosidade e trabalhos artesanais das mulheres como trecho abaixo descreve.

As mulheres poucas vezes saíam a público e iam às missas de madrugada; algumas se serviam de cadeirinhas, carregadas por negros de bela estampa e rica libré; carruagens, pode-se dizer, não havia. A maior parte do tempo levavam em seus aposentos, quase em mangas de camisas, sem meias e até sem tamancos, ouvindo das mucamas histórias de carochinha ou bisbilhotices frescas, penteando o cabelo, embevecidas nos cafunés. Bordavam, faziam rendas ou doces, cantarolavam modinhas sentimentais, comunicavam com as vizinhas pelos quintais; entretinham-se com quitandeiras e beatas, ou abrigadas por uma rótula discreta procuravam saber o que havia na rua. As moças solteiras engordavam, quando se fazia esperar muito o dia do casamento, felizes as que encontravam "casa de Gonçalo, em que a galinha canta mais que o galo" (Abreu, 1998, p. 217).

Marca a característica passiva e limitante das pouquíssimas atuações ressaltando as feições físicas, que diferenciam as moças de 13 anos das senhoras idosas a partir dos 25 anos, fruto das experiências de suas trajetórias de vidas restritas que as conduzem as pequenas histórias experimentadas nos limitantes espaços de acesso. Essas mulheres são descritas com aspectos de fragilidade e conformidade, mesmo assim ainda o autor destaca que o desencanto de seus traços físicos é causado pelas “paixões vingativas e violentas” (1998, p. 218) como é possível notar no trecho abaixo:

Tal, acrescenta, é a aparência comum de uma moça de cerca de treze ou quatorze anos. Aos dezoito anos, a natureza atingiu a maturidade completa na brasileira. Alguns anos mais tarde torna-se corpulenta e até pesadona; adquire uma grande giba nas espáduas, e anda com um passo desgracioso e cambaleante. Começa a decair, perde o bom humor da fisionomia, e substitui-o por uma carranca; olhar e boca exprimem ambos que se acostumou a exprimir paixões vingativas e violentas, as faces ficam privadas de frescura e de cor, e aos vinte e cinco anos ou trinta transforma-se numa velha perfeitamente enrugada. (Abreu, 1998, p. 218)

As narrativas sobre as formas do viver feminino em Abreu contribuem para construção de uma representação generalista da mulher branca colonial, de um sujeito condicionado, coadjuvante, prisioneiros em suas habitações, submissão, de certas futilidades e ligada aos serviços domésticos ou no máximo, artesanais, os quais muitas vezes estão ligados a enxovais das casas.

Já sobre as mulheres negras e indígenas, como acima já dito, é representada enquanto objeto a ser adquirido e perigosidade de sedução, sobretudo as mulatas. Sendo as primeiras, quanto livres ou à procura da liberdade nas regiões de circulação das atividades mineradoras serviam trabalhos como: “negras cozinheiras, mulatas doceiras” à “os homens de maior

cabedal” (1998, p. 146). O autor frequentemente refere-se à responsabilidade da mestiçagem, diante da “ausência de mulheres de seu sangue” (1998, p. 40). Abreu (1998) cita evidência presente em seu tempo histórico em relação à mestiçagem com os franceses:

Muitos franceses mestiçaram com as mulheres indígenas, muitos filhos de cunhãs se encontravam já de cabelo louro: ainda hoje resta um vestígio da ascendência e da persistência dos antigos rivais dos portugueses na cabeleira de gente encontrada naquela e nos vizinhos sertões de Paraíba e Ceará. (Abreu, 1998, p. 69).

Nota-se uma diferenciação em Abreu (1998), em relação às mulheres do norte da colônia de forma mais ativa, talvez por imperar uma miscigenação indígena mais acentuada, as fontes destacaram os trabalhos de artesanatos como tecelãs e objetos, enquanto o homem se dedicava ao serviço nos seringais. Além disso, o historiador ressalta sobre as mulheres indígenas a dedicação e o domínio da atividade agrícola, que mediante a constante ameaças de guerras e afastamentos de seus lares, almejavam ser logo cativas e entregavam seus maridos: “[...] fugindo pelos matos sem poder gozar de suas casas, nem dos legumes que plantavam, traziam os maridos ameaçados que se haviam de ir para os brancos, porque antes queriam ser suas cativas que viver em tantos receios de contínuas guerras e rebates” (1998, p. 70).

Portanto, é possível notar que em Capistrano de Abreu (1998) não traz informação identificável e muito menos detalhada de qualquer ação feminina, as descrições são generalistas e categorizadas pelo grupo étnico que pertence. A maioria de suas menções são de passividades, submissão, sobretudo as mulheres brancas da elite. Já as mulatas, negras e indígenas com narrativa, que ressalta certa periculosidade, a exemplo uma intriga entre: “Soldados do terço do Recife e os de Bernardo Vieira de Melo entraram em rusga por causa de mulheres à-toa” (1998, p. 70), que resultou em tumulto local.

Por fim, vale destacar os dados estatísticos apresentados como fonte analisada por Abreu (1998) demonstrando o crescimento da população colonial brasileira, conforme descrito abaixo:

Segundo uma estatística de 1804, da obra de Pohl, existiam 7.273 brancos, 15.585 mulatos, 7.992 pretos, 19.285 escravos, ao todo 50.135 habitantes. Descontando das 24.371 pessoas do sexo feminino 7.868 escravas, sobre as quais não apresenta informações, havia casadas 809 brancas, 1.668 mulatas, 575 pretas, ao todo 3.052, e solteiras 2.663 brancas, 6.639 mulatas, 4.179 pretas, ao todo 13.481. Por esta sinopse vê-se também como o elemento africano era numeroso (Abreu, 1998, p. 209-210).

Observa-se, o número da população feminina ainda muito baixo em relação à população masculina e o detalhamento do estado civil da população feminina, além de evidenciar o resultado da população, que contem um elevado número de mestiçagem em ambos os gêneros, sobretudo, em relação aos africanos. O silenciamento da identificação da população indígena ou descendentes é deveras estranho já que a todo o momento narram sobre as interações com as populações indígenas. Ao salientar os números dos brancos serem menores, porém ser estes o colonizador dominador português, é notado o sentido do discurso, que manifestava no final do século XIX.

Portanto, o que é destacado na narrativa de Capistrano de Abreu acerca das trajetórias e formas de viver das mulheres do Brasil colônia são noções generalistas e categorizadas. Ao relacionar as funções e papéis femininos às tarefas domésticas, como a plantação e colheita, a cozinha, a louça e a preparação de bebidas fermentadas, indica principalmente aquelas de origens étnicas indígenas, africanas e as miscigenadas. No entanto, as mulheres lidas como brancas, de ascendência portuguesa, em maior parte dos casos, da elite colonial, desempenhavam uma espécie de organizadoras das festas, dos matrimônios, celebrações, em especial as festas religiosas e nas procissões, eventos sempre ligados à igreja, importante instituição colonial. Mesmo estas são narradas como figuras para manutenção da vida doméstica e social, de formas subalternas e de suporte.

Fazendo um salto de algumas décadas, trazemos agora outra narrativa historiográfica sobre o Brasil, produzida nos anos 1930-1950, para identificar como as mulheres aparecem na História do Brasil. Caminhemos pelas letras de Sérgio Buarque de Holanda.

2.2 AS MULHERES EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

As obras que foram analisadas de Sérgio Buarque de Holanda são duas, a primeira e mais famosa, *Raízes do Brasil*, mas utilizou-se a 26ª edição publicada em 1995 e *Caminhos e Fronteiras* (1975), 2ª edição, obras consagradas pela historiografia brasileira, pois oferecem relevante análise da formação histórica, cultural e social do Brasil. A escolha destas obras se deu não apenas por serem clássicos, mas por narrar o deslocamento para o interior e, portanto, as descrições e análises das fontes da formação histórica do território brasileiro, mesmo sendo o palco desse interior a região sudeste e menção de algumas outras regiões servem como ponto referencial de observação, identificação e interpretação sobre as formas em que as ações foram narradas.

Holanda (1995) propõe a compreensão do povo brasileiro, a partir de um comparativo de um tipo ideal, revelando assim, a forte influência da perspectiva weberiana. De maneira geral, o historiador inicia seu estudo sobre o colonizador português, que diante das ausências de hierarquias da administrativa da corte, sustenta-se nos elementos fortes dos aspectos religiosos, mas tiveram dificuldades em organizar estruturalmente as suas instituições. E assim, os desenvolvimentos sociais para os estabelecimentos de meios que fomentaram e qualificaram as ações de exploradores foram lidos como uma consequência natural, sendo esta revigorada e incentivada mediante, as estruturas geográficas e as incertezas e instabilidades da sociedade brasileira colonial.

Para Holanda (1995), o homem explorador destemido é fruto principalmente dos portugueses, visto que estes foram os principais responsáveis na formação da cultura e, portanto, da sociedade brasileira. “Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (1995, p. 40). Sendo assim, para compreender o Brasil é preciso estar atento aos dois tipos ideais: os aventureiros²⁰ e os trabalhadores²¹ diretamente ligados ao comportamento português, que se encaixa principalmente com o tipo ideal dos aventureiros.

Em relação aos indígenas, Holanda (1995) os entendem como povos que possuíam e ainda mantém “padrão primitivo” (1995, p. 47) e o uso de sua mão de obra ao sistema latifundiário era inviável, devido os indígenas terem uma “tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos” (1995, p. 48) categorizando os indígenas a indolência. E, por isso, a inserção dos africanos no território do Brasil colônia foi necessária, pois estes conhecedores de técnicas e habilidades aptas às monoculturas. Para Holanda (1995), os negros eram vistos pelos portugueses com distanciamento e inferiores e apenas serviam como: “manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível” (1995, p. 55).

O grande marco de Holanda (1995) foi construir a análise estabelecendo o padrão exemplar de estudo o Homem Cordial para compreender o sentido brasileiro. Tendo em vista

²⁰ Os aventureiros estão apresentados em Holanda (1995) da seguinte forma: “as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam a estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles” (1995, p. 45).

²¹ Já sobre o tipo ideal do trabalhador, Holanda (1995) estabelece o seguinte: “é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador, persistente, que, no entanto, mede tosas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo aproveitamento do insignificante, tem sentido bem nítido para ele” (1995, p. 44).

que este é o brasileiro, oriundo de uma sociedade colonial patriarcal, onde as famílias ditam as regras, através do chefe da família e os comportamentos esperados e os mantêm dependentes sempre da aprovação dele. O homem cordial é contraditório, pois “pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de atitude polida [...]” (1995, p. 147). Porém detém traço violento diante a ameaça da sua família e de si próprio. Holanda (1995) entende que o jeito do homem cordial é a influência da religião católica e por ela se manifesta, mas que não se refere apenas ao gênero masculino e sim a toda sociedade brasileira.

Neste sentido, a figura feminina é inferida na obra de Holanda (1995) embora pouco referida na obra. É possível perceber no discurso narrativístico do texto que as poucas presenças relacionadas ao feminino estão destacadas nas narrativas das indígenas, como resistência cultural, pois os párocos colônias precisavam entender dos idiomas dos “gentis” ou ter um intérprete para comunicar e fazer-se entender para catequização e domesticar dos indígenas as novas civilizações trazidas pelos portugueses. Uma vez que: “os religiosos procedentes de fora, desconhecendo inteiramente a língua da terra, se entendiam mal com os moradores” (1995, p. 123). Como observa Holanda (1995):

Que entre mulheres principalmente o uso da língua-geral tivesse caráter mais exclusivista, eis uma precisão importante, que o texto citado vem acrescentar às informações de Vieira. Mais estreitamente vinculado ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como tem sido em toda a parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica. E a tradição que no caso particular mais vivaz se revela é precisamente a introduzida na sociedade dos primeiros conquistadores e colonos pelas cunhãs indígenas que com eles se misturaram (Holanda, 1995, p. 124).

A partir do trecho acima é possível afirmar a influência direta das mulheres indígenas na resistência e manutenção de traços culturais e meio pelo qual influi nas modificações, seja pelas aquisições dos relacionamentos, assim a conversão e imposições dos valores religiosos cristãos divulgados pelos vigários na colônia. Holanda (1995) apresenta miscigenação e o idioma como tópicos relacionados as poucas mulheres que aparecem citadas no texto como: “Juana Furquim de Campos, filha de português, não fala sem deixar escapar numerosas palavras do antigo idioma da terra” (1995, p. 130), assim como a “Luiza Esteves não será, contudo dos mais convincentes, se consideramos que, apesar de pertencer pelo lado paterno, à gente principal da terra, era a própria mamaluca de primeiro grau” (1995, p. 126),

Já em relação às mulheres negras as narrações são pouco expressivas ou detalhadas. Praticamente as poucas informações podem ser sintetizadas à exploração dessas mulheres aos serviços e do seu ventre para reprodução de produto a ser comercializado e símbolo de status.

Holanda (1995) faz o seguinte apontamento: “A gente mais rica tinha escravos de ambos os sexos, e não faltava quem tirasse bons lucros da venda dos filhos de escravos” (1995, p. 54). Semelhantemente às indígenas, as mulheres negras são vinculadas ao tópico da miscigenação, principalmente, ao registrar o alto número de mulatas e mulatos no acompanhamento das procissões, e em descrições de aquisições de enfeites das mulatas em Minas Gerais. Apesar dos poucos relatos das ações das mulheres, as explanações as referem como senhoras, sobretudo, as brancas e de descendência portuguesas, e mesmo compondo uma parte do grupo da elite colonial, ainda assim, são extremamente discretas as alusões. Dois casos, para o autor, são usados como incentivo e preparo indireto ao sertão²².

O caso de Ana Pimentel, esposa do donatário Martim de Afonso da capitania de São Vicente em sua ausência demandas todas as ações administrativas da capitania, a exemplo foi sua decisão administrativa de revogar parcialmente uma proibição do seu marido, que se baseava na proibição de tratar de assuntos mais adentro da colônia, especificamente “nos campos de Piratininga” (1995, p. 100). Segundo Holanda (1995), a crítica ressaltada à ação dessa mulher perdurou desde os seus contemporâneos até o século XVIII, onde homens de alto escalão a responsabilizavam pela perda dos prestígios da capitania, até o historiador, mesmo atendo-se a neutralidade, esboçou sobre ela certa culpa da medida de revogação.

[...] provocou tal perplexidade entre os camaristas, que estes exigiram lhes fosse exibido o alvará em que se figurava a nova resolução.

Tão imprudente deve ter parecido a medida, que durante os últimos anos do século XVIII era ela acerbamente criticada, e homens como frei Gaspar da Madre de Deus ou o ouvidor Cleto chegaram a lamentar o prejuízo que, por semelhante revogação, vieram a sofrer as terras litorâneas da capitania (Holanda 1995, p. 100).

As imagens abaixo fazem referências à Ana Pimentel e a rota de Piratininga São Paulo a São Vicente.

²² Sertão = Para Holanda (1995), sertão dar a ideia de distanciamento, local ou melhor locais repleto de desafios e perigos não só da natureza, como também dos conflitos com os povos indígenas. Nos sertões a ausência de gêneros da civilidade, mas neles há promessas de riquezas (ouro, pedras preciosas...) como mão de obra escrava ser capturadas (indígenas ou de negros fujões) e também local de refúgios e promessa de recompensa para o espírito aventureiro, que a sabia desbravar, como os bandeirantes mestiços paulistas.

Figura 01 - Ana Pimentel governou a capitania de São Vicente



Imagem extraída da fonte: As “capitoas” do Brasil Colonial: mulheres no comando de capitanias - Ensinar História - Joelza Ester Domingues – link acessado em 11/01/2025 <https://ensinarhistoria.com.br/capitoas-do-brasil-mulheres-no-comando-de-capitanias/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues.

Figura 2 - Mapa que ilustra a distância entre São Vicente e Piratinga nos primeiros séculos do período colonial brasileiro.



Fonte: GARCIA, Rodrigo. “O ‘bárbaro’ que salvou São Paulo”. **Apartes**. Extraído: Revista da Câmara Municipal de São Paulo, jun/2016, edição nº 20 (link de acesso em 11 de Janeiro de 2025: Os primeiros caminhos da Serra do Mar – Memória do Transporte Brasileiro)

O outro caso mencionado por Holanda (1995) foi sobre uma interessante mulher branca que foi Inês Monteiro, “a famosa matrona de Pedro Taques” (1995, p. 124). O historiador utilizou como exemplificação da função da mulher como “elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica” (1995, p. 124) em que as mulheres paulistas são referenciadas como mães “formosas e varonis”. Uma ótica da função generalista a todas as mulheres coloniais em especial, do século XVII. A ressalta como heroína, como uma mãe superprotetora de seus filhos de ato grandioso de zelo, utilizando demonstrativo de argumentação que contribuíram para o bom desempenho dos objetivos dos bandeirantes paulistas nas suas conquistas pelos sertões adentro.

O bandeirismo terá sido uma das causas indiretas do sistema quase matriarcal a que ficavam muitas vezes sujeitas as crianças antes da idade da doutrina e mesmo depois. Na rigorosa reclusão caseira, entre mulheres e serviçais, uns e outros igualmente ignorantes do idioma adventício, era o da terra que teria de construir para elas o meio natural e mais ordinário de comunicação (Holanda, 1995 p. 124).

Holanda (1995), em análise comparativa da colonização espanhola e portuguesa, as diferenciam pelas intencionalidades iniciais, afirmando que os espanhóis tinham o objetivo de fazer uma prolongação das suas, os portugueses tinham como alvo principal a exploração comercial. As instabilidades, um descaso em investimentos e as inseguranças dos portugueses em relação à colônia resultaram na demora do adentramento da colônia. Aventurar-se pelos sertões da colônia é por certo, segundo Holanda (1995), uma ação que buscavam remediar. “Os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terra adentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha” (1995, p. 100). Talvez um dos motivos pelos quais as análises de Holanda (1995) se prendem tanto à região sudeste, em especial a São Paulo. E em relação a outras regiões, quase nada é encontrado nos estudos de Holanda (1995) das fontes referentes à exploração dos sertões, no Nordeste, restringindo-se a percepções sobre as ações femininas e circunstanciais ou pouco significativas para aprofundamento, ampliando o silenciamento sobre as mulheres enquanto sujeitas históricas de investigação, sendo compatível a proposta ao estilo tradicional da sua produção historiográfica.

Outro importante produto historiográfico de Sérgio Buarque de Holanda foi sua obra: “Caminhos e Fronteiras” a 2ª edição de 1975, que numa perspectiva geral trata-se de uma interpretação sobre ocupação territorial brasileira, a qual tem como foco São Paulo. Sobre esta obra Oliveira (2016) ressalta a compreensão das experiências dos bandeirantes paulistas, através das identificações das habilidades de adaptações e do espírito aventureiro do

bandeirantismo sertanejo uma leitura, que permite a constituição de viés interpretativo possível para pensar a nação brasileira, a partir da plasticidade dos bandeirantes em superar os desafios do caminho²³ das fronteiras²⁴. Souza (1995) evidenciam os grupos mamelucos e indígenas como agentes históricos relevantes para compreensão dos processos históricos.

Sendo assim, ao identificar as narrações das formas do agir das mulheres, na obra de Holanda (1975), não se trata de uma simples constatação de ausências e presenças, mas a constatação que as historiografias tradicionais privilegiam os registros masculinos e simplificaram ou reduziram as narrativas das mulheres. E cooperaram em engendrar ou manter a figura feminina como coadjuvantes e menosprezadas, apenas casos considerados de excepcionalidades ou para afirmação da construção de um modelo.

Na obra de Holanda (1975), dedica-se um trecho designado aos estudos das tecedeiras. Analisa a tecelagem paulista, como agente principal da indústria doméstica, que primeiros séculos coloniais, sobretudo nas produções de redes. Holanda (1975) conclui que essa atividade teve grande relevância para sociedade colonial entre os paulistas, ressaltando “à própria mobilidade dessa população” (1975, p. 297). Ao dedicar parte da pesquisa, sob o título “Rede e Redeiras” (1975, p. 295), o pesquisador com estudo comparatista dar às tecelãs paulistanas e cuiabanas adjetivos a produção das peças de encantadoras e singulares, mas que estas só desabrocharam, somente após influência das técnicas e conhecimento europeias sobre a tecelagem as redeiras domésticas. Como afirma Holanda (1975):

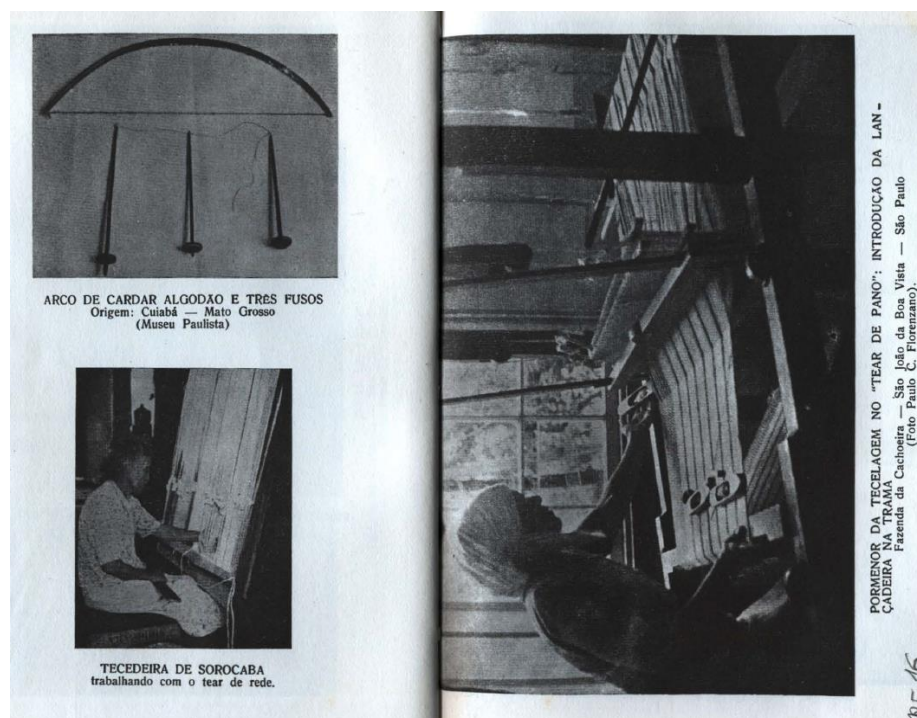
E, com efeito, é o único elemento do tear de rede que não pode ter sido tomado aos indígenas, mas introduzido posteriormente por influências das técnicas europeias, entre as redeiras domésticas. Pelo menos não é assinalada por nenhum etnólogo que têm estudado mais detidamente a técnica da tecelagem entre os índios sul-americanos (Holanda, 1975, p. 311).

Nas imagens retiradas desta podemos perceber, como o próprio autor indica, a continuidade do trabalho feminino permitindo a percepção destas como agentes dos processos históricos na produção de peças (Holanda, 1975, p.16).

²³ A definição de caminho para Holanda (1975) se da principalmente pelo ato de constante movimento do espírito aventureiro carregado pelos paulistas em contraponto ao sedentarismo litorâneo, que ocorreu nos primeiros momentos do período colonial. “Se aceno ao caminho, “que convida ao movimento”, quer apontar, apontar exatamente para a mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista – em contraste com as que, seguindo a tradição mais constante da colonização portuguesa, se fixaram junto a marinha [...]” (1975, p. 8).

²⁴ Holanda (1975) traz a seguinte concepção de “Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirma-se, ao menos enquanto não a supera-se a vitória final dos elementos que se tivessem revelados mais ativos, mais robustos ou melhor equipados” (1975, p. 8).

Figura 03: Mulheres paulistas do século XX trabalhando nos ofícios herdados pelas suas ancestrais



Fonte: Acervo consultado pela autora.

As mulheres em Holanda (1975) são redeiras ou tecelãs habilidosas, majoritariamente indígenas ou descendentes reforçando a mestiçagem da formação do povo brasileiro, inclusive nas marcas dos traços trabalhados de adaptação e reinvenções de técnicas herdadas, reinterpretadas e ativas de um grupo da população, que tradicionalmente são postas de lado.

Nesta obra os estudos que estão relacionados à mulher brasileira são referentes às indígenas das diversas etnias, ou suas descendentes, durante o período colonial. Eram detentoras do conhecimento do modo da cura, "... em todo o Brasil, sobretudo em São Paulo, onde a mulher tinha quase sempre a primeira e última palavra na medicina, reservava-se geralmente a homens o tratamento das vítimas de serpentes..." (1975, p. 126), mas quando a mulher se tornava a idosa poderia agir neste tratamento.

Aqui aparece certo protagonismo, embora nessa mesma linha aponta que as pesquisas revelaram que a posição feminina e os acessos que elas tinham eram condicionados a seu período menstrual. Condenando-as, enquanto ativas à capacidade menstrual, às reclusões, proibições e fraqueza de resistir "... à ação de certas entidades demoníacas..." (1975, p. 127). O autor constata que esta interpretação, da condição feminina, sobretudo durante a menstruação e sua atração periculosidade associada direta e indiretamente as cobras não se

dar, devido exclusivamente ao viés dos ensinamentos jesuíticos do catolicismo, mas está presente nas mais diversas culturas dos indígenas sul-americanos.

Nesta obra de Holanda (1975) pouco pode ser encontrado em relação às ações das mulheres portuguesas, a não ser a produção de objetos decorativos dos resultados das caçadas realizadas pelos homens. “Já no primeiro século, conforme depoimento do Padre Fernão Cardim, dela se servia as mulheres portuguesas na capitania de São Vicente para fabricar alcatifas” (1975, p. 111). E praticamente nada direcionada a ação especificamente das mulheres negras em condição de escrava ou livre.

Apesar de grandes possibilidades de enxergar as ações femininas nas obras de Holanda (1995 e 1975), quase nada pode ser relacionado diretamente às mulheres dos sertões da Bahia. O autor acaba privilegiando o recorte espacial do centro-sul brasileiro, principalmente São Paulo, mesmo tratando dados dos mais diversos espaços brasileiros, inclusive da Bahia. Apesar disso, as mulheres nordestinas em especial dos sertões da Bahia não são notadas.

Tanto nas Obras de Abreu (2014 e 1998) e de Holanda (1995 e 1975) as condições sociais das mulheres nordestinas, em especial da Bahia, não são tratadas, muito menos, em uma investigação aprofundada, pois os escritos tradicionais da historiografia brasileira, segundo Silva (2008), não têm a preocupação e nem a intenção de enxergar as mulheres como sujeitas históricas centrais, mas não conseguem conceber uma escrita, que exclua completamente.

Quadro 01 - As mulheres narradas ou omitidas em Capistrano de Abreu e Holanda - Síntese das análises narrativas nos clássicos selecionados da historiografia brasileira.

Autor e a Obra	Abreu (2014) O Descobrimento do Brasil.	Abreu (1930) Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.	Abreu (1998) Capítulos de História Colonial (1500-1800).	Holanda (1995) Raízes do Brasil.	Holanda (1975) Caminhos e Fronteiras.
Grupos étnicos de mulheres mencionados	Portuguesas brancas, indígenas, negras e mulatas	Portuguesas brancas, indígenas, negras e mulatas.	Portuguesas brancas; indígenas; negras e mulatas.	Mulheres: brancas; indígenas; negras e mulatas.	Maior análise das mulheres indígenas ou miscigenadas/ mamelucas; pouquíssimas referências à portuguesas e praticamente nada de mulheres negras.
Síntese sobre as mulheres indígenas	Associadas à miscigenação; vistas como responsáveis por práticas rituais, alimentação e	Representadas como inferiores e objeto de miscigenação e exploração sexual.	Miscigenação Canal de intriga; representação de perigo para os homens.	Miscigenação; mulheres indígenas na resistência e manutenção de traços cultural.	Objeto de prazer; descrição de corpos; Curandeiras, tecelãs e especial redeiras.

	manutenção da língua indígena; frequentemente e associadas ao perigo, à sexualidade e ao trabalho doméstico.				
Sínteses sobre as mulheres Brancas	Esposas e mães, com papel central na procriação e na consolidação da presença colonial.	Submissas, referenciadas apenas em função dos maridos e filhos.	Retratadas como passivas, frágeis, conformadas e submissas.	Poucas administradoras; matronas organizadoras, conservar e estabilizar de suas casas e a sociedade.	Breve constatação da sua ação de alcatifas / artesãs de tapeçaria ou decorativos dos produtos de caçadas.
Síntese sobre as mulheres pretas ou negras.	Reduzidas à função doméstica e à satisfação sexual masculina.	Poucas referências; tratadas como objeto sexual e miscigenação.	Provocadoras de intrigas; objetificadas; representação de perigo para os homens.	Rara relação de miscigenação; relação à exploração de seus serviços e do seu ventre para reprodução de produto a ser comercializado e como objeto de status.	Nem uma menção direta algum serviço ou ação definido.
Imagens e representações femininas.	Mulheres generalizadas, subordinadas, objetificadas e vinculadas à fragilidade, ao perigo e à reprodução.	Silenciamento predominante; mulheres vistas como subalternas, lidas socialmente como: fúteis e sexualizadas.	Periculosidade aos homens; subalternas e de suporte.	Vaidosas	Subalternas e de suporte; Seus corpos como objeto de prazer e tentação masculina; Periculosidade da mulher que tem a capacidade de menstruar; Conhecedora das artes medicinais, principalmente se idosas.
Referências aos sertões da Bahia.	Nenhuma menção.	Nenhuma menção	Nenhuma menção	Nenhuma menção	Nenhuma menção
Espaços sociais ocupados pelas mulheres.	Branças restritas à casa e à igreja; indígenas e negras associadas aos espaços de trabalho e serviço.	Descrição genérica, sem detalhes das ações femininas.	Espaços controlados pelos homens	Predomínio do espaço doméstico; raras exceções femininas na administração / como Ana Pimentel como administradora e mesmo assim contestada pelas figuras masculinas narradas..	Suas casas e lugares permitidos pelo homem, exceto quando idosa, ganham maior liberdade e importância nas culturas indígenas.

A análise das obras de João Capistrano Honório de Abreu (1930, 1998, 2014) e Sérgio Buarque de Holanda (1975, 1995) evidencia que, embora sejam referências centrais da historiografia brasileira, suas narrativas permanecem marcadas por uma perspectiva androcêntrica, na qual as mulheres aparecem de forma marginal, silenciadas ou instrumentalizadas. Ainda que esses autores ofereçam interpretações relevantes sobre a formação histórica do Brasil, as experiências femininas raramente são reconhecidas como constitutivas dos processos históricos.

Nas produções de Capistrano de Abreu, as mulheres indígenas são associadas à miscigenação, à sexualização e à inferioridade cultural, sendo apresentadas como agentes passivos da colonização. As mulheres brancas figuram sobretudo como esposas e mães, responsáveis pela reprodução e pela manutenção da ordem colonial, enquanto as mulheres negras são amplamente invisibilizadas, vinculadas de forma residual à exploração do trabalho, do corpo e da reprodução. Essas representações reforçam imagens generalizantes e subordinadas, naturalizando hierarquias de gênero, raça e classe.

Em Sérgio Buarque de Holanda, observa-se uma ampliação pontual das representações femininas, especialmente das mulheres indígenas e mamelucas, reconhecidas como mediadoras culturais e detentoras de saberes tradicionais. Contudo, tais representações permanecem ambíguas, pois essas mulheres também são associadas ao perigo e à tentação masculina. As mulheres brancas continuam majoritariamente restritas ao espaço doméstico, com raras exceções administrativas, enquanto as mulheres negras seguem praticamente ausentes das análises, reiterando um padrão de silenciamento estrutural.

Em ambas as obras é significativa a ausência de referências às mulheres do Nordeste, especialmente dos sertões da Bahia, o que revela uma lacuna regional e reforça uma narrativa histórica centrada em experiências masculinas, urbanas e elitizadas. Sob a perspectiva da História das Mulheres, tais silenciamentos evidenciam mecanismos de exclusão simbólica que limitaram a compreensão da diversidade histórica brasileira.

Apesar de ser possível a leitura crítica dialoga com a teoria da Consciência Histórica de linha russeriana de Schmidt (2021), pois, ao perceber nas narrativas clássicas fruto do seu tempo histórico, apresentam denunciam alguns elementos tradicionais e exemplares na construção do pensamento histórico, isso, além da linguagem distante da atualidade, dificulta o aprofundamento das habilidades e das dimensões temporais com a conectividade das experiências locais.

A leitura, a partir da didática da História, especialmente em sua vertente reconstrutivista, possibilita a reinterpretação crítica desses clássicos e pode contribuir no

Ensino Médio, favorecendo a construção de narrativas mais inclusivas e o desenvolvimento de uma consciência histórica mais complexa e reflexiva.

No entanto, cabe aqui propor o uso de novas narrativas históricas não como detrimento do clássico, mas como narrativas historiográficas potencializadoras e facilitadoras. Segue-se assim, para o próximo capítulo, atentos às percepções dos historiadores das recentes correntes historiográficas, que inseriram em suas análises o protagonismo das ações femininas no Brasil, especificamente nos sertões da Bahia.

3. OS RELATOS SOBRES AS MULHERES NOS SERTÕES DA BAHIA NAS NOVAS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

As mulheres na historiografia recente, em especial a partir da escola de Annales na terceira fase, são vistas não apenas como foco de análise de categoria temática, como resultado de pesquisas específicas, seja por debruçar nos acontecimentos históricos ou através da trajetória de vida de uma mulher em particular, ou seja, por intermédio das considerações em relação às experiências de vida de grupos de mulheres, como efeitos fundamentais elucidativos para compreensão dos eventos e contextos.

É possível afirmar que, através das narrativas das novas correntes historiográficas, é razoável a estimulação para a ampliação das complexidades dos processos mentais de interpretações. Sob esta ótica, ao estabelecer um recorte temático, como por exemplo deste estudo, as mulheres nos sertões da Bahia – suas trajetórias e formas de viver nos séculos XVIII e XIX.

As recentes correntes historiográficas evidenciam-se nos seus discursos, que culminam em conhecimentos históricos, que utilizaram mecanismos cognitivos verificados de maior subjetividade, sob o prisma científico, resultando na possibilidade do saber histórico mais amplo e complexo. Entendendo assim, as novas abordagens historiográficas proporcionam, no caso deste estudo em relação às mulheres, narrações que viabilizem sobre as presenças femininas, uma ótica mais diversa e de semelhante importância das presenças masculinas.

Segundo Alves e Becker (2018), os estudos históricos principalmente, ao referir a História das Mulheres, a historiografia recente instiga a “...compreender que a humanidade remete à formação do ser humano humanista, capaz de poder vivenciar a liberdade (ação humana), ou seja, pensar por si mesmo, juntamente, colocar-se no lugar do outro, como um ser de direitos e deveres.” (2018, p.116). Ao captar as ações femininas e suas formas de viver as analisando, também como sujeitas relevantes, que pertencem e manifestam o seu contexto histórico, permite enxergar a sociedade de forma plural e complexa, que não há universalidade e a uniformização da sociedade, mesmo que um padrão predomine ou se destaca em determinado tempo e espaço.

De acordo a Alves e Becker (2018), as reconfigurações das narrativas históricas nos discursos resultantes das pesquisas historiográficas, a partir da terceira fase de Annales, consente em ampliar a identificação e as diversidades das ações das mulheres, não como exceção da generalização, pois as novas historiografias buscam romper com os estereótipos generalistas, mas mediante a compreensão da particularidade, das diversidades das formas de

vidas percebidas das redes relacionais, que se manifestam de maneira complexas e dinâmicas nas relações sociais dentro e entre as camadas sociais presente da sociedade do mesmo contexto histórico.

As afirmações de Alves e Becker (2018) sobre a importância de estudar a História das Mulheres se dá pela diversificação e inclusão de todos os sujeitos históricos, além de “um novo olhar para a história, desconstruindo as estruturas estabelecidas e implodindo com a epistemologia centrada na história masculina” (2018, p. 125). As novas produções historiográficas têm se comprometido a “[...]desnaturalizar a existência de lugares definidos para homens e mulheres [...]” (2018, p. 126), essas novas narrativas significam os acontecimentos históricos, não apenas no ambiente escolar, mas também possibilita, que o conhecimento histórico, por meio das reflexões sobre as relações sociais sejam, como propõe Rusen (2001), saberes relevantes para os sujeitos contemporâneos utilizarem para entender as suas carências contemporâneas e propor conscientemente novos caminhos.

As ações femininas, as trajetórias e as formas de viver, dos mais diversos tipos dos grupos de mulheres, têm sido presentes nas narrativas historiográficas da contemporaneidade e como afirma Rago (1995): “um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estreitamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas” (1995, p. 81). Tal espaço ocupado pelas pesquisas, que incluíam as mulheres, fomentou as percepções singulares, que marcam as relações sociais dentro do contexto espaço tempo estudado.

Salienta-se, que mesmo diante dos padrões ditos comuns instituídos as manifestações nos cotidianos são palcos de ações diversas, e neles ocorreram casos que fogem dos padrões normalizadores, mas sem rompê-los. Paiva (2023b), enfatiza a interpretação em que as mulheres agiam e viviam de formas diferentes das relatadas nas narrativas generalistas dos estudos tradicionais.

O historiador, ao longo de seu discurso, enuncia as mulheres como protagonistas de muitas das ações e que registros históricos revelam vestígios contundentes, que permitem perceber pelas trajetórias das suas vidas diversidades de comportamentos e formas de relacionar particularidades, que põem à prova a uniformidade das ações e formas de viver das mulheres não apenas entre os grupos sociais distintos, mas dentro do que seria apontado como seus pares.

Paiva (2023b) assegura que as mulheres não podem ser vistas como sujeitos históricos passivos, apáticos e subordinados a padrões e costumes como se fossem eternas vítimas das condições. Evitando análises simplistas, mas que devem ser levadas em considerações as

complexidades dos espaços, tempo e das possibilidades de conexões dentro e entre as redes de relacionamentos. E que nem em todas as pesquisas tradicionais, as mulheres são ignoradas. Para ele, é preciso refletir sobre o contexto histórico das produções historiográficas e inferir a subjetividade nas interpretações das análises das obras historiográficas tradicionais.

No entanto, é apropriado dizer que as interpretações não podem ser lidas como verdades absolutas ou sentenciamentos das leituras da historiografia tradicional, e sim da necessidade de contextualizá-las. E assim, como expõe Paiva (2023b), utilizar das ampliações das concepções das fontes e dos novos entendimentos das historiografias atuais. Com as compreensões mais alargadas e diversificadas, das formas das relações humanas, e portanto, acrescentadas mais complexidades às recentes pesquisas e possibilitando enxergar as singularidades dos contextos históricos investigados.

Através de Paiva (2023b), é possível entender, a partir das investigações das fontes, diversas e confrontadas, possibilidades de enxergar as ações, modos de vidas e as trajetórias das mulheres que foram construídas por elas na busca de alcançar seus objetivos. E que as estruturas e representações que ocupam são modificados e reorganizados diante dos resultados das experiências das vivências das interações das mais diferentes áreas socioeconômicas e culturais, que não podem ser lidas de forma dissociadas, mas de maneira conectadas.

E assim, é notável a conclusão da necessidade de classificar e interpretar as mulheres como sujeitos históricos, não as reduzindo a padrões generalistas e estereotipados, e sim de modos específicos, complexas, correlacionadas e agentes protagonistas nos e dos tempos históricos. Aqui nos interessa compreender como a historiografia recente sobre o sertão da Bahia retratou as mulheres.

3.1 AS PERCEPÇÕES DOS SERTÕES DA BAHIA NAS NOVAS HISTORIOGRAFIAS.

A historiografia por muito tempo construiu e manteve um conceito sobre o sertão, repleto de aspectos negativos. Neves (2007) descreve que a historiografia tradicional denota ao sertão a equivalência a um espaço distante, de imprevisibilidade, de despovoado, desordem e pobreza, como se fosse o antagonismo das regiões litorâneas, como local de fronteira de conflitos desde o tempo colonial, mas que ao longo do tempo, desenvolveram e ampliaram as interpretações ligadas a simbologias, ideias, vegetação, de sentidos - econômicos e sociais e até místico. Sendo assim, o conceito relacionado ao sertão Neves (2007) enuncia:

Generalizou-se o conceito de sertão para vasta área do interior brasileiro, como expressão da pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, numa equiparação à ideia de “região”, exposta como espacialização destacada num continente, país ou subunidade setorial de poder, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, a natureza do que produzem, espécies de bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais. Como categoria analítica da divisão espacial, “sertão” exprime condição de território interior de uma região, ou de uma unidade administrativa interna (Sertão Nordestino, Sertão da Bahia), de zoneamento dessas espacializações (Alto Sertão da Bahia, Sertão de Canudos, Sertão de São Francisco) ou ainda o sertão do bandeirante, que inclui o interior de outras unidades da federação, fora do semiárido ou polígono das secas. (Neves, 2007, p. 15-16)

Cabe aqui apresentar e reforçar as especificações histórica e espacial dos sertões da Bahia, que são as áreas de zoneamentos dos espaços da qual se deseja enunciar as informações e os conhecimentos históricos das produções historiográficas selecionadas Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2009), ou seja, o Sertão de Cima e o Sertão da Ressaca. Sobre estes espaços Furtado (2023) descreve como o local de conexões, onde “as minas servem de ligação entre as terras minerais de Minas Gerais e as da Bahia” (2023, p. 128). Tendo como referência o rio São Francisco e os outros rios fortes da região “serviam mais como referencial geográfico, que permitia a ligação espacial de entre territórios sertanejos descontínuos, do que como meio de transporte para os viajantes” (2023, p.129).

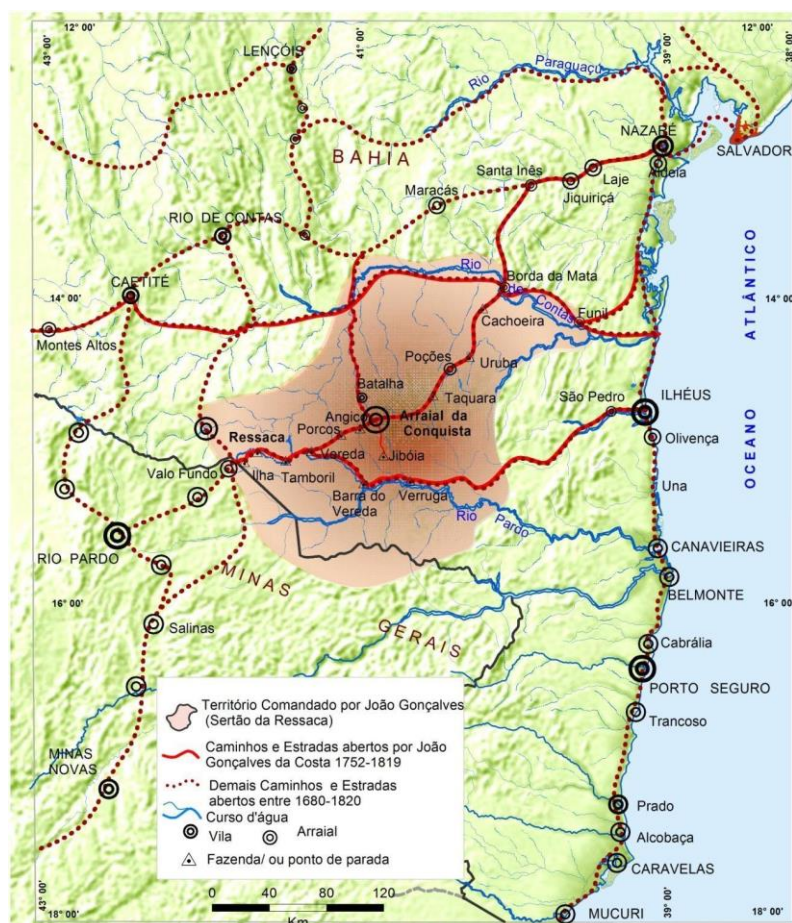
Entende-se como sertões, segundo Ivo (2012), já que ela tem como recorte espacial da sua pesquisa o “Sertão de Minas Novas, Sertão da Ressaca e Alto Sertão da Bahia” (2012, p. 32), espaços que “guardavam singularidades múltiplas, trânsitos e mobilidades e, assim como as cidades coloniais, abrigavam movimentos de pessoas e de produtos das mais diferentes partes do Império ultramarino português, tal como se verificara nas áreas urbanas” (2012, p. 33). Sendo assim, a autora traz a ideia de sertões de movimento, de circularização de diversos tipos de gentes, de mobilidades sociais, de singularidades culturais resultantes dos encontros, das mercadorias, enfim, da pluralidade dos sertões, já que as imprecisões e disputas e influências territoriais não se limitavam às fronteiras convencionais das províncias, mas decorrentes das sínteses das misturas e conexões das múltiplas gentes e de seus interesses.

O Sertão da Ressaca é apresentado em Ivo (2012), “grosso modo, o município da Imperial Vila da Vitória” (2012, p. 32), que também compunha o Alto Sertão da Bahia, onde se destacou, durante o século XVIII, as ações de “João Gonçalves da Costa, português e preto forro, foi o mais importante pioneiro das imersões portuguesas nos sertões da Bahia, principalmente no Sertão da Ressaca” (2012, p. 28). Ivo (2023) reafirma o Sertão da Ressaca,

como área da região “do centro-sul da capitania da Bahia”, semelhante à área de influência de correspondência, atual, da cidade de Vitória da Conquista.

Ivo (2023) afirma as incidências e conexões entre os três sertões os “do centro-norte da capitania de Minas Gerais (comarca do Serro do Frio-sertão de Minas Novas) e do centro-sul da capitania da Bahia (sertão da Ressaca¹³⁰, Sertões de Cima¹³¹) formavam os cenários da conformação de algumas das famílias sertanejas mais destacadas” (2023, p. 279). E que, portanto, as relações de comércios e acordos transitavam fortemente dentro das regiões e, por consequência, manifestando as relações de controles e administrativas, do período colonial pela corte portuguesa e do período imperial, do Brasil colônia. Esses trânsitos podem ser visualizados no mapa abaixo.

Figura 04: Território do Sertão da Ressaca - Centro Sul da Bahia: estradas e aldeamentos criados por João Gonçalves da Costa entre 1750 e 1819



Elaborado por Altamar Amaral Rocha com base em informações documentais do Arquivo Histórico ultramarino – Biblioteca Nacional – Brasil (2013) e do livro Viagem ao Brasil de Maximiliano – 1817 (1940), e do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015)

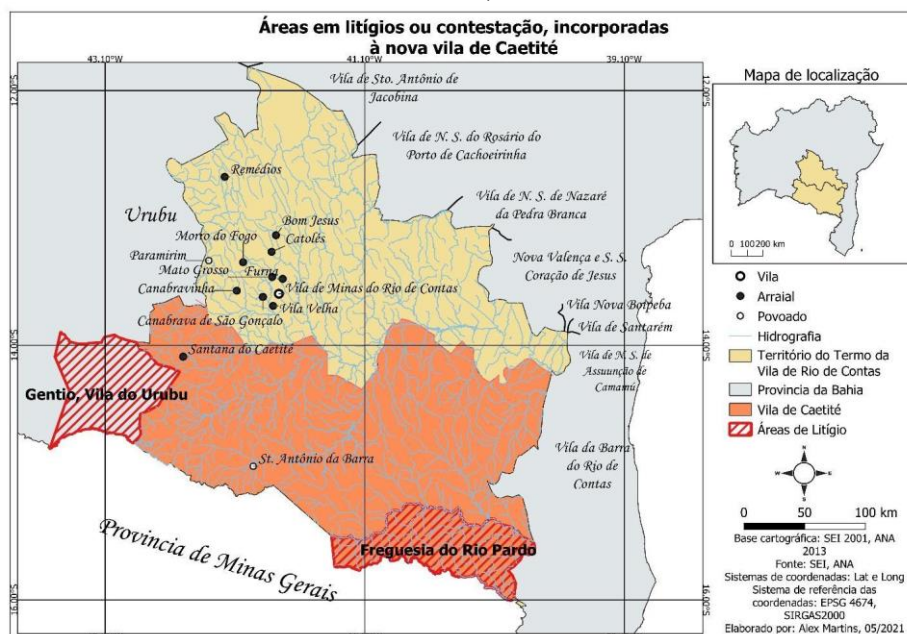
FONTE: site - O Papel De João Gonçalves Da Costa Na Produção Do Espaço Baiano – Entre Os Séculos XVIII e XIX As Origens Do Território De Vitória Da Conquista

O Sertão de Cima ou Alto Sertão da Bahia representa os domínios territoriais das principais vilas de Rio de Contas a Caetité. Como esclarece Ivo (2023) e estabelece o Sertão de Cima região pertencente ao centro-sul da capitania:

Relaciona-se às proximidades de Rio de Contas e Caetité. Há algum tempo, deixamos de usar o conceito de Alto Sertão da Bahia. Na documentação que usamos, não só para o século XVIII, mas também para o XIX, esta denominação não aparece. A hipótese que consideramos é que a expressão passou a ser usada, em fins do Oitocentos ou no início do século XX. É possível que as crônicas e a literatura oitocentistas, sobre esta parte do sertão da Bahia, tenham contribuído para a disseminação de seu emprego, entre os historiadores e demais estudiosos (Ivo, 2023, p. 279).

E como se observa na imagem abaixo o território de movimento e influências dos sujeitos históricos, que por esta região se movimentaram e fixaram, e que consequentemente estabeleceram as instituições e zonas de atuação e interesse controlando não apenas administrativamente, mas representativamente frente inicialmente à coroa portuguesa e posteriormente a corte imperial. Traduz a imagem, o Sertão de Cima, desde o século XVIII, área geral, as áreas disputadas administrativamente pelo Sertão de Minas Novas e as demarcações, que posteriormente formaram outras regiões.

Figura 05: Sertão de Cima, área geral - e as demarcações posteriormente (séculos XVIII e XIX)



Termo da Vila do Rio de Contas e demarcação da Vila de Caetité, emancipada em 1810, com destaque para áreas em litígios ou contestação, incorporadas à nova vila. Fonte: Adaptação da SEI. Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico, Salvador - SEI, (2001).

FONTE: SILVA, Zezito Rodrigues da. Uma vila na periferia do império: sociedade, território e poder no alto sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna de Caitete, 1810-1821). 2021. 380fls. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2021 - p. 144.

As reflexões sobre as mulheres nos sertões da Ressaca e de Cima nos períodos dos séculos XVIII e XIX são de grande valia, permitindo e incentivando a construção dos conhecimentos históricos de maneira mais diversificada e significativa às aprendizagens do Ensino de História aos alunos da etapa do Ensino Médio, que residem nesta região. Reconhecendo esses espaços sociais e históricos como participantes e produtores dos acontecimentos históricos para além do local, superam-se os efeitos e ações dos conhecimentos isolados e restritos, mas repercutindo-os como sínteses das interpretações das redes de conexões.

As experiências das formas de viver e trabalhar das mulheres desses territórios nas suas trajetórias de vida revelam os comportamentos, os aspectos, os acontecimentos e os valores correspondentes aos períodos históricos Brasil nos séculos XVIII e XIX, significando e enriquecendo as interpretações dos pensamentos históricos na construção dos conhecimentos e a autonomia dos usos dos saberes históricos.

As experiências de vida das mulheres sertanejas, não apenas as reconhecem como sujeitos históricos presentes e ativos nos sertões da Ressaca e Sertão de Cima, como também amplia e qualifica a construção do saber histórico de todos os sujeitos, que constitui as sociedades contemporâneas desses sertões.

3.2 AS MULHERES E SUAS FORMAS DE VIVER E TRABALHAR NOS SERTÕES DE CIMA E DA RESSACA

As abordagens presentes nas produções historiográficas selecionadas em Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2010) sobre as mulheres, mesmo não sendo alvos centrais de suas pesquisas, na sua maioria, são comprovações das modificações do padrão narrativístico das historiografias tradicionais. Rompe-se, principalmente, com as generalizações e permite perceber a diversidade dos grupos femininos e as identificações das distintas formas de viver e trabalhar das mulheres dos sertões da Bahia, não apenas entre os grupos que estão inseridos socialmente, como também, dentro dos próprios grupos.

As diferentes mulheres investigadas pelos historiadores Ivo (2012) e Ribeiro (2019) confirmam o dito acima em Paiva (2023b) o protagonismo dessas agentes históricas, que nas maneiras de viver e do labutar nesses sertões contribuíram ativamente nos processos históricos, que construíram nas estruturas e organizações da sociedade do Sertão Cima e do Sertão da Ressaca. Ivo (2012) retrata os sertões na Bahia no século XVIII como espaços diversos, ricos e complexos, que se desdobram em relações socioeconômicas próprias e

conectadas aos interesses e ordenanças da coroa portuguesa e, posteriormente, no período imperial brasileiro, da corte imperial. Os espaços múltiplos, cheios de riquezas, “mobilidades”, de trânsitos de sujeitos históricos com “diálogos culturais”, que confeccionaram teias de relações que os caracterizam como meio ambiente desafiador, como distâncias, combates e conflitos, não podem ser reduzidos à escassez de riquezas, produções, interações e conhecimento, refletindo sobre os sistemas administrativos português, sobretudo os de controles das riquezas retiradas e produzidas nos sertões.

Ao discorrer sobre “as mulheres de caminho”²⁵ envolvidas com as práticas comerciais, da circulação de mercadoria de contrabando daqueles e ampliação das rotas de conexões, terrestres e fluviais, enfatiza que por onde se desenrolaram as ações masculinas, também de mulheres nos sertões baianos setecentistas conduziam suas vidas e constituíam trajetórias vidas assimétricas as narrativas generalistas tradicionais.

As mulheres responsáveis por inúmeras e pesadas cargas, conforme descreve Ivo (2012), em geral tinham cor e corpos mestiços e se distinguiam das outras, que se tinham as práticas controladas e constantemente vigiadas não apenas pelos homens, mas também de toda a sociedade sob a lente das normas morais da época. Diante das fontes que registraram as distintas comerciantes, a autora enuncia: “A significativa presença feminina transitando nos caminhos de terras e de águas, levando e trazendo, por exemplo, toneladas de peixe ou dezenas de surrões de sal para os sertões, nos conduz à reflexão sobre o grau de mobilidade espacial e social alcançados por elas” (Ivo, 2012, p. 270).

A imagem é parte dos resultados das análises dos livros oficiais de fiscalizações, que foram parte das fontes históricas investigadas pela historiadora Ivo (2012).

²⁵ Ao utilizar a expressão “Mulheres de caminho”, a autora Ivo (2012, 2023) a estabelece para denominar as mulheres que estavam semelhantemente e concorrentes aos homens de caminhos - viandantes, comboieiros, tropeiros, passadores, comerciantes, contratadores e arrematadores dos contratos das entradas e caminhos oficiais e clandestinos, “conduziam toneladas de mercadorias em surrões” (Ivo, 2012, p. 270).

Tabela 01: Reprodução da Tabela de Ivo (2012) – “Mulheres de caminho”

Tabela XXXV - “Mulheres de caminho”

Registros	Total de Homens de caminho	Total de mulheres	Mulher escrava	Escrava de forro	Preta forra	Parda forra
Araçuaí	281	12	—	—	—	—
Galheiro	788	18	—	—	—	—
Inahacica	532	14	01	—	—	—
Itacambira	168	20	—	01	01	—
Jequitinhonha	399	04	—	—	—	—
Pitangui	93	02	—	—	—	—
Rio Grande	321	02	—	—	—	01
Rio Pardo	76	01	—	—	—	—
TOTAIS	2.658	73	01	01	01	01

Fonte: Anais dos registros fiscais.

Fonte: IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho**: trânsitos, comércio e cores dos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012 – p. 271.

Dentre as fontes de pesquisas, os de registros, fiscalizações oficiais, nos quais as ações dos comerciantes e suas atividades de circulação pelos sertões foram e são notados, Ivo (2012) constata 73 mulheres e que 69 delas possivelmente não eram brancas, inclusive descritas, que dentre o total destas mulheres a presença de uma escrava e três forras são confirmadas. Além disso, Ivo (2012) afirma:

A análise sobre o comércio entre os sertões de Minas Gerais e da Bahia levamos a olhar o mundo feminino, sobretudo a sua versão mestiça, crioula e negra. Mulheres multicores, que mesmo sob a ótica de bandos e interditos, estavam inseridas, embora em número reduzido, no mundo dos homens de caminho, no mundo masculino de arrematadores de contratos de entradas, dos camboieiros, dos viandantes, dos negociantes e dos tropeiros. Há muito a historiografia vem trazendo à cena inúmeros exemplos de mulheres não-brancas, escravas, forras e nascidas livres, que atuaram fortemente nas sociedades em que se inseriam, construindo suas histórias de inserção e de mobilidade no cotidiano no universo colonial. Várias trajetórias femininas – individuais ou coletivas – tem sido recuperadas no sentido de demonstrar diferentes estratégias de sobrevivências experimentadas por elas, não só nas cidades, vilas e povoados, mas, também, nas ruas, nas vendas e nos caminhos coloniais. (IVO, 2012, p. 271).

As possibilidades das reflexões sobre as ações, as formas de viver e as trajetórias das vidas femininas são diagnosticadas como dinâmicas e interativas. Sendo as mulheres agentes ativas num mundo masculino, bem pouco auspicioso a elas e, mesmo assim, os resultados dos seus trabalhos foram de relevância semelhante aos dos homens de caminho, pois neste espaço se caracterizava pela “diversidade econômica dos sertões, ou seja, o comércio e a sua natureza

de movimento permitiram que estas mulheres circulassem pelos caminhos e picadas, levando valores, ouro em pó ou produtos e construindo alternativas às formas de aquisição de liberdade e as formas de inserção social no mundo dos livres brancos” (2012, p.279).

Semelhantemente, Ribeiro (2019) destaca as mulheres setecentistas dos sertões da Bahia como agente ativo da história e como força propulsora não apenas de suas vidas, mas da sociedade, que estão inseridas. E que as formas de viver, as trajetórias e as ações femininas viabilizaram as explorações e contornos aos territórios dos sertões. Já os homens se encontravam em constantes movimentos, devido predominar nas atividades comerciais e nos combates dos nativos. Ribeiro (2019) apresenta as senhoras das fazendas como responsáveis na consolidação das posses das terras, mediante os cuidados em tornar rentáveis as atividades econômicas empregadas nas grandes fazendas agropecuárias do Sertão de Cima e da Ressaca.

Nesse sentido, Ribeiro (2019) aborda a temática do “[...] trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado nos sertões baianos no processo de expansão da colonização no século XVIII” (2019 p. 16). São foco de sua pesquisa tanto as mulheres da elite quanto outras mulheres em condições diversas examinadas nas confrontações de fontes. Essa perspectiva enriquece ainda mais o olhar sobre um espaço tão diverso, onde as misturas dos corpos, de maneira forçada ou não, intencionalmente ou não, arregimentaram conhecimentos e serviram de mobilidades, além de fornecer contornos às sociedades das mais variadas comunidades sertanejas pelos sertões afora.

Ribeiro (2019) considerou as mestiçagens das mulheres sertanejas e que os conhecimentos das ações e prática do trabalho feminino aplicados, principalmente entre as senhoras administradoras das fazendas, devido a ausências comuns de seus maridos. Foi possível e vantajoso, em virtude dos conhecimentos transmitidos, ressignificados e readaptados das contribuições dos conhecimentos culturais compartilhados entre as mulheres em destaque na sua pesquisa, a da cultura indígena, afirma Ribeiro (2019): “...transição e transmissão cultural dos “hábitos, instituições, técnicas e idiomas” indígenas que gradativamente foram amalgamando a cultura portuguesa, numa lenta sedimentação através das gerações” (2019, p. 21).

As mulheres apresentadas em Ribeiro (2019) estão sobre forte pressão e vigilâncias normativas da sociedade do momento histórico analisado, sendo possível verificar diante das fontes que as mulheres sertanejas desfrutavam de certa liberdade causada pelas ausências dos homens, que constantemente estavam distantes, devido os seus afazeres. Caracterizando as fazendas dos sertões baiano como espaço variado das atividades aplicadas e das relações, sendo um ambiente, complexos, interativos, de mobilização e mobilidade social ainda nos

séculos XVII e XVIII. Para Ribeiro (2019) é necessário compreender, perante a confrontação das fontes, que muitas das mulheres administradoras possuíam semelhanças ao tronco familiar de Ana Francisca²⁶, a de miscigenação:

Nas análises feitas ao tronco familiar de mulheres foi possível observar e constatar a variabilidade das ações das mulheres, na identificação das outras, que permeiam as análises, as quais são dos diversos grupos sociais (mamelucas, preta forra, indígenas, mulher do vaqueiro, proprietárias de terras brancas...) imbricadas no processo histórico e não a margem. (Ribeiro, 2019, p. 28).

É a partir dos estudos feitos pelo historiador, que debruçou sobre registros históricos, que diretamente e indiretamente enunciaram informações sobre tronco materno de Ana Francisca, nas quais as ações e as trajetórias de vidas das mulheres sertanejas investigadas são possíveis identificar os motivos e meios, que as fazendas nos sertões, em especial do Sertão de Cima, a fazenda de Campo Seco, foram consolidadas e prosperaram garantindo estruturas do povoamento e contribuição para o desenvolvimento desta região.

Para Ribeiro (2019), reconhecer as formas de trabalho, do viver e as trajetórias de vidas das mulheres administradoras das fazendas dos sertões da Bahia, sobretudo as das pioneiras, é possibilitar o entendimento de que a interiorização e a fixação dessas são frutos do funcionamento das interações dos homens e mulheres colonizadores em que os papéis desempenhados pelas “mulheres nas ausências dos maridos, mas também com os tais permanências no domicílio se configuraram em movimentos de sedimentação lenta e contínua do fazer feminino ao longo dos tempos” (2019, p. 73), contribuindo significativamente na formação dos espaços dos sertões da Bahia.

Neves (2012), ao analisar as econômicas empregadas nos sertões da Bahia, com base na fontes testamentos e inventários publicizar informações retiradas das fontes do século XVIII, evidencia as mulheres responsáveis por fazendas nos sertões, a exemplo a viúva Joana da Silva Guedes, que negociou, manteve e ampliou patrimônios como comprova o seu espólio e inventários de outros, que corroboram as informações. Já no século XIX enfatiza a relações escravistas, fornecendo dados históricos relevantes, principalmente relacionados ao tráfico

²⁶ Marcos Profeta Ribeiro (2019) analisa a trajetória de Ana Francisca da Silva, como exemplo do protagonismo das mulheres sertanistas na consolidação territorial e da economia dos sertões da Bahia. Através dos trabalhos femininos transmitidos e readaptados ao longo de quatro gerações de mulheres estruturaram e mantiveram suas famílias, mediante seus trabalhos e saberes. Ana Francisca contribuiu significativamente para o sucesso da opulenta e impressionantemente rentável fazenda do Campo Seco no século XIX. Hoje corresponderia a boa parte do atual município de Brumado, mesmo sendo inviabilizada na historiografia tradicional.

interprovincial, às leis abolicionistas e às resistências, que perpassam por todos os momentos investigados.

Dentre as análises é possível identificar, em relações às mulheres dos sertões, as ações de senhoras, que utilizam de seus escravos como barganha e negócios, os trabalhos empenhados das escravas nos sertões, das vulnerabilidades de assédios, que as adolescentes escravas eram estavam submetidas; das condições de comercializações de tenras idades desacompanhadas e das escravas grávidas ou suas “crias” na comarca de Caetité e região, além das “vantagens” pela busca de alforrias. Mesmo não sendo foco do trabalho de Neves (2012) ao analisar as informações das fontes, ele evidencia as ações femininas nos sertões da Bahia.

Já em Pires (2010), ao recortar os sertões da Bahia no século XIX, propõe análise dos inventários, das notas dos tabelionatos e outros documentos civis e criminais, sobretudo focada na temática escravidão interprovincial, alforrias, resistências e as leis abolicionistas nos espaços sociais e período histórico acima referido. A autora possibilita perceber as situações diversas de papéis e condições em que as mulheres vivenciaram. Permitindo assim, investigações e interpretações do passado substantivado com peso dos sentidos e compreensão para entendimentos dos desdobramentos diretos ou indiretamente das identidades e carências atuais dos alunos.

Ao estabelecer esta investigação utilizando as mulheres, que comumente são silenciadas, é dar foco e incentivar as habilidades capazes de examinar aspectos sutis das informações históricas propostas, a serem estudadas na sala de aula, que não se restringem a conhecimentos de estudo, mas motor para comportamento da vida do indivíduo e da sociedade.

A seguir exploramos mais detidamente as análises feitas por esses historiadores para evidenciar as diferenças e multiplicidade das mulheres sertanejas e reforçar o uso desta temática nas aulas de História, com base na documentação e trajetória de vida.

3.3 AS DIFERENTES MULHERES NOS SERTÕES DA BAHIA NARRADAS EM IVO (2012) E RIBEIRO (2019)

Foram através dos arquivos de fiscalizações, impostos pela coroa portuguesa, nas tentativas de controle das transações comerciais, nas áreas auríferas e próximos a elas, do século XVIII, e as demais fontes como testamentos, contratos e outros, que Ivo (2012)

identificou uma relação de mulheres empreendedoras, que conduziam habilmente seus negócios, para manter-se nesses espaços disputados, os quais exigiam habilidades não apenas comunicativas e de escritas, como também de olhar aguçado, posicionamento assertivo e uma imagem de comerciante respeitado, para labutar entre homens seja nas condições de clientes e dos subordinados nas formas direta e indiretamente.

De acordo com as informações apresentadas por Ivo (2012), nas localidades das regiões próximas à capitania da Bahia, os registros identificam as mulheres de caminhos e de onde seriam as sedes das suas ações, mas ao mesmo tempo, que revelam a direção de seus negócios.

A figura 06 apresenta o mapa referente às passagens das tropas de homens e mulheres de caminhos, de acordo com Ivo (2012) - os sertões da Bahia e o Sertão de Minas em Minas Gerais.

Figura 06: Mapa das passagens das tropas de homens e mulheres de caminhos descrito em Ivo (2012) - os sertões da Bahia e o Sertão de Minas em Minas Gerais.



FONTE: Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente Jequitinhonha: a riqueza de um vale. (org) : Denise Menezes /Instituto Terrazul. Belo Horizonte. 2006.(p. 13).

Dentre as 73 mulheres destacadas por Ivo (2012), as mulheres de caminhos, atuantes nas áreas correspondentes, os sertões de Minas e Bahia, apresentam grandes diversidades de fenótipos e origens. Abaixo foram evidenciadas, as que possuíam ligações mais diretas, constatas com os sertões da Bahia.

Barbara Gomes de Abreu e Lima

Evidencia Ivo (2012) a descrição de uma impactante comerciante, que, mesmo residindo nas capitâneas das Minas Gerais, mostrou-se presente as suas ações estendendo-se até os sertões da Bahia, revelando um dos múltiplos caminhos de resistências e transformação pessoal, dos quais muitas das mulheres negras se utilizaram, não só para fugir da condição de escrava, como introduzir-se na elite da sociedade colonial, desassociando-se dos seus aspectos identitários anteriores e incorporando-se aos padrões e ações dos grupos da elite colonial.

Mais pudica e não menos “poderosa”, que Anastácia foi a solteira. Barbara Gomes de Abreu e Lima. Natural de Sergipe del Rei e crioula forra, conseguiu acumular fortuna em Minas Gerais, provavelmente com atividades comerciais exercidas em lugares diferentes. Conforme seu testamento, escrito em 1735, na Vila de Sabará, deve ter saído ainda escrava de Sergipe e nas Minas tornou-se proprietária de várias moradas de casa, de escravos (três escravos da Costa da Mina e quatro crioulinhos), roupas de variados tecidos e objetos valiosos de ouro e de prata, dentre outros. Os diversos testamentários declarados comprovam que Bárbara realizavam negócios em distintas praças e que tinha estreitos laços com os “homens bons” dos lugares que exercia suas atividades. É muito provável, que essa crioula tenha sido uma das “mulheres de caminho” que transitaram entre a Bahia e as Minas. (Ivo, 2012, p. 272)

Nattaria Soares e Francisca Antônia

Segundo Ivo (2012), possuía passadores – Silvestre Pereira de Brito, Pedro Antônio Barbosa e José Ribeiro da Silva, que buscavam do sertão como cavalos e os produtos de gêneros alimentícios para serem comercializados no Tejuco e Gouveia, centros de extração de mineração em Minas Gerais. Semelhante a Francisca Antônia, residente na região de Minas Gerais, na Vila do Papagaio, há poucos registros de suas passagens ou de representantes, o que é preciso detectar são as condições de cargas consideráveis relacionadas também ao gênero alimentícios e animais tanto para transportes, quanto como fonte de alimentos. Revelando que Nattaria Soares na condição de comerciante e Francisca Antônia, como de passadora, foram mulheres com possíveis relações comerciais com os sertões da Bahia.

Anna Lourença

Ivo (2012) caracteriza Anna Lourença como comerciante e mulher de caminho, com mais destaque nos registros de Inhacica, na condução de passagens dos produtos ou a elas dado como responsável. A ela, duas fazendas como referência residencial: à fazenda Bom Jardim e à fazenda do tenente Bento Belchior, que também era homem de caminho, sinaliza os registros uma ligação entre esses sujeitos. A senhora Anna Lourença é retratada com

grandes cargas preciosas nos sertões de valores superiores aos descritos nas fontes para tratar e referir a outras mulheres e homens de caminho.

Tabela 02: Reprodução da tabela: Mulheres de Caminhos – transitar nos sertões de Minas Gerais e da Bahia

Tabela XL - Trânsito de mulheres.

Registros de menor circulação de mulheres

Jequitinhonha	Mulher de caminho	Produto	Valor (em réis e oitavas)
	Ana Maria, vindo do rio Verde para São Domingos	24 @ carne seca	7 oitavas e ½
	Dorotéa de Araújo	4 cabeças de gado vacuum	5 oitavas
	Fradique da Mota	48 surrões de sal da terra, 12 @ de açúcar e 8 de peixe seco	26 oitavas e ¼
	Maria de Oliveira	3 cargas de molhados	2\$250
Rio Grande			
	Josephina Silva Gonçalves	24 cargas: 2 de secos e 22 de molhados	Não declarado
	Ana das Aguiar Parda Forra	37 cargas molhados + 2 escravos	Não declarado
Pitangui			
	Joanna Gonçalves Pereira, vindo de Pitangui	3 @ carne seca e 5 surrões sal	3.000
Rio Pardo			
	Josefa Maria de S. Brás	1 escrava	2 oitavas, ½ e 20 vinténs

Fonte: Anais dos registros fiscais.

FONTE: Ivo (2012, p. 278).

A imagem acima se refere ao registro de controle fiscal, no qual oito mulheres foram identificadas e descritas suas cargas de condução e os valores correspondentes em reais, demonstrando a importância e impacto econômico que tais atividades possuíam. Além dos valores não declarados por motivos desconhecidos, que podem abrir espaço discussões para possíveis motivos, pois a descrição do produto aponta para bens e produtos mais desejados nos sertões.

Ivo (2012) afirma que a presença das mulheres nos processos e ações comerciais dos costumes africanos fortaleceram e contribuíram para as ações delas nos sertões da Bahia e de Minas Gerais, sendo estes relevantes, justifica-se então elevado números de escravas, forras e mestiças inclinadas a dedicadas a práticas comerciais, utilizando como meios modificadores das vidas, os investimentos nas múltiplas formas de trabalho, com meio para alcançar seu objetivo de tornar-se relevantes, quando na condição de escrava, ao mesmo tempo, que viabiliza a sonhada mobilidade social.

Ribeiro (2019), ao analisar um tronco familiar materno de Ana Francisca, as mulheres sertanejas nos séculos XVII e XVIII, contribuiu para reflexões da presença feminina e os desdobramentos das ações e dos modos de viver e trabalhar dessas mulheres, para além dos

seus círculos familiares, como nos moldes e aspectos permanentes, readaptações e rupturas, que contribuíram para constituir a sociedade colonial no interior dos sertões da Bahia.

Neste sentido, Ribeiro (2019) explora que as experiências e trajetórias de vidas das mulheres relacionadas direta e indiretamente a Ana Francisca, possibilitaram os acessos a aspectos das bases históricas da presença portuguesa nas terras do interior da capitania baiana, destruição dos povos indígenas e formação e a consolidação das estruturas socioeconômica do sistema colonial do Brasil colonial. Assim, ao se debruçar sobre o viver do cotidiano nas trajetórias de vida de outras mulheres, como de Maria da Costa Dias e Clara Gonçalves, observa-se as circulações e as relações socioeconômicas e culturais, que aconteciam nos sertões baianos.

Ana Francisca da Silva

Na investigação dos Comissários do Santo Ofício foram analisadas a vida e a árvore genealógica de Ana Francisca para verificar que nada desabonasse nem a ela e nem ao marido receber títulos concedidos pela Igreja, que os destacam socialmente. Devido a traços fenótipos sugerem a presença de sangue indígena, o qual desacreditaria a ela e seu esposo serem a habilitados com o título de Familiar do Santo Ofício. Tal investigação forneceu fontes e indícios suficientes para análise de Ribeiro (2019), para afirmar sim a ancestralidade indígena, enquanto a igreja tentou mascarar, devido aos interesses de reconhecer o embranquecimento, como confirmação de meios de adequação aos privilégios da elite, justificando tanto os status e como as riquezas materiais que esse grupo social possuía.

Ribeiro (2019), ao investigar o tronco familiar de Ana Francisca, diante de consideradas e diversas fontes históricas diretas e as cruzadas, constatou que a base da estrutura da fazenda Campo Seco, que por anos impactou positivamente a economia da província da Bahia, e manifestava a sua opulência no sobrado do Brejo, que dantes era creditada somente ao marido de Ana Francisca, Miguel Lourenço de Almeida, revela-se um equívoco.

Os fatos e informações históricas do século comprovam que a formação e a estruturação da fazenda Campo Seco têm como base o empenho, conhecimento e dedicação do trabalho feminino. Em resumo, sobre Ana Francisca Ribeiro (2019) afirma:

A trajetória de Ana Francisca significou a sedimentação cultural do trabalho feminino, transmitido lentamente pelas gerações anteriores, cujo percurso, ao passo que se confundiu com o processo de expansão da colonização, apresentou raízes históricas, fincadas na ancestralidade miscigenada do tronco familiar. (Ribeiro, 2019, p. 19)

As mulheres, que compuseram o tronco familiar de Ana Francisca, enunciadas por Ribeiro (2019) são: Joana de Sá, sua Bisavó, casada com Francisco de Brito Gondim descendentes diretos dos primeiros colonizadores em Pernambuco e que em ambos manifestavam, os efeitos do processo de miscigenação étnico cultural no séc. XVII²⁷. E foi a partir de sua avó Theodora de Brito Gondim, casada com o português João Pinheiro de Azevedo, iniciou na primeira década do século XVIII, o deslocamento em direção ao sertão fixando em Santo Antônio do Urubu de Cima. Já a sua mãe Micaela Maria de Jesus, em meado do século XVIII deslocou-se para região Vila do Rio de Contas (entre Brumado e Caetité) onde ali estabeleceram as estruturas fundamentais da apoteótica fazenda de Campo Seco.

Abaixo um mapa retratando os termos e vilas percorridos e vivenciados pela família materna de Ana Francisca.

Figura 07: Mapa do percurso familiar de Ana Francisca da Silva Ribeiro (2019)



FONTE: (Ribeiro, 2019, p. 100)

²⁷ Riberio (2019) apresenta afirmações com base nas pesquisas historiográficas em Freyre e outros historiadores como Vainfaz e Souza, argumentando, que miscigenação no século XVII, na região atual pernambucana, diante o número ínfimo de europeus, sobretudo das mulheres europeias e das estruturas menos pudicas relacionais das culturas indígenas, o processo de uma “sociabilidade híbrida” resultou em intensa mestiçagem.

As instabilidades de fixação vivenciadas por essas mulheres revelam que o povoamento e a colonização luso-brasileira desse território foram marcados, para além das dificuldades dos distanciamentos em relação ao litoral, como também pelos conflitos e disputas territoriais e fronteiras, diante das resistências indígenas. Foram, como argumenta Ribeiro (2019), diante dos estudos anteriores de outros historiadores, “as ações femininas nessas zonas instáveis da expansão colonial” (2019, p. 20).

As mulheres da família materna de Ana Francisca manifestam nos esforços de viabilizarem as fazendas e conseqüentemente suas famílias, aplicações de conhecimentos herdados, além de adaptações dos mesmos, perante as vivências e as novas experiências para lidar com as atividades agrícolas ligadas ao cultivo do tabaco²⁸, atividades de subsistência²⁹ e da criação de gado e posteriormente de algodão.

Sobre os homens da parte materna de Ana Francisca, as informações elucidadas por Ribeiro (2019) podem ser assim resumidas: o seu bisavô, Francisco de Brito Gondim e avô João Pinheiro de Azevedo deixaram suas esposas tomando conta das fazendas e partiram à região do Sertão de Cima nos termos de Jacobina e Rio de Contas, disputavam terras, expulsando e participando de extermínios indígenas e se aventuravam nas atividades mineradoras. Ausentes por longos anos das suas famílias, alguns deles tiveram relações e filhos não reconhecidos. Já as mulheres tiveram sobre si o peso da liberdade vigiada pelas autonomias nas decisões administrativas, agrícolas, comercializações das fazendas e das articulações sociais nos arranjos matrimoniais das filhas e para si mesmo, por tornarem, tornarem viúvas, ainda jovem, como foi o caso de Micaela.

Já sobre o marido de Ana Francisca, Miguel Lourenço de Almeida, Ribeiro (2019) apresenta em resumo da seguinte forma: um ambicioso português, nasceu pobre em Portugal, mas sempre buscou ascender socialmente, migrou para a colônia brasileira, na intenção de aproveitar as oportunidades, empenhou-se, principalmente, em representar os interesses de outros da corte nos diversos tipos de atividades comerciais nas capitanias da Bahia e de Minas Gerais. Tornou-se escrivão do juizado de órfãos e combinou comercialmente com Micaela, pouco antes do falecimento dela, o casamento com Ana Francisca, sendo ela ainda criança

²⁸ Ribeiro (2019) apresenta informações históricas, que tanto o plantio presente desde Joana de Sá, quanto Theodora, as experiências com o Tabaco, sendo esta de origem americana e comumente cultivadas pelos indígenas, sobretudo as mulheres indígenas policulturas para manutenção e sustento próprio e criação do gado cavalar (bovinos e cavalos), baseados nos trabalhos escravos indígenas e africanos. As atividades foram comumente práticas na região de Inhambupe muitas outras do Brasil colônia dos séculos VXII e XVIII.

²⁹ Ribeiro (2019) “... plantio de produtos para abastecimento e subsistência, como feijão, mandioca e cana para fabricação de rapadura” (2019, p. 105).

com 09 anos de idade, e consolidou o matrimônio, quando completou 15 anos e ele aos 47 anos. Ele fixou residência na fazenda Campo Seco, quando ainda Micaela era viva.

Maria da Costa Dias

Um dos relatos, das primeiras décadas do século XVIII, de Inhambupe (vila demarca a direção para os sertões baiano) encontrados nas fontes na pesquisa de Ribeiro (2019), foi a viúva de João Dias Rabello, que ousadamente requereu diretamente ao rei de Portugal solicitando a confirmação e a garantia da posse de terras entre os rios Inhambupe e Subaúma como direito a transmissão dos bens, para si e seus descendentes. Alegou que ela e o esposo trabalhavam arduamente e possuíam alvará. As fontes históricas e a pesquisas históricas anteriores afirmam que a mesma possuía ainda mais três sítios após a querela, comprovando a prosperidade na aquisição de novos bens após a morte do marido.

Maria da Costa Dias é um dos exemplos das ações femininas, que mesmo diante de estruturas legais do século XVIII, que dificultavam as mulheres a posse e a gestão de seus bens e que oficialmente precisavam geralmente de representações masculinas. Muitas das mulheres, em suas trajetórias de vida, sobretudo nos sertões, onde as estratégias eram urgentes e extremamente necessárias, a ampliar as das ações femininas, como elucida Ribeiro (2019), as mulheres de posses de fazendas procuravam demonstrando alta moralidade e apego ao catolicismo da época, estando sempre presente em casa e participações e parcerias com a igreja, muito eficientes nos trabalhos e criando e mantendo boas alianças com homens, que buscavam manter status sociais e religioso de reconhecimento de um bom homem.

Clara Gonçalves

Clara Gonçalves, preta forra, natural de Cabo Verde, foi escrava de Pedro Leolino Mariz ³⁰ na fazenda de Brejo das Carnaúbas ³¹ e alforriada, contraiu matrimônio, na primeira parte do século XVIII, com Mathias João da Costa ³², imigrante português e tiveram 11 filhos, alguns deles antes do casamento. Sobre a condição do início desse relacionamento, Ribeiro

³⁰ Pedro Leolino Mariz é um sujeito histórico, que, segundo Ivo (2012), foi um dos homens de “valores” e de “fronteira” que representavam a coroa portuguesa na América Portuguesa para administrar, explorar, combater os indígenas e outras ameaças a coroa portuguesa, além de desbravar as terras dos sertões de Minas e da Bahia.

³¹ Da Faz. Brejo das Carnaúbas, atualmente corresponde os territórios entre as cidades de Guanambi e Igaporã, pertencia a Pedro Leolino Mariz, permitiam que andantes e tropeiros pudessem desfrutar de paradas e

³² Segundo Ribeiro (2019), Mathias João da Costa, de origem de Arcebispado de Braga, era um dos desbravadores dos sertões subordinado a Pedro Leolino Mariz, prestando serviços e parcerias nos embates com os indígenas, abrindo picadas de estradas, condução de produtos minerais e demais produtos ao comando do era homem destemido e obediente a Pedro Leolino Mariz.

(2019) traz desconfianças da natureza, talvez inicialmente, ter sido imposta, já que Mathias desfrutava de muitas das benesses do seu comandante, o qual era dono de Clara, além das relações desiguais entre os gêneros, que caracteriza o período histórico.

Ribeiro (2019) expõe que, apesar dos diversos hostis desafios enfrentados por Clara, por viver na condição de escravidão no Sertão de Cima nas primeiras décadas do século XVIII, ela posteriormente tornou-se uma mulher forra extremamente rica. No seu inventário consta muitos bens, como: seis escravos, móveis, roupas finas, gados da fazenda Carnaíba, lavouras diversas de alimento de subsistências, aparelhos importantes para produção de rapaduras e muitos outros objetos. Tais dados e outras confrontações de outras fontes revelam, que muitos destes bens e a potencialização dos mesmos não foram adquiridos, devido ao casamento, mas alguns deles ter sido conquistados ainda na condição de escrava, pelas suas habilidades em comercializar, administrar e cultivar das fazendas.

“A preta forra Clara”, como refere Ribeiro (2019, p. 112), é uma representação proporcionalmente pequena, se comparada ao número de indivíduos de condição semelhante, mas que atesta uma sociedade sertaneja de “dinâmicas sociais multidirecionais” (2019, p. 112) e confirma a afirmação de Ivo (2012) dos sertões de mobilidades e diversos e afirmação de Paiva (2023b) as interações e as fusões dos grupos sociais manifestando as pluralidades ao passo que as justaposições são acomodadas, estabelecem e mantém os distanciamentos sociais, Clara foi uma das mulheres setecentistas, que pela sua trajetória de vida e as formas dos trabalhos desempenhados por ela, que podemos ler e interpretar as formações das estruturas e funcionamentos das primeiras fazendas e consolidação da colonização portuguesa nos interiores dos sertões, na primeira metade do século XVIII.

3.4 FRAGMENTOS DE VIDA DAS MULHERES NOS SERTÕES BAIANO DO SÉCULO XIX NA ANÁLISE DE NEVES (2012) E PIRES (2010)

Identificar os fragmentos do viver e trabalhar das mulheres, que viveram no Sertão de Cima em Neves (2012) e de Pires (2010) é um exercício de garimpagem, já que as obras historiográficas citadas não focam nas trajetórias das mulheres do Sertão da Ressaca e do Sertão de Cima da Bahia, mas visam explorar as experiências socioeconômicas das comunidades sertanistas, sobretudo a exploração da mão de obra escrava no século XIX. No entanto, este trabalho propõe perceber, dentro destes recortes espaciais e do tempo histórico, as condições dos modos de viver e trabalhadores das mulheres desses sertões baianos.

Tendo o foco nas ações femininas do século XIX, Verona (2013) informa sobre as mulheres, em especial as cariocas, sobre a ampliação socialmente aceitáveis do agir feminino nos espaços sociais de circulação, inclusive retratados nas vestimentas, pois nestas foram incorporados nas peças de roupas características para manifestar, no cotidiano, um parecer de elegância e delicadeza, atributos referidos as mulheres. Portanto, “adaptar-se às novas circunstâncias socioculturais que decorreram do processo crescente de europeização do gosto” (2013, 10) à medida que socialmente era aceita as ações e as circularizações das mulheres aparentemente impera a necessidade de manifestar nos moldes de transitar nos espaços conquistados demarcações, que os validam às mulheres.

Ribeiro (2019) descreve deslocamentos das mulheres pelos sertões da Bahia ainda no século XVIII, mas estas, devido às circunstâncias da consolidação da ocupação territorial da colônia portuguesa, as mulheres dos sertões ao se empenharem nas suas árduas e solitárias atribuições mais ampliadas dos trabalhos diários, inevitavelmente tiveram certo nível de autonomia de circulação. Embora estas sempre fossem feitas com justificativas, quando possíveis dos homens familiares mais próximos, amenizando e combatendo preventivamente quaisquer críticas sociais normativas legais e dos costumes da época.

Neste sentido, antes de discorrer sobre o tema central desta dissertação, cabe ressaltar, que Neves (2012), ao promover uma discussão historiográfica sobre a escravidão no sertão do século XIX, contribui para compreender, como afirma Ramos, “que Neves propõe descortinar as especificidades da escravidão na pecuária e policultura sertaneja, lançando mão de uma abordagem socioeconômica” (2022, p. 162). E ao fazê-lo nos informam dados relevantes para identificações das formas de trabalhar e agir de mulheres não apenas na condição de escravidão, mas como libertas, livres e das senhoras da elite, que atuavam sejam na administração dos seus bens e ou promover status e meios para os seus descendentes.

Neves (2012), ao analisar uma série de documentações encontradas principalmente no arquivo de Caetité, no Alto Sertão da Bahia, como testamentos, inventários dentre outros, não promoveu a ampliação do pensar as ações e os impactos econômicos dos sertões da Bahia, como também a percepções desses sujeitos sociais, destacando informações históricas, que comprovam as ações das mulheres nesse espaço social no século XIX. Pontuam-se os efeitos do tráfico interprovincial, mas, sobretudo, as leis abolicionistas, esclarecendo as estratégias e resistências sutis para alcançar as alforrias foram utilizadas, principalmente entre as mulheres, os maiores indícios de alforrias conquistadas.

Segundo Neves (2012), há dados que salientam as mulheres administradoras de fazendas, ainda no século XVIII, como é o exemplo de Joana da Silva Guedes de Brito, que

até mesmo um dos seus administradores e seus arrendatários possuíam uma grande quantidade de terras, “450 reses na fazenda de Caetité” (2012, p. 78) com inúmeras cabeça de gado. A senhora Joana tinha terras arrendadas tanto no Sertão da Ressaca, quanto no Sertão da Mina Nova dentre outras terras em alta quantidade nos sertões, sendo a maioria dedicada a criação de gado vacum, uma parte delas dedicada à atividade de policultura agrícola para manutenção e sustento da vida das fazendas e moedas de comércio com os tropeiros e andantes, que por lá passavam, além de quantitativo considerado de escravos.

É indubitavelmente enorme nos sertões da Bahia a mão de obra escrava, no século XIX, nas diversas atividades do Alto Sertão, como na pecuária, nos afazeres dos serviços domésticos, nas lavouras de produção para o mercado exportador³³ e para subsistência e mercado interno local. Não apenas as grandes fazendas, mas nas médias propriedades e até nas pequenas com 25 redes, que basicamente configuraram em trabalho agrícola familiar, porém consta o trabalho escravo e na maioria das vezes não possuíam supervisão, pois a relação descrita é frutos das complexidades subjetivas das relações sociais locais.

Desse modo, adapta-se, aqui, a tabela de profissões desempenhadas pelos escravos nos sertões, apresentada por Neves (2012), evidencia apenas os trabalhos femininos profissionais. A “Tabela 03 – Profissões de escravos indicados em inventários de senhores, escrituras comerciais e cartas de liberdade – Caetité, 1801-1888” (Neves, 2012, p. 88) construiu a tabela com dados das fontes e com as escrituras de compra e venda dos períodos de 1838-1888.

Tabela 03: Profissões de Escrava Caetité, 1801-1888.

PROFISSÕES	INVENTÁRIOS		ESCRITURAS		LIBERDADES	
	N	%	N	%	N	%
Domésticos	39	13,0	54	36,5	2	13,3
Costureiras	21	7,0	4	2,7	-	-
Rendeira	8	2,6	-	-	-	-
Fiandeiras	2	0,7	1	0,7	-	-
Tecelãs	2	0,7	-	-	-	-
Lavadeira	1	0,3	5	3,4	3	20,0
Sem informação	2295		1608		995	
Total	2596	100,0	1756	100,0	1010	100,0

FONTE: Reprodução da Tabela Profissões de escravos indicados em inventários de senhores, escrituras comerciais e cartas de liberdade – Caetité, 1801-1888 Neves (2012, p. 88)

³³

A produção de algodão voltada para o mercado exportador, ou seja, “a cotonicultura destacou-se por destinar uma parcela significativa da produção para o mercado externo, até que se instalassem indústria têxteis no Império” (Neve, 2012, p. 88-89).

Na mesma direção de Neves (2012), Pires (2010) não tem as mulheres como meta principal da sua pesquisa, mas as complexidades das relações sociais na estrutura da escravidão, as resistências, as leis abolicionistas e o fim da escravidão no Alto Sertão da Bahia no século XIX, no contexto histórico do Tráfico Interprovincial. No entanto, suas interpretações permitem um panorama amplo para percepção do agir de mulheres dos diferentes grupos sociais e entender as mulheres como agentes do protagonismo de resistências de variadas versões percebidas ao se ampliar e analisar pelas vivências escravas³⁴.

Quando Pires (2010) apresenta os dados da análise feita sobre “o comércio de escravos em Rio de Contas e Caetité” revelam-se a superioridade da negociação em Caetité e a classificação dos preços das escravas serem menor dos escravos, devido a principal finalidade do uso da mão de obra, destinada as lavouras dos cafezais, na região sudeste do Brasil, assim também “indicam vitalidade da escravidão no alto sertão baiano às vésperas da abolição” (2010, p. 42).

Nesta perspectiva, Pires (2010) destaca desagregações familiares e tormentas a partir das análises dos registros de notas de tabelionatos, negociações, inventários e outros documentos dos arquivos públicos de Caetité. Como, o trecho abaixo destacado pela autora, relata a situação de vulnerabilidade social em que, o contexto histórico impunha a algumas mulheres:

Manoel, preto, com 12 annos; Maria, preta, com 12 annos, filhos gêmeos da escrava Constância, preta, hoje liberta condicionalmente, por 1:500\$000²³. Outras mais, famílias (“cuja mãe é liberta”)² para ser comercializada em São Paulo. Vale lembrar que, diante das restrições legais do Império, os traficantes muitas vezes alegavam orfandade e lumbriavam quanto à idade dos pequenos cativos. A lei de 1871 (Ventre Livre) proibiu a venda de crianças desacompanhadas de suas mães, mas [...] omitiu sobre a condição de menores escravos (NEVES, 2000:114), o que levou a comercialização de crianças em tenra idade, como foi o caso de Sebastiana, dentre tantas outras (Pires, 2010, p. 43).

Pires (2010) também registra sobre a participação de mulheres como autoras comerciais da comercialização de escravos nos sertões da Bahia. Registro encontrado nos arquivos de Rio de Contas informa nomes de senhoras, tanto na categoria de comparadoras, assim como de vendedoras como “Bibiana Maria de Miranda, com três registros de venda assinalados na década de 1870-80, e Custódia Vieira do Bonfim, com dois registros de

³⁴ Afirmo Pires (2010): “As vivências escravas, naquilo que revelam do seu modo de ser e de ver as coisas, são menos tangíveis e é sempre mais difícil frequentá-las. Nessa medida, os processos criminais abrem algumas possibilidades para alcance dessa perspectiva. Todavia, é necessário assentá-la em sua temporalidade a fim de contextualizar tensões e arranjos cotidianos, valiosos indícios da vida social, indispensáveis às tentativas de reconstituição da trajetória de tantos anônimos para história” (2010, p. 17).

compra na década de 1870” (2010, p. 56). Assim como essas duas mulheres acima citadas, tratam de senhoras da elite viúvas lidando, as relações comerciais naturalizadas pelo contexto histórico e alguns desafetos, como sinaliza a autora no caso de Bibiana, sobre os pertences deixados ao seu comando após as mortes de seus falecidos maridos, na maioria dos casos, e resistindo às estruturas patriarcais seu contexto histórico.

Dentre as ações das senhoras da elite são as concessões de cartas de alforrias condicionadas mitigando as experiências e o peso de viver em condição escrava sob seu comando a troca de alforrias condicionadas a servi-las em determinado quantitativo de tempo ou até mesmo na duração do restante de vida de suas senhoras. A exemplo disso, a autora relata:

Senhoras libertavam filhos de suas escravas alegando geralmente “pelo muito amor”, como foi o caso de “Manoel Criolo”, filho de “Maria cabra”, alforriado: “[...] com a obrigação de servir-me a mim enquanto for viva cuja a graça lhe faço de muito minha livre vontade [...] pelo muito amor, que lhe tenho”⁹⁸. Como se vê, a ampla maioria dessas cartas condicionava-se a “servir enquanto for viva”⁹⁹ e revela as intenções de permanência de dominação por parte dos senhores do sertão... (Pires, 2010, p. 76)

Algumas senhoras, por condições de restrição econômica, utilizaram de estratégias de concessão de alforrias para manter-se assistida sem a obrigatoriedade de manutenção dos meios de sustento de seus escravos, como foi o caso analisado por Pires (2010), da senhora Olympia Carvalho, que em condição precária econômica, devido ao abandono do marido, justificou a vendas de suas escravas e concessão da alforria duas crianças escravas, que futuramente a pertenceria como herança do pai. “Benvenuto, crioulo, de nove anos de idade e Benedicta, cabra, de quatro, os liberto condicionalmente...” (Pires, 2010, p. 78), desde que servisse primeiro ao pai dela e depois a ela até completarem as crianças, 25 anos de idade.

Pires (2010) destaca Maria Rosa de Jesus e Francisca Maria do Nascimento como mulheres com poucos recursos, como exemplos de pequenas sitiantes, que utilizaram de lavouras de subsistências com plantio voltado caracterizado na diversidade agrícola e poucos animais, que com trabalho pesado e contínuo agia e se organizava para viver nos sertões da Bahia e que essas práticas contribuíram para o início do cultivo do café. “Alguns autos revelam a diversidade da produção agrícola e são sugestivos da importância da introdução dessa nova cultura na região” (2010, p. 179).

Pires (2010) ainda explora em sua pesquisa que as principais atividades destinadas às meninas no sertão eram voltadas para os serviços domésticos: “desde cedo, aprendiam com suas mães as habilidades da cozinha e da costura, a lavar e a engomar...” (2010, p. 78). A

autora reflete sobre o tempo impedido do brincar das crianças e da falta do reconhecimento das paternidades das crianças, sobretudo as das meninas para impedi-las de afastá-las

Diante das diversas formas de opressões e tensões no cotidiano sertanejos, os arranjos e as sutilezas das relações, que são indicadores da vida social, que manifestaram estratégias e ações de resistências e releituras, que os sujeitos marginalizados procuravam reagir com base em suas experiências³⁵ de vida. Pires (2010), portanto, indiretamente descreve as ações femininas e os resultados delas como fruto complexo das experiências. Sendo assim, as decisões conscientes ou não na busca não só por sobreviver, como também da esperança de um viver melhor não apenas pra si, como também para os seus.

Não é à toa que os dados de alforrias concedidas refletem os esforços, o aproveitamento das oportunidades e as ações das muitas das mulheres libertas utilizam como meios para alcançar a desejada liberdade. Pires (2010) expõem esse dados na tabela 4 – Escravos alforriados (gênero e idade), Rio de Contas – 1870-1888, reproduzida abaixo.

Tabela 04: Reprodução da Tabela - Escravos alforriados (gênero e idade), Rio de Contas – 1870-1888.

Escravos						
Homens				Mulheres		
Década	1870	1880	Total	1870	1880	Total
Adultos	72	35	107	92	57	149
(%)	51,4	83,3	58,8	60,9	77	66,2
Crianças	41	-	41	41	09	50
(%)	29,3	-	22,5	27,2	12,2	22,2
Idoso	27	07	34	18	08	26
(%)	19,3	16,7	18,7	11,9	10,8	11,6
Total	140	42	182	151	74	225
(%)	34,4	10,3	44,7	37,1	18,2	55,3

FONTE: Reprodução da tabela 4 – Escravos alforriados (gênero e idade), Rio de Contas – 1870-1888 Pires (2010, p.77).

Esses dados permitem afirmar que as mulheres receberam a maioria das alforrias concedidas entre as décadas de 1870 a 1880, apenas em relação à faixa etária dos idosos, que as alforrias concedidas aos homens sobressaíam aos das mulheres, mesmo assim a diferença não é tão expressiva. As possibilidades podem ser pensadas, que ainda que idosas, as mulheres possivelmente desempenham uma certa funcionalidade nos trabalhos domésticos,

³⁵ Pires (2010) adota o conceito de experiência, a partir da perspectiva de E. P. Thompson, que na interpretação dela em que tantos homens como as mulheres, que envolvidos das complexidades das vivências das estruturas experimentadas no cotidiano, mediante as arbitrariedades e aleatoriedade das vivências e as subjetividades das leituras dos sujeitos sobre as mesmas conduzem as atitudes por eles tomadas.

sobretudo nos cuidados com as crianças, na alimentação e orientações dos serviços para outras escravas.

Apesar do aumento do número de libertos e trabalhadores livres pobres, o trabalho escravo nos sertões da Bahia, como afirma Pires (2010), manteve sua importância e dimensões ainda próximo a data 13 de maio de 1888: “às vésperas da abolição, o trabalho escravo continuou sendo importante ao desenvolvimento dos diferentes misteres exigidos nas atividades agropastoris no alto sertão” (2010, p. 127). E, portanto, os atos de resistência nas suas variadas formas mantiveram crescentes e intensos por todo o período. Neste assunto, as experiências de resistência e busca pela liberdade das mulheres escravas podem ser lidas e interpretadas ao longo das suas trajetórias de vidas, que vão desde as funções que desempenhavam ao ato de contrair famílias. O que se contempla a seguir são as análises feitas por Pires (2010), que mostram mediante as interpretações dos registros de fontes históricas variadas as ações de alforriadas e das escravas de resistirem.

Pires (2010) informa que as mulheres escravas constituíam famílias tendo filhos e filhas, estabelecendo acordos com seus senhores para manter suas famílias, registros das compras de alforrias, tudo isso revela uma das manifestações ténue e esperançosas das variadas formas de resistência. Formar famílias, ainda na condição de escravas, ter filhos e filhas. A exemplo, segue trecho retirado em Pires (2010):

Dentre os diversos registros de casamentos nos inventários, vê-se o de Querino “preto”, de “50 e tantos anos”, com uma mulher “forra”. Outros mais inventários do Capitão Antônio de Souza Meira: Manoel “preto”, de 63 anos, com Luiza; Luiz “preto”, de 47 anos com Servera de 61 anos, com os ingênuos Amaro “preto”, Afra “preta”, Alfredo “preto”, Libanio, casado com Zeferina de 43 anos, com os ingênuos Florinda “parda”, Esmeralda “parda”, Bôaventura “parda”, Quitéria “parda”, Marcolino “pardo”, “[...] cujo valor pedio a viúva que na partilha fosse comportado em seu quinhão, pois que desde já concede á este escravo a sua liberdade, cuja carta requeria que se passasse [...]”; Joana “preta”, casada com Sipricão, e Juliana “preta”, de 37 anos, casada com “escravo de outrem” (Pires, 2010, p.165).

Uma das análises propostas em Pires (2010) é que estabelecer laços familiares era uma das maneiras de criar canais de acordos com os senhores e senhoras. Mesmo sendo muito arriscado e doloroso, devido ao contexto histórico do tráfico interprovincial, ser um meio de negócio atrativo da época. Ousar em ter família é também um meio de permanecer na região e que auxiliaria “a conquista da sonhada alforria” (2010, p. 166).

Ao analisar as experiências escravas das libertas, através das redes de convívios e de sobrevivências tem a intenção e a preocupação de tornar visível e apresentá-las como pontos de reflexão as experiências sociais de sujeitos marginalizados. Portanto, ao salientar as ações

femininas na pesquisa de Pires (2010), amplia-se para discussão, os percursos, as formas de se viver, de se sentir e as resistências diárias, das relações de apoio e opressões presentes no cotidiano conectados e complexos dos sertões da Bahia.

Dando continuidade, em perceber as mulheres marginalizadas em Pires (2010), nota-se as migrações constantes, as movimentações e o convívio entre as populações mais pobre, sobretudo, na “direção à Chapada Diamantina, ao Sertão da Ressaca, ao Sul da Bahia, retornando assim que possível” (2010, p. 185). E em meio aos processos crimes, Pires (2010), ao analisar registros, como das instâncias jurídicas identificou casos relacionados a sujeitos marginalizados, que devido às redes de apoio e de sobrevivências das complexas relações sociais tiveram em alguns casos “procedimentos favoráveis à emancipação própria ou em favor de parentes e amigos” (2010, p.187). Como demonstra o trecho a seguir de um inquérito de 1893, analisado por Pires (2010, p. 188):

Se Philomena assim como Genésio e sua irmã são bons procedidos, amantes da ordem ou se gostam de promover desordem e inquietar o soçego público? Que Philomena é uma mulher muito bem procedida e pacífica, mas que Genésio e sua irmã gostão sempre de andarem com barulhos e promovendo desordem⁹

O que Pires (2010) apresenta é sobre a circularização de escravos, libertos e livres eram comuns, constantes e havia certa rede de apoio entre alguns senhoril e alguns sujeitos marginalizados, revelando as “mútuas relações pessoais de afeto e amizade...” (2010, p. 192), que se davam entre os diferentes sujeitos sociais, pois é no cotidiano as redes de relações mostra-se tão cheia de emaranhados, sutilezas, união, mas também de contrastes e tensões.

Não é muito difícil também perceber as diversas manifestações de controles sociais nos processos crimes comuns nas identificações motivadoras de agressões desferidas pelos escravos. Pires (2010) informa que os inúmeros castigos físicos aplicados pelos senhores e senhoras aos escravos (as) eram justificados, como “castigos pedagógicos” e muitos deles se davam de forma deverasmente cruel, a exemplo abaixo:

Joanna, escrava do senhor Francisco da Luz, foi morta em 06 de Janeiro de 1888, na rua do Trapiche, [...] em casa de Juliana de Tal (sua vizinha) ... O estado deplorável de seu corpo, após ter sido barbaramente espancada pelo seu senhor, foi referido em vários depoimentos [...]
Convocados pela justiça, vizinhos e amigos de Joanna afirmaram unanimemente que o “authôr da morte daquela infeliz” havia sido o seu senhor Francisco da Luz [...].
Anna Joaquina de Jesus “Africana de 40 anos, ganhadeira”, confirmou: [...] No dia da morte de Joanna à casa de Juliana para lavar o cadáver [...] que uma vez queixou-se que era maltratada[...]³⁶
[...] Antonio Francisco de Souza, ferreiro de 31 anos, disse: [Joanna] estava parida de sete dias, sendo no sétimo dia fora assoutada pelo senhor [...] que

no diser da morta o motivo foi ter a sua Senhora mandado ella fazer um serviço, não tendo ella querido fazer por estar de resguardo, e então o denunciado amarrou-a no terreiro e a bateu-a” (Loc. Cit.: F. 15v, 16 e 20v). O senhor Francisco da Luz, morador no Arraial das Tabocas, sequer foi inquirido pelo juiz municipal Eduardo Ferreira de Cerqueira [...] (Pires, 2010, p. 195).

Pires (2010) sobre a morte da escrava Joanna, Pires (2010) pontua ele foi “seviciada” e que não existia prova contra o autor, o qual foi inocentado do crime bárbaro que cometeu contra uma mulher, mãe de pelo menos uma criança recente, devido ser uma escrava desobediente. O processo não permite saber “os motivos das brutais atitudes dos senhores da escrava Joanna” (2010, p. 196). Pires (2010) ainda relata a violência dos castigos físicos a crianças escravas, como o caso da escravinha Maria, que mesmo nova vivia fugindo de sua senhora, diante do medo do espancamento, a qual sua senhora: Anna Francisca do Bonfim, justificava os maus tratos pela pequena está sempre doente e comer terra. A menina morreu, devido ao espancamento. Ressalta Pires (2010): “assim como Maria, outras crianças foram atingidas por seus senhores” (2010, p. 197).

Dentre muitas informações obtidas por Pires (2010) analisando os processos crimes, uma delas é que o domínio e o poder senhorial ainda se mantinham, mesmo quando se tratava dos libertos. Como foi o caso dos “corretivos domésticos”, ocorrido na vila de Caetité, aplicados a mando da fazendeira Dona Florentina à forra, a “crioula,” Innocência Maria de Jesus. Além da senhora fazendeira ainda obrigar o escravo Ricardo, agressor de Innocência ainda casar com ela, deixando preventivamente “um álibi” antes que o juiz averiguasse o caso denunciado pela vítima. Já as mulheres na condição de forras, não podiam ser consideradas vítimas de agressão física, quando for o marido o autor.

As mulheres, algumas senhoras, mas em sua maioria pobres, livres, forras ou escravas nos espaços dos sertões sempre desempenharam diversas atividades econômicas. Tantos nos serviços domésticos, quantos nas demais atividades ligadas diretamente ao campo, ou em outros labutas - dos artesanatos (costureiras, fiadeiras e outras artes) aos “dos produtos básicos à alimentação de sertanejos, fabrica-se beiju de tapioca ou mandioca, biscoito de goma...” (2010, p. 209). As mulheres sertanejas buscaram possibilitar o seu viver e as realizações dos sonhos não apenas pessoais, mas, sobretudo, os que viabilizassem as suas famílias nos espinhosos viver dos desprivilegiados sociais.

Em Pires (2010) as fontes históricas analisadas dão conta de “escravas, forras e ex-escravas constantemente envolvidas na vida social, lutando pela sobrevivência, criando seus filhos, muitas vezes desacompanhadas de seus companheiros, corajosas em ocasiões

difíceis...” (2010, p. 223). As mulheres oitocentistas, principalmente as marginalizadas dos sertões, precisaram de muitas versatilidades e engenhosidades para viver suas trajetórias de vida, não apenas das barreiras das estruturas econômicas e sociais, como também das normas de condutas e valores culturais dadas e impostas a elas.

Sobre as ações femininas pesam sobre elas não apenas as condições socioeconômicas, mas também a sua condição de mulher. Pires (2010) afirma que alguns processos crimes permitem atentar em dois casos, que ressaltam o fato dos motivos das agressões sofridas por algumas delas trata-se de defesas de agressões promovidas de companheiros ou de quem procurava ser. Como foi o caso relatado por Pires (2010) de Sebastiana, de 23 anos, fiandeira, natural do termo de Monte Alto, que ao declinar de uma aproximação amorosa de Manoel Francisco Borges foi agredida pelo mesmo por preferir se relacionar com outro homem. Outro caso relatado é o de “Maria de Jesus, fiandeira de 26 anos, que diante das desconfianças e violência de seu marido” (2010, p.231).

Quando finalmente a lei Áurea chegou ao sertão, ainda havia muitas fazendas com número alto de escravizados, Pires (2010) afirma, que os fazendeiros dos sertões mesmo cientes de todas as movimentações para o fim da escravidão, não se preparam e muitos deles queixaram dos abalos financeiros acometidos a eles, como foi o caso dos Cangussús, da fazenda Brejo do Campo Sêco. E muitos dos fazendeiros descreviam com saudosíssimos e a lástima do fim da escravidão.

Como afirma Pires (2010): “para a maior parte dos fazendeiros do sertão a abolição significou a perda do “bem” mais considerável dos seus espólios” (2010, p. 253). Os quais repercutiram em matérias do Jornal “A Pena, e as crônicas do escritor caetiteense: João Gomes como causas das crises financeiras e razões das migrações populacionais para o centro sul”. No entanto, os danos e prejuízos promoveram, devido a falta das organizações políticas e sociais, além das constantes e duras estiagens de anos anteriores e daquele momento.

Em Pires (2010), o que se registra mediante o que acima foi dito é que apesar das lamúrias dos grandes fazendeiros, “a vida econômica do alto sertão se manteve após a abolição em ritmos próximos ao do período anterior” (2010, p. 269). E que “os costumes e hábitos de moradores das roças, praticamente não se diferenciavam daqueles que viviam nas pequenas cidades do alto sertão” (2010, p. 270). Entretanto, nota-se ao longo das análises e provocativas em Pires (2010), o vislumbre de reconstrução do passado dos sertões da Bahia, a qual possibilitar a identificação das diversas e variadas formas do agir feminino por todas as conjunturas relacionais, principalmente ao ampliar aquelas que são e representam a maior parte da camada populacional, as mulheres: pobres, pretas, pardas, escravas e forras, que por

muito tempo não eram consideradas na sua diversidade, nem como fontes ou objetos de pesquisas nas historiografias, sobretudo, na tradicional.

Dessa forma, o que reforçamos aqui, por meio da análise da narrativa histórica produzida por estes autores, representantes desta nova historiografia sobre os sertões da Bahia, é o quanto elas contribuem para evidenciar a diversidade e imersão das mulheres na construção dos espaços sertanejos em vários períodos da nossa história colonial e imperial. Assim, seu uso nas aulas de História do Ensino Médio pode mobilizar as carências de orientação em relação à condição da mulher na sociedade atual, como também contribuir no desenvolvimento do pensamento histórico mais crítico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar e destacar as contribuições das historiografias contemporâneas de Ribeiro (2019), Ivo (2012), Neves (2012) e Pires (2010) acerca das formas de viver e trabalhar dos diferentes tipos de mulheres nos sertões da Bahia, entre os séculos XVIII e XIX — grupos que por muito tempo foram negligenciados no ensino de História no Ensino Médio —, reconhece-se um importante ato de valorização da metacognição histórica. Essa abordagem estimula a reflexão sobre o próprio processo de construção do conhecimento histórico e amplia as possibilidades de aprendizagem crítica e significativa. Além disso, a utilização dos documentos normatizadores da educação como respaldo à ação pedagógica permite reconfigurar o currículo escolar a partir da singularidade e da pluralidade dos eventos históricos e de suas conexões, o que se mostra um movimento profundamente revigorante para o ensino da disciplina.

As recentes produções historiográficas têm se dedicado a fomentar análises narrativas mais específicas sobre grupos e espaços historicamente marginalizados, evidenciando as singularidades e diversidades das experiências humanas. Nesse contexto, o estudo das formas de viver e trabalhar das mulheres nos Sertões de Cima e da Ressaca revela-se essencial para a ampliação do olhar docente sobre o passado e suas múltiplas vozes. A proposta de solução mediadora da aprendizagem — a criação de uma revista digital — visa divulgar e facilitar o acesso, entre professores de História, dos conhecimentos históricos locais analisados pelas pesquisas historiográficas recentes, que possam servir de ponte para reflexões e análises críticas sobre as lacunas ainda existentes no tratamento da temática de gênero no ensino de História dos sertões baianos.

Como professora da rede estadual da Bahia, com carga horária de 40 horas semanais — sendo 26 dedicadas à docência e apenas 10 horas de Atividade Complementar para planejamento —, reconheço a necessidade de dispor de materiais didáticos práticos e acessíveis, compostos por fontes historiográficas confiáveis e analisadas criticamente. O material proposto nesta pesquisa visa justamente suprir essa demanda, oferecendo ao professor-historiador um conjunto de recursos que possibilitam a aplicação de diferentes metodologias, de acordo com suas preferências e contextos escolares. Ao mesmo tempo, o material foi concebido com base nos princípios da cognição histórica e da didática reconstrutivista, de modo a favorecer a mobilização do pensamento histórico e a formação de sujeitos capazes de interpretar o presente à luz do passado, atuando criticamente na construção da sociedade que desejam, conscientes de suas identidades e pertencimentos.

Compreender que nenhum grupo social ou tipo de sujeito é o único protagonista da construção histórica da sociedade é essencial. Entretanto, ao reconhecer a atuação das mulheres como agentes históricos e suas formas de resistência, amplia-se a consciência histórica e a capacidade de compreender as complexidades das múltiplas relações sociais que moldaram nossos valores, identidades e estratégias de resistência ao longo do tempo, mesmo em contextos adversos e estruturados por desigualdades.

O percurso desta pesquisa transformou profundamente o meu fazer como professora de História, pois me permitiu qualificar ainda mais o meu olhar para a sala de aula não apenas como um espaço de ensino, mas como um lugar de encontros, escutas e reconstruções de sentidos. A aproximação com a Didática Reconstrutivista deslocou minhas práticas de um ensino centrado na repetição de conteúdos para uma postura mais sensível às histórias de vida dos estudantes, especialmente na EJA, onde cada trajetória carrega marcas do tempo, do trabalho e das lutas cotidianas. Ao reconhecer esses sujeitos como produtores de saberes, passei a ensinar História de forma mais humana, dialógica e comprometida com a realidade vivida, compreendendo que ensinar também é aprender com o outro.

Nesse caminho, a pesquisa deixou de ser apenas um requisito acadêmico e passou a ser uma experiência formativa que fortaleceu minha identidade docente. As habilidades da Didática Reconstrutivista — questionar, interpretar, argumentar e narrar historicamente — tornaram-se práticas vivas no cotidiano escolar, aguçando meu olhar, minhas escolhas pedagógicas e minha relação com os estudantes. Ao ver os alunos se reconhecerem como sujeitos da História, relacionando passado, presente e futuro às suas próprias experiências, compreendi o sentido mais profundo do meu trabalho: contribuir para a formação de consciências históricas mais críticas, sensíveis e emancipadas. Assim, a pesquisa reafirmou em mim a certeza de que o ensino de História é, antes de tudo, um ato de compromisso humano, político e transformador.

Por fim, é importante reconhecer que esta pesquisa enfrentou limitações, especialmente quanto ao tempo disponível para o aprofundamento e a ampliação do diálogo com as inúmeras e relevantes produções historiográficas recentes. Além dessas dificuldades de ordem metodológica e temporal, somam-se os desafios pessoais enfrentados pela autora durante o percurso da pesquisa. O afastamento prolongado do ambiente acadêmico e as demandas cotidianas de uma rotina intensa de trabalho tornaram o processo mais desafiador. Ademais, a pesquisa foi atravessada por intempéries da vida, como o adoecimento e o falecimento da primeira orientadora, fato que impactou emocionalmente e exigiu resiliência para dar continuidade ao trabalho. Ainda assim, este percurso revelou-se profundamente formativo,

reafirmando o compromisso com a produção do conhecimento histórico e com a valorização do ensino de História como prática reflexiva, crítica e humanizadora.

Dessa forma, há muito a se investigar sobre os eventos históricos do Alto Sertão Baiano, sobretudo como recorte temático de gênero no território que, embora apresente características específicas, mantém profundas conexões com os processos históricos mais amplos do Brasil. Assim, reafirma-se a compreensão de que, apesar das particularidades regionais, somos parte de uma rede nacional de identidades e memórias históricas interligadas, cuja valorização e estudo contínuo são fundamentais para a construção de um ensino de História mais plural, crítico, inclusivo e com finalidade prática na vida dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. **Descobrimento do Brasil**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira – BBB. Fundação Darcy Ribeiro. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2014.
- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira – BBB. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Ed. Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Briguier, 1930. (Biblioteca Senado Federal, nº L-2003-3424).
- AGUIAR, Lielva Azevedo. Entre a política e a magistratura. O barão de Caetité e suas articulações no Império (Alto sertão da Bahia e além, 1840-1880). 2019. 354f. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UFBA, Salvador, 2019.
- ALVES, Gláucia da Rosa do Amaral & BECKER, Elsbeth Léia Spode. As Mulheres e a historiografia. *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 115-128, 2018.
- BARCA, Isabel. Investigação em educação histórica: possibilidades e desafios para aprendizagem histórica. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia (orgs). **Perspectivas de investigação em Educação Histórica**. Atas das VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica realizada na Universidade Federal do Paraná, de 02 a 05 de Agosto de 2006. Curitiba: Editora UTFPR, 2007, p. 26-42.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália . 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARDOSO, Oldimar. Para uma definição didática da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 153-170 – 2008
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.
- CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS. In: **DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia** – versão final 2022. Subsecretário da Educação do Estado da Bahia. 2022. p. 176-203.
- CLEMENTE, Ana Clara do Carmo. Interseccções necessárias: teoria da história, história das mulheres e ensino de história. **Cadernos de InterPesquisas**, v. 2, p. 294-319, 2024.
- CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 141-161, 2000.
- DALAZONA, Flávio José e LIPINSKI, Heitor Alexandre Trevisani. A narrativa

historiográfica: um espaço de prática e da constituição de sentido. **Revista Ars Historica**, p. 312-334, 2021.

Ferreira Novais, I. A. (2022). Mulher, família e negócio: o papel da mulher no sertão da Bahia no século XIX. **Politeia - História E Sociedade**, 20(2), 61-73. <https://doi.org/10.22481/politeia.v20i2.10001>

FRIAS, Luzinéa de Maria Pastor Santos. **A mulher e as “raízes” da desigualdade na formação da sociedade brasileira**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Cidade Universitária da UFMA, São Luís, 2013.

FURTADO, Júnia Ferreira. Demarcações territoriais e cartografia - 3.1. Entre Minas e a Bahia: metamorfoses da mineração entre a riqueza material e a espiritual. In: PAIVA, Eduardo França (org). **Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)**. Belo Horizonte: Caravana, 2023. p. 123-137.

GARCIA, Rodrigo. “O ‘bárbaro’ que salvou São Paulo”. **Apartes - Revista da Câmara Municipal de São Paulo**. jun/2016, edição nº 20 (link de acesso em 11 de Janeiro de 2025: Os primeiros caminhos da Serra do Mar – Memória do Transporte Brasileiro).

GERMINARI, Geyso Dongley; MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: confrontos narrativos, estratégias de imposição e impactos no ensino de história. **Revista Interacções**. n. 49, p. 7-24, 2018.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed.- São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: J Olympio, 1975.

Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente. **Jequitinhonha: a riqueza de um vale**. (org) : Denise Menezes /Instituto Terrazul. Belo Horizonte. 2006.

IVO, Isnara Pereira. Mulheres de caminho: circulações comerciais e mobilidade social nos sertões do Brasil setecentista. In: **Esclavidão, escravidão: negros e indígenas na ibero-américa (Séc. XVII – Séc XIX)**. Solimar Oliveira Lima; Rodrigo Caetano Silva. (Organizadores)- Teresina: EDUFPI, 2024.

IVO, Isnara Pereira. Sertões conectados, “homens de caminho” e famílias mestiçadas. In: PAIVA, Eduardo França (org). **Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)**. Belo Horizonte: Caravana, 2023. p. 277-262.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores dos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB**, 2012.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de.; MARTINS, Ana Luzia Pereira.; CONCEIÇÃO, Andrea da.; COSTA, Isadora de Melo Escarrone. História das mulheres e historiografia brasileira: contextos, tendências e debates. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 85, e20250507, 2025.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SILVA, Benícia Oliveira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Ciência. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.) **Dicionário crítico de gênero**. prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 109-111.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de história no Brasil: percurso histórico e periodização. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, 265-304, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura**: alto sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Introdução e Relatório de Miguel Pereira da Costa ao vice-rei do Brasil. In: _____; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Editora Arcádia, 2007a. p. 9-31.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre o salitre dos Montes Altos. In: _____; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Editora Arcádia, 2007b. p. 121-153.

NICHNIG, Claudia Regina; PAES, Beatriz de Castro. *Mulheres e trabalho: ensinando história das mulheres com base em fontes*. **Revista de Ensino de História**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 60-70, 2023.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “**Viver por si, viver pelos seus**: famílias e comunidades de escravos e forros no ‘Certam de Sima do Sam Francisco’ (1730-1790)”. 2011. 250f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Santo Antonio de Jesus, 2011.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. Sergio Buarque de Holanda: caminhos e fronteiras das interpretações do Brasil. 11 de jan. de 2016 duração de 2hs;35min;07s. Publicado pelo canal do Youtube: III Escola de Primavera Dos Intérpretes do Brasil. Disponível em: **Sergio Buarque de Holanda: caminhos e fronteiras das interpretações do Brasil** . Acesso 10 de janeiro de 2025.

PAIVA, Eduardo França. Dinâmicas de mestiçagens. In: _____ (org). **Reescrevendo histórias do Brasil**: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX). Belo Horizonte: Caravana, 2023. p. 253-288.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida**: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2010.

RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura história em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

RAMOS, Danielle da Silva. ESCRAVIDÃO, PECUÁRIA E POLICULTURA. **Veredas da história**, [online], v.8, n.1, 2015, p. 161-166, ISSN 1982-4238.

RAMOS, Márcia Elisa Teté e CAINELLI, A Educação Histórica como campo investigativo. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 19, n.1, p. 11-27, jan.-abr./2015.

RIBEIRO, Marcos Profeta. Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838). 2019. 250f. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2019.

ROCHA, Altermar Amaral. O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano entre os séculos XVIII e XIX: as origens do território de Vitória da Conquista. **GEOPAUTA** 2018, 2(3).

ROCHA, Ivânia Nunes Machado. Mulher invisível: ausência de sertanejas na historiografia brasileira tradicional. **Travessias**, Cascavel, v. 14, n. 3, p. 36-53, set./dez. 2020.

RÜSEN, Jörn. **Contribuições para uma teoria da didática da história**. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Resende (orgs). Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Tradução de Peter H. Rautmann, Caio da C. Pereira, Daniel Martineschen, Sibele Paulino. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. **História viva: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado – teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007, 188p.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa** [on-line], vol. 01, n. 02, p. 07-16, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica como ciência**. Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília - UnB, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Didática reconstrutivista da história e a formação da consciência histórica dialógica. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 14, n. 2, ago.-dez., p. 166-184, 2021a.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Percursos dialógicos com Isabel Barca: a crise da transposição didática e a construção da aula histórica. **Vinte Anos das Jornadas Internacionais de Educação Histórica**, Porto, 2021b, p. 17-32.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Aula histórica: uma metodologia para a didática reconstrutivista da história. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa (Org.). **Didática reconstrutivista da história**. Curitiba: W.A, 2020, cap. 4, p. 127-1057.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Didática reconstrutivista da história**. Curitiba: CRV, 2020 online.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Cláudia. Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica. **Educar em Revista** UFP, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 17-42, 2016.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63-96.

SEPULVEDA, Denise Guerra; SEPULVEDA, Marcelo Duarte. *A história das mulheres no ensino de História*. **Revista da ANPUH – Seção São Paulo**, Guarulhos, v. 1, p. 01-13, 2021.

SILVA, Cristiane Bereta da. Conhecimento Histórico Escolar. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019 p. 50-54.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SILVA, Zezito Rodrigues da. Uma vila na periferia do império: sociedade, território e poder no alto sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna de Caitete, 1810-1821). 2021. 380fls. **Tese** (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2021.

SOUZA, Laura de Melo e. S. B. de Holanda entre a história e a sociologia. Resenhas. Versão online 01 de Abril de 1995 – **Jornal de Resenhas** | Resenha.

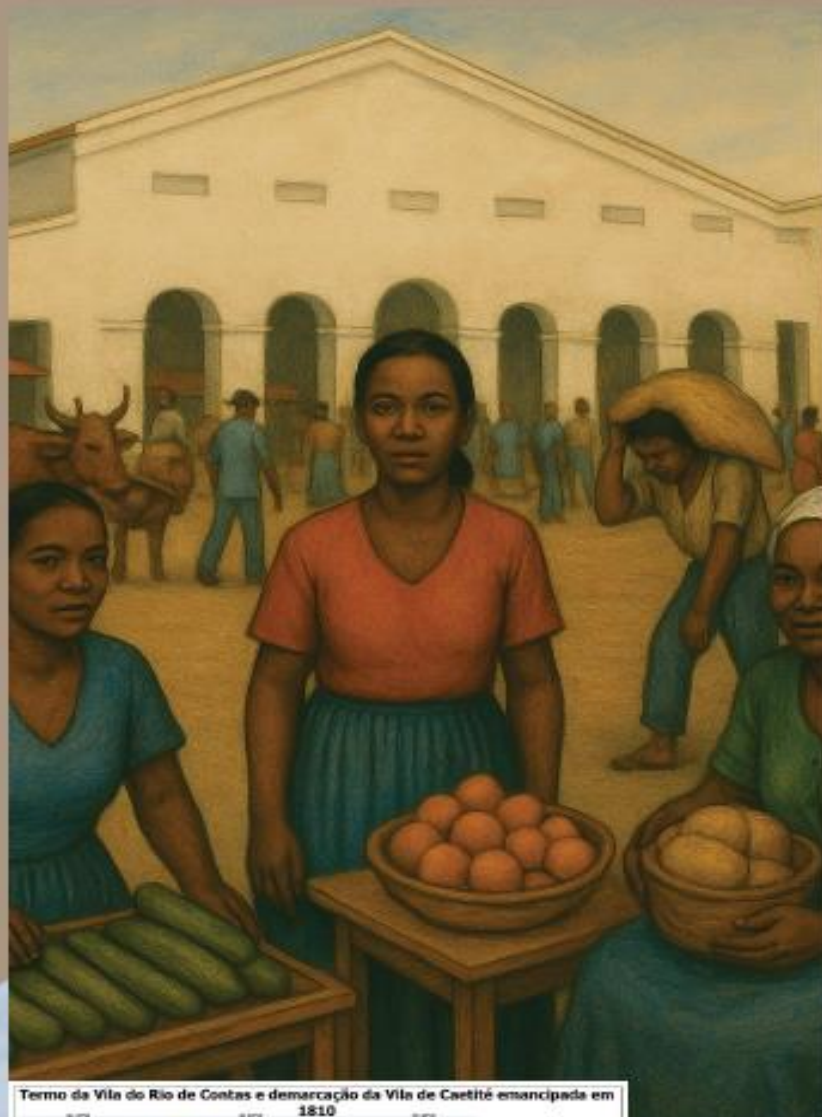
SOUZA, Solange Jobim e. Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: polifonia, alegoria e o conceito de verdade no discurso da ciência contemporânea. In: BRAIT, Beth (org). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 331-348

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia** - Excerptos da obra Réise in Brasilien. Traslados a português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

APÊNDICE – A REVISTA

As mulheres dos sertões da Bahia (sec. XVIII e XIX) em Revista: uma proposta didática para 2ª série do Ensino Médio

CONTRIBUIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DOS SERTÕES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI



07/11/2030



**Quedma
Carvalho**



@realtygustito

Editorial

A revista digital tem como objetivo ser uma ferramenta disponível ao professor de História do Ensino Médio, que contribua para o processo de ensino e aprendizagem da História. Para isso, estabelece alguns objetivos:

- Oferecer ao professor informações históricas e historiográficas sobre as regiões dos sertões da Bahia;
- Fomentar um percurso da formação do pensamento histórico, que articula conceitos, conteúdos, categorias e princípios com vistas a construir para atribuição de sentidos;
- Identificar os diferentes grupos de mulheres e destacar as suas formas de viver e trabalhar nos sertões entre os séculos XVIII e XIX;
- Fornecer aos estudantes do Ensino Médio representatividades de mulheres da sua região (os sertões da Ressaca e o Alto Sertão) ao longo dos séculos XVIII e XIX

Neste sentido, esperamos que mergulhem e deleitem-se nas conexões dos conhecimentos históricos trazidos por importantes historiadores sobre os sertões baianos: Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2010), que debruçaram em suas pesquisas potencializando as sombras dos acontecimentos passado, mas de contornos acentuados, permitindo que os vislumbres da história brasileira dos séculos XVIII e XIX, a partir da complexidades das relações locais ganhem, através da didática histórica reconstrutivista em Schmidt (2020 / 2021), uma de aprendizagem histórica de significado. Esse processo resulta em saber histórico, que instrumentaliza os estudantes a usá-lo bem além dos muros escolares, a usarem principalmente como sujeitos sociais.

Sumário

As inspirações na Didática Reconstructivista e os apontamentos das estruturas educacionais.....	4
Tipologia Da consciência histórica por Schmidh (2021).....	5
Os sertões na historiografia tradicional.....	6
Os sertões da Bahia sob a perspectiva das historiografias recentes.....	6
As mulheres nos espaços dos sertões da Bahia	8
As diferentes mulheres nos sertões da Bahia narradas em Ivo (2012) e Ribeiro (2019).....	10
Histórias cruzadas de outras mulheres em Ribeiro (2019).....	15
Fragmentos de vida das mulheres nos sertões baiano do século XIX.....	16
As ações das mulheres livres – grandes e médias fazendeiras.....	19
Estratégias para a liberdade.....	20
Exemplo de Aula Histórica.....	22
Autoavaliação das aulas anteriores individual.....	30

As inspirações na Didática Reconstrutivista e os apontamentos das estruturas educacionais

Olá, professor(a) de História do Ensino Médio na Bahia! Este material tem o intuito de convidá-lo a refletir sobre os cumprimentos das normas dos documentos oficiais, principalmente o Documento Curricular Referencial da Bahia, o DCRB - 2022, mas não de forma mecânica, reprodutivista e generalista. Aqui se propõe o fazer histórico pedagógico comprometido com uma aprendizagem histórica com sentido para a vida (Rusen, 2001).

Tendo como propósito a utilização dos conhecimentos históricos para manifestar pensamento histórico metodizados para que os estudantes desenvolvam um saber histórico, ou seja, onde as narrativas históricas são baseadas em critérios científicos de racionalidade históricas, os quais contribuem para que as operações mentais realizadas pelos sujeitos fortaleçam, a partir da lógica, as competências e habilidades que deem conta de refletir e analisar as complexidades de dimensões das temporalidades, dos espaços, dos sentidos e considerem diferentes intenções dos grupos e sujeitos.

Correlacionada ao objetivo acima, orienta Schmidt (2021), aos professores de História, que o desenvolvam as ações didáticas reconstrutivistas, pois estas se baseiam em proposições de que os pensamentos históricos, devem ser articulados às estruturas semelhantemente ao dialogismo Bakhtin na construção do saber histórico, salientando as diversidades dos discursos e da parcialidade, ciente dos contextos e dos interlocutores.

Schmidt (2021) aponta que as pesquisas no campo educacional têm se preocupado com a qualidade investigativa própria da ciência da História, na qual o saber histórico é um extrato da “[...] experiência humana com sua interpretação e orientação para vida prática”. Para ela, tanto os alunos quanto os professores realizam em conjunto a construção da aprendizagem histórica. Destacando as funções do professor de história, como: investigador e orientador, que busca identificar, entender e aprofundar a formação do pensamento histórico, desde a manifestação científica até consolidação do pensamento histórico alicerçado aos processos da cognição histórica.

Os professores partem das multiperspectivas da natureza do conhecimento histórico, de maneira que a utilização dos diversos recursos pedagógicos e os diagnósticos da aprendizagem devem ser atentadas por toda produção dos alunos. O docente, como orientador, tem a responsabilidade de referenciar e intervir para fomentar o aprendizado histórico relevante. Portanto, se faz necessária às instituições critérios para realizações de diagnósticos da aprendizagem e o estabelecimento de categorias, que dialogam com os processos formativos de identificação do conhecimento histórico com as habilidades históricas, permitindo verificar as interpretações das operações mentais, isto é, o desenvolvimento da Consciência Histórica.

Schmidt (2021) salienta que a Didática Reconstrutivista se fundamenta na concepção de um pensamento histórico, que se utiliza do dialogismo na construção do saber histórico. A autora lembra que a preocupação com a aplicabilidade prática da aprendizagem histórica deve ser considerada desde o início, com o objetivo de promover a ampliação da Consciência Histórica do aluno. Sua finalidade, portanto, é o domínio do processo do conhecimento histórico, baseado na racionalidade histórica relacionada às narrativas históricas e capacidade prática da aprendizagem nessa área.

Pina e Silva (2020) evidenciam o estudo de Schmidt sobre Didática Reconstrutivista como uma “leitura inovadora”, pois na sua conceituação estabelece uma formação emancipadora das aulas de História. Neste sentido, ressaltam:

[...] o conceito da Didática Reconstrutivista da História como adesão ao fato de que a aprendizagem e a cognição histórica precisam ser referenciadas na História, na intenção de estabelecer metodologias que privilegiem, durante a aula de História, a relação passado, presente e futuro como uma reconstrução que possibilite novas narrativas históricas (2020, p. 230).

Há, assim, múltiplas contribuições indicando os processos de construção do pensar historicamente, inspiradas inicialmente por Rusen (2001) e reinterpretadas por diversos intelectuais da corrente ruseniana. Ressaltam-se aqui as dez representações das Categorias que compõem as competências do pensamento histórico, usadas por Schmidt (2020) para orientar a prática pedagógica do professor historiador, uma vez que nelas a narrativa histórica é atribuída um sentido.

Schmidt (2020) destaca as seguintes categorias: Argumentação, Significância, Evidência, Mudança, Empatia, Interpretação, Explicação, Motivação, Orientação e, finalmente, experiência (Percepção). Todas essas possibilidades podem ser mobilizadas ao usar as historiografias escolhidas como instrumento para entender a história dos sertões da Bahia. Portanto, começam a referenciar as orientações dos modos, tempos e dos sujeitos históricos, que viveram nestes sertões da Bahia, colocando-os não à margem dos eventos históricos da sociedade brasileira, mas como um componente ativo dela.

Para tanto, cabe atentarmos ao quadro sobre as tipologias da Consciência Histórica sintetizadas e apresentado por Schmidt (2021), no qual destaca, a partir das tipologias da Consciência Histórica, as estruturas importantes utilizados pelos estudantes, como: **QUESTÕES, PENSAMENTOS HISTÓRICOS, ORIENTAÇÕES e NARRATIVAS**, revelam as habilidades e competências mobilizadas pelos estudantes e como os mesmos podem ser mobilizados pelos professores historiadores no intuito de orientar a sua prática nas aulas de história para aprofundar e ampliar a metacognição histórica dos estudantes a serem estimulados para além da esfera educacional, mas principalmente em suas vidas, como sujeito social.

Tipologia da consciência histórica por Schmidt (2021)

Nesse sentido, convivo para relembrar brevemente as tipologias da Consciência Histórica citadas em Schmidt (2021):

- **Tradicional:** Evidenciam as seguintes características - nas indagações o domínio do senso comum, moldados à moralidade existente, categorizando a temporalidade no sentido de continuidade unidirecional de estruturas rígidas, que promovem uma narrativa consequencial e que justifica a construção da identidade esperada;
- **Exemplar:** A partir do passado é possível comparar para poder constatar, uma regra comum, possibilitando identificação de regras e princípios gerais a serem aplicados a toda a sociedade para servir de parâmetros de lições a serem aprendidas para ser seguidos ou evitados;
- **Crítica:** Nesta as percepções das contradições guiam as relações e interpretações dos grupos de sujeitos, que se opõem e portanto, constroem suas identidades nas rupturas, nos conflitos presentes em cada momento, ou seja, a tensão e oposição constantes nas dimensões temporais;
- **Genética:** As subjetividades contextuais das relações humanas são meios de investigar as dimensões temporais, por isso, a contextualização é necessária, já que há interações entre a continuidade e a mudança nas dimensões temporais são importantes para compreensão da vida;
- **Dialogica:** A necessidade de perceber que as interações das subjetividades, assim como as conexões dos diferentes grupos de sujeitos estabelecem são singulares. Portanto, é preciso perceber as articulações não apenas para entender, mas também para mobilizar intencionalmente e, assim, construir diálogos capazes de organizar e atribuir sentidos no intuito de que o sujeito se entenda não apenas enquanto sujeito histórico e protagonista para construir seu percurso, como também, da sua relevância como ser social de responsabilidade do coletivo, construtores conscientes da sociedade desejada.

Sendo assim, ao propor as reflexões didáticas apresentadas em Schmidt (2020 e 2021), ressalto a você, estimado colega, a preocupação com a aplicabilidade das estratégias escolhidas em seu plano de aula com a aprendizagem histórica, deve levar em consideração, desde o princípio, o objetivo de desenvolver e ampliar o tipo da Consciência Histórica que os estudantes manifestem nos discursos narrativos, mediante os diferentes meios investigativos, que nós professores utilizamos ao atuar nas estruturas dos objetos de conhecimentos estipulados pelos documentos oficiais da Secretaria da educação.

Desse forma, convindo ao nobre colega para que, junto com seu aluno constroem narrativas significativas, sugiro que lance mão dos elementos fornecidos pelas pesquisas historiográficas recentes, em especial, sobre as mulheres do espaço local, atentando-se para uma diálogo com as experiências concretas dos sujeitos, as condições socialmente manifestadas e os conhecimentos históricos e, assim, aguçar o desenvolvimento de uma consciência histórica capaz de identificar e dialogar com as subjetividades.

E assim, promover e estimular os meios, em parceria com os estudantes, possibilidades que impulsionem a autonomia, o protagonismo e a autorreflexão dos sujeitos, refletindo e entendendo, não apenas a complexidade de si, enquanto sujeito histórico, como também do cidadão ativo e consciente na e da sociedade, em que se encontra inserido.

Nesse passo, apresento aqui, um recorte das propostas das exigências curriculares impostivas dos documentos norteadores impostos pela SBC-BA, os pontos estruturais do currículo da 2ª série, as ideias substantivas dos objetos de conhecimentos associado e alinhado as seletivas de trechos dos textos da historiografia contemporânea estudadas por mim, sob o viés temático de gênero no espaço local.

Por isso, segue abaixo uma seletiva das estruturas definidas à 2ª série do Ensino Médio do currículo oficial descrito e determinado pelo DCRB-BA, 2022.

Objetivos articulados ao DCRB:

Objetivo:

- Agregar e correlacionar os espaços dos sertões da Bahia - Sertão de Cima e o Sertão da Restaca - dos séculos XVII e XVIII parte natural do DCRB/2022.

Objetos de Conhecimentos do DCRB mobilizados:

- O processo de interiorização e ampliação do território da América portuguesa: criação de gado no sertão nordestino e no sul, drogas do sertão, atuação jesuítas e mineração;
- O petriariado e a sociedade colonial;
- A força de trabalho escrava no Brasil Colonial: indígenas e africanos; tipos de trabalho; violência na relação com os senhores.

Competência específica da área de conhecimento e Habilidade relacionada à competência:

C1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade relacionada à competência

- (EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

C2: Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

Habilidade relacionada à competência

- (EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

HABILIDADES BAHIA

(EMI.3CHSBA02) Analisar, compreender e caracterizar processos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais da Bahia, tendo em vista suas peculiaridades regionais e o seu papel no cenário nacional.

Os sertões na historiografia tradicional



À Lado norte de Canudos, à direita Igreja de S. Antônio e à esquerda Igreja de Bom Jesus. Fotografia de Filipe de Barros. 1897. Arquivo Histórico Museu da República.

FONTE: <https://museudarepublica.museu.gov.br/etnologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-cacildos-da-cunha/>



Uma casa em Canudos. Fotografia de Filipe de Barros. 1897. Arquivo Histórico Museu da República.

FONTE: <https://museudarepublica.museu.gov.br/etnologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-cacildos-da-cunha/>

A historiografia por muito tempo construiu e manteve um conceito sobre o sertão, repleto de aspectos negativos. Neves (2007) descreve que a historiografia tradicional denota ao sertão a equivalência a um espaço distante, de imprevisibilidade, de despovoado, desordem e polêmica, como se fosse o antagonismo das regiões litorâneas, como local de fronteira de conflitos desde o tempo colonial, mas que ao longo tempo desesboçaram e ampliaram as interpretações ligada à: simbologia, ideias, vegetação, de sentidos - econômicos e sociais e até mítico. Sendo assim, o conceito relacionado ao sertão Neves (2007) enumera:

Generalizou-se o conceito de sertão para vasta área do interior brasileiro, como expressão da pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, numa equiparação à ideia de “região”, exposta como especialização destacada num continente, pais ou subunidade setorial de poder, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, a natureza do que produzem, espécies de bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais. Como categoria analítica da divisão espacial, “sertão” exprime condição de território interior de uma região, ou de uma unidade administrativa interna (Sertão Nordestino, Sertão da Bahia), de zoneamento dessas especializações (Alto Sertão da Bahia, Sertão de Canudos, Sertão de São Francisco) ou ainda o sertão do bandeirante, que inclui o interior de outras unidades da federação, fora do semi-árido ou polígono das secas. (Neves, 2007, p. 15-16).

Os sertões da Bahia sob a perspectiva das historiografias recentes



Neste sentido, cabe aqui apresentar e reforçar as especificações histórica e espacial dos sertões da Bahia, que são as áreas de zoneamentos das especializações das quais deseja-se enunciar as informações e os conhecimentos históricos das produções historiográficas selecionadas Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2009), ou seja, o Sertão de Cima e o Sertão da Ressaca. Sobre estes espaços Furtado (2023) descreve como o local de conexões, onde “as minas servem de ligação entre as terras minerais de Minas Gerais e as da Bahia (2023, p. 128). Tendo como referência o rio São Francisco e os outros rios fortes da região, serviam mais como referencial geográfico, que permitia a ligação espacial de entre territórios sertanejos descontínuos, do que como meio de transporte para os viajantes (2023, p. 129).

Entende-se como sertões, segundo Ivo (2012) o recorte espacial apresentado em sua pesquisa: o “Sertão de Minas Novas, Sertão da Ressaca e Alto Sertão da Bahia” (2012, p. 32), referindo como “os sertões guardavam a singularidades múltiplas, trânsitos e mobilidades e, assim como as cidades coloniais abrigavam movimentos de pessoas e de produtos das mais diferentes partes do Império ultramarino português, tal como se verificara nas áreas urbanas” (2012, p. 33).

Dessa forma, a autora traz a ideia de sertões de movimento, de circularização de diversos tipos de gentes, de mobilidades sociais, de singularidades culturais resultantes dos encontros, das mercadorias, enfim, da pluralidade dos sertões, já que as imprecisões e disputas e influências territoriais não se limitavam às fronteiras convencionais das províncias, mas decorrentes das sínteses das misturas e conexões das múltiplas gentes e de seus interesses.

O Sertão da Ressaca é apresentado em Ivo (2012), “grosso modo, o município da Imperial Vila da Vitória” (2012, p. 32), que também compunha o Alto Sertão da Bahia, onde se destacou, durante o século XVIII, as ações de “João Gonçalves da Costa, português e preto forro, foi o mais importante pioneiro das imersões portuguesas nos sertões da Bahia, principalmente no Sertão da Ressaca” (2012, p. 28). Ivo (2023) reafirma o Sertão da Ressaca, como área da região “do centro-sul da capitania da Bahia”, semelhante área de influência de correspondência, atual, da cidade de Vitória da Conquista.

Ivo (2023), certa das incidências e conexões entre os três sertões, “do centro-norte da capitania de Minas Gerais (começos do Sertão do Frio-sertão de Minas Novas) e do centro-sul da capitania da Bahia (sertão da Ressaca¹⁰⁰, Sertões de Cirne¹⁰¹) formavam os cenários da conformação de algumas das famílias sertanejas mais destacadas (2023, p. 279). E que, portanto, as relações de comércio e acordos transitavam fortemente dentro das as regiões e por consequência manifestando as relações de controles e administrativas, do período colonial pela corte portuguesa e do período imperial, do Brasil colônia.

As ações femininas, as trajetórias e as formas de viver dos mais diversos tipos dos grupos de mulheres têm sido presentes nas narrativas historiográficas da contemporaneidade e como afirma Rago (1995): “um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estreitamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas” (1995, p. 81). Tal espaço, ocupado pelas pesquisas, que incluíam as mulheres, fomentou as percepções singulares, que marcam as relações sociais dentro do contexto espaço tempo estudado.

Selienta-se, que mesmo diante dos padrões ditos comuns instituídos as manifestações nos cotidianos são palcos de ações diversas, e neles ocorreram casos que fogem dos padrões normalizadores, mas sem rompê-los. Paiva (2023b), enfatiza a interpretação em que as mulheres agiam e viviam de formas diferentes relatadas das narrativas generalistas dos estudos tradicionais.

O historiador, ao longo de seu discurso, enuncia as mulheres como protagonistas de muitas das ações e que registros históricos revelam vestígios contundentes, que permitem perceber pelas trajetórias das suas vidas diversidades de comportamentos e formas de relacionar particularidades que põem à prova a uniformidade das ações e formas de viver das mulheres não apenas entre os grupos sociais distintos, mas dentro do que seria apontado como seus pares.

Paiva (2023b) assegura que as mulheres não podem ser vistas como sujeitos históricos passivos, apáticos e subordinados a padrões e costumes como se fossem eternas vítimas das condições. Evitando análises simplistas, mas que devem ser levadas em considerações as complexidades dos espaços, tempo e das possibilidades de conexões dentro e entre as redes de relacionamentos, sendo que nem em todas as pesquisas tradicionais as mulheres são ignoradas. Para ela, é preciso refletir sobre o contexto histórico das produções historiográficas e inferir a subjetividade nas interpretações das análises das obras historiográficas tradicionais.

No entanto, é apropriado dizer, que as interpretações não podem ser lidas como verdades absolutas ou sentenças das leituras da historiografia tradicional, e sim pela necessidade de contextualizá-las. E assim, como expõe Paiva (2023b), utilizar das ampliações das concepções das fontes e dos novos entendimentos das historiografias atuais com as compreensões mais alargadas e diversificadas, das formas das relações humanas, e portanto, acrescentadas mais complexidades as recentes pesquisas e possibilitando emergir as singularidades dos contextos históricos investigados.

Através de Paiva (2023b), é possível entender, a partir das investigações das fontes, diversas e confrontadas, as possibilidades de emergir as ações, modos de vidas e as trajetórias das mulheres que foram construídas por elas na busca de alcançar seus objetivos. E que as estruturas e as representações, que ocupam não modificados e reorganizados diante dos resultados das experiências, das vivências e das interações das mais diferentes áreas socioeconômicas e culturais, que não podem ser lidas de forma dissociada, mas de maneira conectada.

E assim, é notável a conclusão da necessidade de classificar e interpretar as mulheres como sujeitos históricos: reducionistas a padrões generalistas e estereotipados, de modos específicos e complexos correlacionados e agentes protagonistas nos e dos tempos históricos.



fonte: <https://gndsertao.com/2022/04/14/o-bahia-do-siglo-das-comeca-migracao-de-quarenta-anos-com-perspectiva-de-aumento-da-producao-e-productividade/>

AS MULHERES E SUAS FORMAS DE VIVER E TRABALHAR NOS SERTÕES DE CIMA E DA RESSACA em Ivo (2012) e Ribeiro (2019)

As reflexões sobre as mulheres nos sertões da Ressaca e Cima, nos períodos dos séculos XVIII e XIX, são de grande valia, permitindo e incentivando a construção dos conhecimentos históricos de maneira mais diversificada e significativa às aprendizagens do Ensino de História aos alunos da etapa do Ensino Médio, que residem nessas especializações. Reconhecendo esses espaços sociais e históricos como participantes e produtores dos acontecimentos históricos a níveis para além do local superando os efeitos e ações dos conhecimentos isolados e restritos, mas repercutindo-os como sínteses das interpretações das redes de conexões.

As experiências das formas de viver e trabalhar das mulheres, desses territórios, nas suas trajetórias de vida, revelam os comportamentos, os aspectos, os acontecimentos e os valores correspondentes aos períodos históricos Brasil nos séculos XVIII e XIX, significando e enriquecendo as interpretações dos pensamentos históricos na construção dos conhecimentos e a autonomia dos usos dos saberes históricos. As experiências de vida das mulheres sertanejas, não apenas as reconhecem como sujeitos históricos presentes e ativos nos sertões da Ressaca e Sertão de Cima, como amplia e qualifica a construção do saber histórico de todos os sujeitos, que constitui as sociedades contemporâneas desses sertões.

As diferentes mulheres investigadas pelos historiadores Ivo (2012) e Ribeiro (2019) confirmam o dito acima em Paiva (2023b), de que o protagonismo dessas agentes históricas, que nas maneiras de viver e do labutar nesses sertões contribuíram ativamente nos processos históricos, que construíram nas estruturas e organizações da sociedade do Sertão Cima e do Sertão da Ressaca.

Ivo (2012) retrata os sertões na Bahia no século XVIII como espaços diversos, ricos e complexos, que se desdobram em relações socioeconômicas próprias e conectadas aos interesses e ordenanças da coroa portuguesa e, posteriormente, no período imperial brasileiro, da corte imperial. Os espaços múltiplos, cheios de riquezas, "mobilidades", de trânsitos de sujeitos históricos com "diálogos culturais", que confeccionaram teias de relações que os caracterizam como meio ambiente desafiador, como distâncias, combates e conflitos, não podem ser reduzidos à escassez de riquezas, produções, interações e conhecimento. Ivo (2012), em seu estudo, reflete sobre os sistemas administrativos português, sobretudo os de controles das riquezas retiradas e produzidas nos sertões.



Representação das mulheres de caminho feita por um aplicativo de IA para simbolizar atuação de mulheres na liderança e organização de tropas, em especial mulheres mestiçagens, fruto dos relatos dos escritos de Ivo (2012)
Fonte: Imagem representativa feita por IA pelo Cledson

Ao discutir sobre “as mulheres de caminho[1]” envolvidas com as práticas comerciais, da circulação de mercadorias de contrabando daqueles e ampliação das rotas de comércios, terrestres e fluviais, enfim, que por onde se desenrolaram as ações masculinas, também de mulheres nos sertões baianos setecentistas, conduziam suas vidas e constituíam trajetórias de vidas assimétricas às narrativas generalistas tradicionais.

As mulheres responsáveis por inúmeras e pesadas cargas, conforme descreve Ivo (2012), em geral tinham cor e corpos mestiços e se distinguíam das outras, que se tinham as práticas controladas e constantemente vigiadas não apenas pelos homens, mas também de toda a sociedade sob a lente das normas morais da época. Diante das fontes que registraram as distintas comerciantes, a autora enuncia: “A significativa presença feminina transitando nos caminhos de terras e de águas, levando e trazendo, por exemplo, toneladas de peixe ou dezenas de ruidões de sal para os sertões, nos conduz à reflexão sobre o grau de mobilidade espacial e social alcançados por elas” (Ivo, 2012, p. 270).

A imagem abaixo trata da Tabela XXXV, que é parte dos resultados das análises dos livros oficiais de fiscalizações, que foram parte das fontes históricas investigadas pela a historiadora Ivo (2012).

[1] Ao utilizar a expressão “Mulheres de caminho”, a autora Ivo (2012, 2023) a estabeleceu para denominar as mulheres que estavam semelhante e concomitantes aos homens de caminhos - viandantes, comboieiros, tropeiros, pastores, comerciantes, contrabandistas e arrematadores dos contratos das entradas e caminhos oficiais e clandestinos, “conduziam toneladas de mercadorias em ruidões” (IVO, 2012, p. 270).

Tabela XXXV - “Mulheres de caminho”

Registros	Total de Homens de caminho	Total de mulheres	Mulher escrava	Escrava de foro	Preta forra	Parda forra
Açuá	281	12	—	—	—	—
Colheito	788	18	—	—	—	—
Inhabeta	532	14	01	—	—	—
Itacambira	168	20	—	01	01	—
Itatubinha	399	04	—	—	—	—
Itatubinha	93	02	—	—	—	—
Pinanga	321	02	—	—	—	01
Rio Grande	76	01	—	—	—	—
Rio Pardo	76	01	—	—	—	—
TOTALS	2.658	73	01	01	01	01

Fonte: Anais dos registros fiscais.

FONTE: IVO, Isaura Pereira. Homens de Caminhos: trânsito, comércio e cores dos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012 - p. 271.

Dentre as fontes de pesquisas, as de registros fiscalizações oficiais, nos quais as ações dos comerciantes e suas atividades de circulação pelos sertões foram e são notadas, Ivo (2012) constata cerca de 73 mulheres e que 69 delas possivelmente não eram brancas, inclusive descreve, dentre o total destas mulheres, a presença de uma escrava e três forras são confirmadas. Além disso, Ivo (2012) afirma:

A análise sobre o comércio entre os sertões de Minas Gerais e da Bahia leva-nos a olhar o mundo feminino, sobretudo a sua versão mestiça, crioula e negra. Mulheres multicores, que mesmo sob a ótica de bandos e interditos, estavam inseridas, embora em número reduzido, no mundo dos homens de caminho, no mundo masculino de arrematadores de contratos de entradas, dos comboieiros, dos viandantes, dos negociantes e dos tropeiros. Há muito a historiografia vem trazendo à cena inúmeros exemplos de mulheres não-brancas, escravas, forras e nascidas livres, que atuaram fortemente nas sociedades em que se inseriam, construindo suas histórias de inserção e de mobilidade no cotidiano no universo colonial. Várias trajetórias femininas – individuais ou coletivas – tem sido recuperadas no sentido de demonstrar diferentes estratégias de sobrevivências experimentadas por elas, não só nas cidades, vilas e povoados, mas, também, nas ruas, nas vendas e nos caminhos coloniais (IVO, 2012, p. 271).

Em Ivo (2012), as possibilidades das reflexões sobre as ações, as formas de viver e as trajetórias das vidas femininas, são diagnósticas como dinâmicas e interativas. Sendo as mulheres agentes ativas num mundo masculino, bem pouco auspicioso a elas e mesmo assim, os resultados dos seus trabalhos foram de relevância semelhante aos dos homens de caminho, pois neste espaço se caracterizava pela “diversidade econômica dos sertões, ou seja, o comércio e a natureza de movimento permitiram que estas mulheres circulassem pelos caminhos e picadas, levando valores, ouro em pó ou produtos e construindo alternativas às formas de aquisição de liberdade e as formas de inserção social no mundo dos livres “brancos”” (2012, p. 279).

Semelhantemente, Ribeiro (2019) também registra as mulheres setecentistas dos sertões da Bahia como agente ativo da história e como força propulsoras, não apenas de suas vidas, mas da sociedade, que estão inseridas. E que as formas de viver, as trajetórias e as ações femininas viabilizaram as explorações e contornos aos territórios dos sertões. Já os homens se encontravam em constantes movimentos, devido predominarem nas atividades comerciais e nos combates dos nativos. Ribeiro (2019) apresenta as senhoras das fazendas como responsáveis na consolidação das posses das terras, mediante os cuidados em tornar rentáveis as atividades econômicas empregadas nas grandes fazendas agropecuárias do Sertão de Cima e da Ressaca.

Ribeiro (2019) aborda a temática do “[...] trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado nos sertões baianos no processo de expansão da colonização no século XVIII” (2019, p. 16). São foco de sua pesquisa tanto as mulheres da elite quanto outras mulheres em condições diversas examinadas nas confrontações de fontes. Essa perspectiva enriquece ainda mais o olhar sobre um espaço tão diverso, onde as misturas dos corpos, de maneira forçada ou não, intencionalmente ou não, arregimentaram conhecimentos e serviram de mobilidades, além de fornecer contornos às sociedades das mais variadas comunidades sertanejas pelos sertões afora.

O historiador considerou as mestiçagens das mulheres sertanejas e que os conhecimentos das ações e prática do trabalho feminino aplicados, principalmente entre as senhoras administradoras das fazendas, devido a ausências comuns de seus maridos. Foi possível e vantajoso, em virtude dos conhecimentos transmitidos, resignificados e readaptados das contribuições dos conhecimentos culturais compartilhados entre as mulheres em destaque na sua pesquisa, a da cultura indígena, afirma Ribeiro (2019): “...transição e transmissão cultural dos ‘hábitos, instituições, técnicas e idiomas’ indígenas que gradativamente foram amalgamando a cultura portuguesa, numa lenta sedimentação através das gerações” (2019, p. 21).

As mulheres apresentadas em Ribeiro (2019) estão sobre forte pressão e vigilâncias normativas da sociedade do momento histórico analisado, sendo possível verificar, diante das fontes, que as mulheres sertanejas desfrutaram de uma certa liberdade causada pelas ausências dos homens, que constantemente estavam distantes devido aos seus afazeres. Caracterizam-se as fazendas dos sertões baiano como espaço variedades das atividades aplicadas e das relações, sendo um ambiente, complexo, interativo, de mobilização e mobilidade social ainda nos séculos XVII e XVIII. Para Ribeiro (2019), é necessário compreender, perante a confrontação das fontes, que muitas das mulheres administradoras possuíam semelhanças ao tronco familiar de Ana Francisco, a de mestiçagem:

Nas análises feitas ao tronco familiar de mulheres foi possível observar e constatar a variabilidade das ações das mulheres na identificação das outras, que permeiam as análises, as quais são dos diversos grupos sociais (mamelucos, poeta fora, indígenas, mulher do vaqueiro, proprietárias de terras brancas...) imbricadas no processo histórico e não a margem. (Ribeiro, 2019, p. 28)

É a partir dos estudos feitos pelo historiador, que debruçou sobre registros históricos, que diretamente e indiretamente enunciaram informações sobre tronco materno de Ana Francisco, nas quais as ações e as trajetórias de vidas das mulheres sertanejas investigadas são possíveis identificar os motivos e meios, pelos quais fazendas nos sertões, em especial do Sertão de Cima, a fazenda de Campo Seco, foram consolidadas e prosperaram, garantindo estruturas do povoamento e contribuição para o desenvolvimento desta região.

Para Ribeiro (2019), reconhecer as formas de trabalho, do viver e as trajetórias de vidas das mulheres administradoras das fazendas dos sertões da Bahia, sobretudo as das pioneiras, é possibilitar o entendimento de que a interiorização e a fixação dessas são frutos do funcionamento das interações dos homens e mulheres colonizadores em que os papéis desempenhados pelas “mulheres nas ausências dos maridos, mas também com os tais permanências no domicílio se configuraram em movimentos de sedimentação lenta e contínua do fazer feminino ao longo dos tempos” (2019, p. 73), contribuindo significativamente na formação dos espaços dos sertões da Bahia.

AS DIFERENTES MULHERES NOS SERTÕES DA BAHIA NARRADAS EM IVO (2012) E RIBEIRO (2019)

Foram analisadas fontes primárias: os arquivos de fiscalizações, impostos pela coroa portuguesa, na tentativas de controle das transações comerciais, nas áreas auríferas e próximos a elas, do século XVIII, e tantas outras fontes, como os testamentos encontrados. O historiadores Ivo (2012) e Ribeiro (2019) ao produzirem suas pesquisas, nos fornecem recursos que podem ser utilizados em sala de aula.

Em Ivo (2012) é possível identificar e refletir sobre mulheres empreendedoras, que conduziam habilmente seus negócios, para manter-se nesses espaços disputas, os quais exigiam habilidades não apenas comunicativas e de escritas, como também, de olhar aguçado, posicionamento assertivo e uma imagem de comerciante respeitado, para labutar entre homens seja nas condições de cliente ou de patroa exigiam delas sagacidade. A historiadora, ainda ressalta o mover das mulheres de caminhos, de alguns dos territórios transitados e das múltiplas ações e direções de seus negócios.



FONTE: Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente Jequitinhonha: a riqueza de um vale. (org) : Denise Menezes /Instituto Terrazul. Belo Horizonte. 2006.(p. 13).

Dentre as 73 mulheres destacadas por Ivo (2012), as mulheres de caminhos, atuante nas áreas correspondentes os sertões de Minas e Bahia, apresentam grandes diversidades de fenótipos e origens. Abaixo foram evidenciadas as que possuíam ligações mais diretas, constata-se com os sertões da Bahia.



Barbara Gomes de Abreu e Lima

Evidencia Ivo (2012) a descrição de uma importante comerciante, que mesmo residindo na capitania das Minas Gerais, mostrou-se presente as suas ações estendendo-se até os sertões da Bahia, revelando um dos múltiplos caminhos de resistências e transformação pessoal, da qual muitas das mulheres negras se utilizaram, não apenas para fugir da condição de escrava, como também, introduzir-se na elite da sociedade colonial, desassociando-se dos seus aspectos identitário anterior e incorporando os padrões e ações dos grupos da elite colonial.

Mais púdica e não menos “poderosa” que Anastácia foi a solteira Barbara Gomes de Abreu e Lima. Natural de Sergipe del Rei e oriunda forra, conseguiu acumular fortuna em Minas Gerais, provavelmente com atividades comerciais exercidas em lugares diferentes. Conforme seu testamento, escrito em 1735, na Vila de Sabará, deve ter saído ainda escrava de Sergipe e nas Minas tornou-se proprietária de várias moradas de casa, de escravos (três escravos da Costa da Mina e quatro oriulinhos), roupas de variados tecidos e objetos valiosos de ouro e de prata, dentre outros. Os diversos testamenteiros declarados comprovam que Bárbara realizavam negócios em distintas praças e que tinha estreitos laços com os “homens bons” dos lugares em que exercia suas atividades. É muito provável, que essa orioula tenha sido uma das “mulheres de caminho” que transitaram entre a Bahia e as Minas. (Ivo, 2012, p. 272)



Nattaria Soares e Francisca Antônia



Segundo Ivo (2012), possuía pastadores – Silvestre Pereira de Brito, Pedro Antônio Barbosa e José Ribeiro da Silva, que buscavam do sertão cavalos e os produtos de gêneros alimentícios para serem comercializados no Tejuco e Gouveia, centros de extração de mineração em Minas Gerais. Semelhante, a Francisca Antônia, residente na região de Minas Gerais, na Vila do Papagaio, há poucos registros de suas passagens ou de representantes, o que é preciso detectar são as conduções de cargas consideráveis relacionadas também ao gênero alimentício e animais tanto para transportes, quanto como fonte de alimentos. Revelando que Nattaria Soares na condição de comerciante e Francisca Antônia, como de pastadora foram mulheres com possíveis relações comerciais com os sertões da Bahia.

Anna Lourença

Ivo (2012) caracteriza Anna Lourença como comerciante e mulher de caminho, com maior destaque nos registros de Inhaçoca, seja na condução direta da passagem dos produtos ou como responsável. Além de apontar duas fazendas como referência residencial – a Fazenda Bom Jardim e a Fazenda do Tenente Bento Belchior, que também era homem de caminho –, os registros sinalizam uma ligação entre esses sujeitos. A senhora Anna Lourença é retratada com grandes cargas preciosas nos sertões, de valores superiores aos descritos nas fontes para outras mulheres e homens de caminho.

A imagem abaixo refere-se ao registro de controle fiscal, no qual oito mulheres foram identificadas e descritas suas cargas de condução e os valores correspondentes em réis, demonstrando a importância e o impacto econômico que tais atividades possuíam. Além dos valores não declarados por motivos desconhecidos, que podem abrir espaço para discussões sobre possíveis motivos, pois a descrição do produto aponta para bens e produtos muito desejados nos sertões.

Figura da tabela: Mulheres de Caminhos – transitar nos sertões de Minas Gerais e da Bahia.

Tabela XL - Trânsito de mulheres.

Registros de menor circulação de mulheres			
Joazeiro	Mulher de caminho	Produto	Valor (em réis e algarismos)
	Ana Maria, vindo do rio Verde para São Domingos	24 @ carne seca	7 oitavas e 1/2
	Doroteia de Araújo	4 cabeças de gado vacum	5 oitavas
	Fernique da Neta	48 sacos de sal do sertão, 12 @ de apio e 8 do pó de mato	26 oitavas e 1/2
	Maria de Oliveira	3 cargas de molhados	28250
Rio Grande			
	Josephina Sales Gonçalves	24 cargas: 2 de secos e 22 de molhados	Não declarado
	Antes das Aguias Para Foz	37 cargas molhados + 2 escuros	Não declarado
Pitangui			
	Joanna Gonçalves Pereira, vindo de Pitangui	3 @ carne seca e 5 sacos de sal	3.000
Rio Pardo			
	Josefa Maria de S. Brás	1 escuro	2 oitavas, 1/2 e 20 vinténs

Fonte: Anais dos registros fiscais.

FONTE: Ivo (2012, p.278)

Ivo (2012) afirma que a presença das mulheres nas ações comerciais é de influência dos costumes africanos, sendo readaptados e reinterpretados no agir feminino nos sertões da Bahia e de Minas Gerais. Tal informação ajuda a entender o elevado número de escravas, forras e mestiças inclinadas à dedicação a práticas comerciais, utilizando como meios modificadores das vidas os investimentos nas múltiplas formas de trabalho, como meio para alcançar seu objetivo de tornar-se relevantes quando na condição de escrava, ao mesmo tempo em que viabilizava a sonhada mobilidade social.

Já Ribeiro (2019), ao analisar um tronco familiar materno de Ana Francisco, as mulheres sertanejas nos séculos XVII e XVIII, contribui para as reflexões sobre a presença feminina e os desdobramentos das ações e dos modos de viver e trabalhar dessas mulheres para além dos seus círculos familiares, como também nos moldes e aspectos permanentes, readaptações e rupturas que contribuíam para constituir a sociedade colonial no interior dos sertões da Bahia.

Dessa forma, ao investigar as experiências e as trajetórias de vida das mulheres relacionadas direta ou indiretamente a Ana Francisco, o historiador desocorta parte da base histórica da presença portuguesa nas terras do interior da capitania baiana, apontando a destruição dos povos indígenas para a formação e a consolidação das estruturas socioeconômicas do sistema do Brasil colonial. Além de revelar uma silhueta do cotidiano dos séculos XVII e XVIII nas trajetórias de vida de outras mulheres, como Maria da Costa Dias e Clara Gonçalves, observam-se as circulações e as relações socioeconômicas e culturais que aconteciam nos sertões baianos.

Ana Francisca da Silva



Imagem ilustrativa inspirada na tese do doutorado de Ribeiro (2019) sobre o tronco familiar materno de Ana Francisca, representando as mulheres donas de fazendas, que atuavam nas ausências de seus maridos e transmitiam os seus conhecimentos para suas descendências, na intenção de manter os bens e ajudar no desenvolvimento dos patrimônios familiar.

Fonte: ilustração criada em aplicativo de IA por Cleidson e Quedma

Ana Francisca foi uma mulher da elite sertaneja do século XIX, que teve a vida e a genealogia investigadas pelos Comissários do Santo Ofício, para certificação de que nada desabonasse nem a ela e nem ao marido para receber títulos concedidos pela igreja, os destacando na sociedade do Alto Sertão. Os traços fenotípicos de Ana Francisca sugeriam a presença de sangue indígena, que a descreditaria a ela e a seu esposo para serem habilitados com o título de Familiar do Santo Ofício.

Esse processo de verificação produziu inúmeras fontes históricas, que ajudaram Ribeiro (2019) a identificar ancestralidade indígena. Entretanto, os comissários ignoraram o fato evidente e a declararam branca, cor para o acesso aos privilégios da elite, mesmo que fosse incoerente; o status social e os bens materiais eram diferenciadores apreciados pela elite colonial e imperial brasileira.

Os estudos sobre o tronco familiar de Ana Francisca deram-se por diversas fontes históricas diretas, cruzadas e constatadas. Através delas, o autor confirma a base e a formação da estrutura da Fazenda Campo Seco, que foi uma importante fazenda a ponto de impactar positivamente a economia da província da Bahia. A opulência do sobrado do Brejo, sede da fazenda, que dantes era creditada somente ao marido de Ana Francisca, Miguel Lourenço de Almeida, revela-se um equívoco.

Os fatos e informações históricas dos séculos XVII, XVIII e XIX comprovam que a formação e a estruturação da Fazenda Campo Seco tiveram como base o empenho, o conhecimento e a dedicação do trabalho feminino.

Em resumo, sobre Ana Francisca, Ribeiro (2019) afirma:

A trajetória de Ana Francisca significou a sedimentação cultural do trabalho feminino, transmitido lentamente pelas gerações anteriores, cujo percurso, ao passo que se confundiu com o processo de expansão da colonização, apresentou raízes históricas, fincadas na ancestralidade miscigenada do tronco familiar. (Ribeiro, 2019, p. 19)

As mulheres, que compuseram o tronco familiar de Ana Francisca, enunciadas por Ribeiro (2019) são: Joana de Sá, sua Bisavó, casada com Francisco de Brito Gondim, descendentes diretos dos primeiros colonizadores em Pernambuco e em ambos manifestavam, os efeitos do processo de miscigenação étnico cultural no séc. XVII[1].

[1] Ribeiro (2019), apresenta afirmações com base nas pesquisas historiográficas em Freyre e outros historiadores como Vainfaz e Souza, argumentando que a miscigenação no século XVII, na região atual pernambucana, diante o número ínfimo de europeus, sobretudo das mulheres europeias e das estruturas menos púdicas relacionais das culturas indígenas, o processo de uma “sociabilidade híbrida” resultou em intensa mestiçagem.

E foi a partir de sua avó Theodora de Brito Gondim, casada com o português João Pinheiro de Azevedo, que se iniciou, na primeira década do século XVIII, o deslocamento em direção ao sertão, fixando-se em Santo Antônio do Urubu de Cima. Já a sua mãe, Micaela Maria de Jesus, em meados do século XVIII, deslocou-se para a região da Vila do Rio de Contas (entre Brumado e Caetité), onde ali estabeleceram as estruturas fundamentais da apoteótica Fazenda Campo Seco. Abaixo, um mapa retratando os termos e vilas percorridos e vivenciados pela família materna de Ana Francisca.

Mapa do percurso familiar de Ana Francisca da Silva



FONTE: (Ribeiro, 2019, p. 100)

As instabilidades de fixação vivenciadas por essas mulheres revelam que o povoamento e a colonização luso-brasileira desse território foram marcados, para além das dificuldades dos distanciamentos em relação ao litoral, como também pelos conflitos e disputas territoriais e de fronteiras, diante das resistências indígenas. Foram, como argumenta Ribeiro (2019), diante dos estudos anteriores de outros historiadores, “as ações femininas nessas zonas instáveis da expansão colonial” (2019, p. 20).

As mulheres da família materna de Ana Francisca manifestam, nos esforços de viabilizarem as fazendas e consequentemente suas famílias, aplicações de conhecimentos herdados, além de adaptações dos mesmos, perante as vivências e as novas experiências para lidar com as atividades agrícolas ligadas ao cultivo do tabaco^[1], atividades de subsistência^[2] e da criação de gado e posteriormente de algodão.

Sobre os homens da parte materna de Ana Francisca, as informações elucidadas por Ribeiro (2019) podem ser assim resumidas: o seu bisavô Francisco de Brito Gondim e o avô João Pinheiro de Azevedo deixaram suas esposas tomando conta das fazendas e partiram para a região do Sertão de Cima, nos termos de Jacobina e Rio de Contas; disputavam terras, expulsando e participando de extermínios indígenas, e aventuraram-se nas atividades mineradoras. Ausentes por longos anos de suas famílias, alguns deles tiveram relações e filhos não reconhecidos. Já as mulheres tiveram sobre si o peso da liberdade vigiada, porém utilizaram das autonomias nas decisões administrativas, agrícolas, de comercialização das fazendas e das articulações sociais nos arranjos matrimoniais das filhas e para si mesmas, por tornarem-se viúvas ainda jovens, como foi o caso de Micaela.

[1] Ribeiro (2019) apresenta informações históricas, que tanto o plantio presente desde Joana de Sá, quanto Theodora, as experiências com o Tabaco, sendo esta de origem americana e comumente cultivadas pelos indígenas, sobretudo as mulheres indígenas policulturas para manutenção e sustento próprio e criação do gado cavalar (bovinos e cavalos), baseados nos trabalhos escravos indígenas e africana. As atividades foram comumente práticas na região de Inhambupe muitas outras do Brasil colônia dos séculos XVII e XVIII.

[2] Ribeiro (2019) “... plantio de produtos para abastecimento e subsistência, como feijão, mandioca e cana para fabricação de rapadura” (Ribeiro, 2019, p. 105).

Imagem do Sotrado do Bicho do campo seco



Fonte: GEGGIG

FONTE: <http://www5.uefs.br/cedohs/campo seco/>

Já quanto ao marido de Ana Francisca, Miguel Lourenço de Almeida, Ribeiro (2019) apresenta em resumo da seguinte forma: um ambicioso português, nasceu pobre em Portugal, mas sempre buscou ascender socialmente; migrou para a colônia brasileira na intenção de aproveitar as oportunidades; empenhou-se principalmente em representar os interesses de outros da corte nos diversos tipos de atividades comerciais nas capitanias da Bahia e de Minas Gerais. Tornou-se escrivão do juizado de órfãos e combinou comercialmente com Micaela, pouco antes do falecimento dela, o casamento com Ana Francisca, sendo ela ainda criança com 09 anos de idade, e consolidou o matrimônio quando completou 15 anos e ele 47 anos. Ele fixou residência na Fazenda Campo Seco quando ainda Micaela era viva.

Histórias cruzadas de outras mulheres em Ribeiro (2019)



Maria da Costa Dias

Um dos relatos das primeiras décadas do século XVIII de Inhambuque (vila que demarcava a direção para os sertões baianos) encontrados nas fontes na pesquisa de Ribeiro (2019) foi o de uma viúva de João Dias Rabello, que ousadamente requereu diretamente ao rei de Portugal solicitando a confirmação e a garantia da posse de terras entre os rios Inhambuque e Subaúma como direito à transmissão dos bens para si e seus descendentes. Alegou que ela e o esposo trabalharam arduamente e possuíam alvará. As fontes históricas e as pesquisas históricas anteriores afirmam que a mesma possuía ainda mais três sítios após a querela, comprovando a prosperidade na aquisição de novos bens após a morte do marido.

Maria da Costa Dias é um dos exemplos das ações femininas que, mesmo diante de estruturas legais do século XVIII que dificultavam às mulheres a posse e a gestão de seus bens e que oficialmente precisavam geralmente de representações masculinas, muitas das mulheres, em suas trajetórias de vida, sobretudo nos sertões, onde as estratégias eram urgentes e extremamente necessárias, ampliavam as suas ações femininas. Como elucida Ribeiro (2019), as mulheres de posses de fazendas procuravam demonstrar alta moralidade e apego ao catolicismo da época, estando sempre presentes em casa e participando de parcerias com a igreja, muito eficientes nos trabalhos, criando e mantendo boas alianças com homens que buscavam manter status sociais e religiosos de reconhecimento de um bom homem.

Clara Gonçalves

Clara Gonçalves, preta forra, natural de Cabo Verde, foi escrava de Pedro Leolino Mariz [1] na Fazenda do Brejo das Carneiras [2] e, alforriada, contraiu matrimônio, na primeira metade do século XVIII, com Mathias João da Costa [3], imigrante português, e tiveram 11 filhos, alguns deles antes do casamento. Sobre a condição do início desse relacionamento, Ribeiro (2019) traz desconfianças da natureza, talvez inicialmente, ter sido imposta, já que Mathias desfrutava de muitas das benesses do seu comandante, o qual era dono de Clara, além das relações desiguais entre os gêneros, que caracterizam o período histórico.

[1] Pedro Leolino Mariz é um sujeito histórico, que, segundo Ivo (2012), foi um dos homens de “valores” e de “fronteira” que representavam a coroa portuguesa na América Portuguesa para administrar, explorar, combater os indígenas e outras ameaças à coroa portuguesa, além de desbravar as terras dos sertões de Minas e da Bahia.

[2] Inserir Informações Da Faz. Brejo das Carnaibas, atualmente corresponde os territórios entre as cidades de Guanambi e Igaporã, pertencia a Pedro Leolino Mariz, permitiam que andantes e tropeiros pudessem desfrutar de paradas e

[3] Segundo Ribeiro (2019), Mathias João da Costa, de origem de Arcebispo de Braga era um dos desbravadores dos sertões subordinado a Pedro Leolino Mariz, prestando serviços e parcerias nos embates com os indígenas, abrindo picadas de estradas, condução de produtos minerais e demais produtos ao comando do era homem destemido e obediente a Pedro Leolino Mariz.

Ribeiro (2019) expõe que, apesar dos diversos e hostis desafios enfrentados por Clara por viver na condição de escravidão no Sertão de Cima nas primeiras décadas do século XVIII, ela posteriormente tornou-se uma mulher forra extremamente rica. No seu inventário constam muitos bens, como: seis escravos, móveis, roupas finas, gados da Fazenda Carnaiba, lavouras diversas de alimentos de subsistência, aparelhos importantes para produção de rapadura e muitos outros objetos. Tais dados e outras confrontações de outras fontes revelam que muitos desses bens e a potencialização dos mesmos não foram adquiridos devido ao casamento, mas alguns deles terem sido conquistados ainda na condição de escrava, pelas suas habilidades em comercializar, administrar e cultivar as fazendas.

“A preta forra Clara”, como refere Ribeiro (2019, p. 112), é uma representação proporcionalmente pequena, se comparada ao número de indivíduos de condição semelhante, mas que atesta uma sociedade sertaneja de “dinâmicas sociais multidirecionais” (2019, p. 112) e confirma a afirmação de Ivo (2012) dos sertões de mobilidades diversas e a afirmação de Paiva (2023) das interações e fusões dos grupos sociais, manifestando as pluralidades; ao passo que as justaposições são acomodadas, estabelecem e mantêm os distanciamentos sociais. Clara foi uma das mulheres setecentistas que, pela sua trajetória de vida e as formas dos trabalhos desempenhados por ela, podemos ler e interpretar as formações das estruturas e funcionamentos das primeiras fazendas e consolidação da colonização portuguesa nos interiores dos sertões, na primeira metade do século XVIII.

FRAGMENTOS DE VIDA DAS MULHERES NOS SERTÕES BAIANO DO SÉCULO XIX - EM NEVES (2012) E PIRES (2010)

Identifica os fragmentos do viver e trabalhar das mulheres que viveram no Sertão de Cima em Neves (2012) e em Pires (2010). As obras historiográficas citadas não focam nas trajetórias das mulheres do Sertão da Ressaca e do Sertão de Cima da Bahia, mas visam explorar as experiências socioeconômicas das comunidades sertanistas, sobretudo a exploração da mão de obra escrava no século XIX. No entanto, este trabalho propõe perceber, dentro destes recortes espaciais e do tempo histórico, as condições dos modos de viver e trabalhar das mulheres desses sertões baianos.

Tendo o foco nas ações femininas do século XIX, Verona (2013) informa sobre as mulheres, em especial as cariocas, e a ampliação socialmente aceitável do agir feminino nos espaços sociais de circulação, inclusive retratada nas vestimentas, pois nestas foram incorporadas peças de roupa com características para manifestar, no cotidiano, um parecer de elegância e delicadeza, atributos referidos às mulheres. Portanto, “adaptar-se às novas circunstâncias socioculturais que decorreram do processo crescente de europeização do gosto” (2013, p. 10), à medida que socialmente era aceita a ação e a circulação das mulheres, aparentemente impera a necessidade de manifestar, nos moldes de transitar nos espaços conquistados, demarcações que os validam às mulheres.

É preciso ressaltar que pesquisas como a de Ribeiro (2019) descrevem deslocamentos das mulheres pelos sertões da Bahia ainda no século XVIII, mas estas, devido às circunstâncias da consolidação da ocupação territorial da colônia portuguesa, ao se empenharem nas suas árduas e solitárias atribuições mais ampliadas dos trabalhos diários, inevitavelmente tiveram um certo nível de autonomia de circulação. Embora estas sempre eram feitas com justificativas, conhecimentos e autorizações, quando possíveis, dos homens familiares mais próximos, amenizando e combatendo preventivamente quaisquer críticas sociais normativas legais e dos costumes da época.

Neste sentido, antes de discorrer sobre o tema central desta dissertação, cabe ressaltar que Neves (2012), ao promover uma discussão historiográfica sobre a escravidão no sertão do século XIX, contribui para compreender, como afirma Ramos, “que Neves propõe descoordinar as especificidades da escravidão na pecuária e policultura sertaneja, lançando mão de uma abordagem socioeconômica” (2022, p. 162). E, ao fazê-lo, nos informa dados relevantes para a identificação das formas de trabalhar e agir de mulheres não apenas na condição de escravidão, mas como libertas, livres e das senhoras da elite, que atuavam seja na administração dos seus bens, seja na promoção de status e meios para os seus descendentes.

Neves (2012), ao analisar uma série de documentações encontradas principalmente no arquivo de Caetité, no Alto Sertão da Bahia, como testamentos, inventários, dentre outros, não apenas promoveu a ampliação do pensar sobre as ações e os impactos econômicos dos sertões da Bahia, como também a percepção desses sujeitos sociais, destacando informações históricas que comprovam as ações das mulheres nesse espaço social no século XIX. Pontuam-se os efeitos do tráfico interprovincial, mas, sobretudo, as leis abolicionistas, esclarecendo que as estratégias de resistências sutis para alcançar as alforrias foram utilizadas, principalmente entre as mulheres, os maiores indícios de alforrias conquistadas.

Os estudos de Neves (2012) apresentam dados que salientam as mulheres administradoras de fazendas, ainda no século XVIII, como é o exemplo de Joana da Silva Guedes de Brito, que, inclusive, um dos seus administradores e seus arrendatários possuíam uma grande quantidade de terras, “450 reses na fazenda de Caetité” (2012, p. 78), com inúmeras cabeças de gado. A senhora Joana tinha terras arrendadas tanto no Sertão da Ressaca quanto no Sertão da Mina Nova, dentre outras terras em alta quantidade nos sertões, sendo a maioria dedicada à criação de gado vacum, uma parte delas dedicada à atividade de policultura agrícola para manutenção e sustento da vida das fazendas e moedas de comércio com os tropeiros e andantes que por lá passavam, além de um quantitativo considerado de escravos.

É indubitavelmente enorme a mão de obra escrava nos sertões da Bahia, no século XIX, nas mais diversas atividades do Alto Sertão, como na pecuária, nos muitos afazeres dos serviços domésticos, nas lavouras de produção para o mercado exportador^[1] e para subsistência e mercado interno local. Não apenas nas grandes fazendas, mas também nas médias propriedades e até nas consideradas pequenas, com 25 reses, que basicamente configuravam trabalho agrícola familiar, porém consta o trabalho escravo e, na maioria das vezes, não possuíam supervisão, pois a relação descrita é fruto das complexidades subjetivas das relações sociais locais.

[1] A produção de algodão voltado para o mercado exportador, ou seja, “a cottonicultura destacou-se por destinar uma parcela significativa da produção para o mercado externo, até que se instalassem indústrias têxteis no Império (Neves, 2012, p. 88-89).

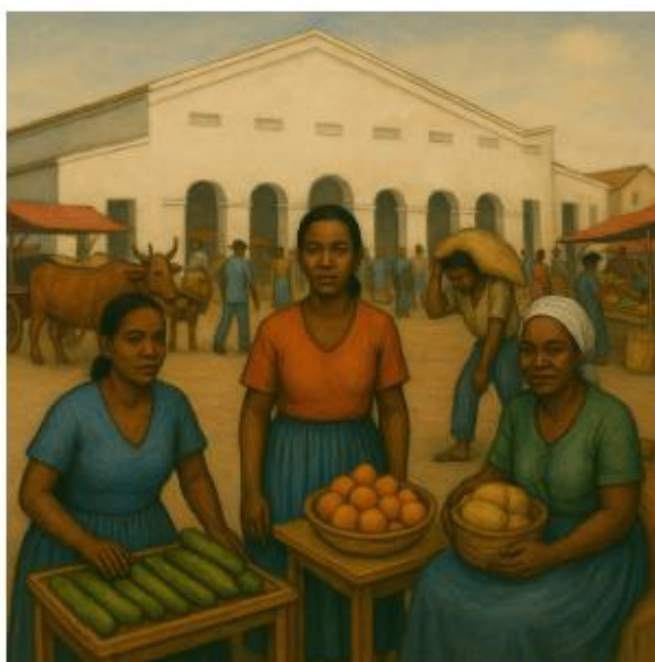
Nesse modo, adapta-se aqui a tabela de profissões empenhadas pelos escravos nos sertões, apresentada por Neves (2012), evidenciando abaixo apenas os trabalhos femininos profissionais. A “Tabela III – Profissões de escravos indicados em inventários de senhores, escrituras comerciais e cartas de liberdade – Caetité, 1801-1888” (Neves, 2012, p. 88). Ele construiu a tabela com dados das fontes, incluindo e que as escrituras de compra e venda dos períodos de 1838-1888.

Tabela profissões evidenciando trabalho direcionada as escravas

PROFISSÕES	INVENTÁRIOS		ESCRITURAS		LIBERDADES	
	N	%	N	%	N	%
Domésticos	39	13,0	54	36,5	2	13,3
Costureiras	21	7,0	4	2,7	-	-
Rendeira	8	2,6	-	-	-	-
Fandeiras	2	0,7	1	0,7	-	-
Tecelãs	2	0,7	-	-	-	-
Lavadeira	1	0,3	5	3,4	3	20,0
Sem informação	2295		1608		995	
Total	2596	100,0	1756	100,0	1010	100,0

FONTE: de Neves (2012, p. 88)

Imagens ilustrativas representando o lidar das mulheres escravas, forras e livres do Alto Sertão da Bahia no século XIX



Imagens acima meramente ilustrativas - representando as profissões.
Fonte: ilustração oriada em aplicativo de IAs por Queôma Carvalho

Não diferentes, Neves (2012) e Pires (2010) não têm as mulheres como meta principal da sua pesquisa, mas as complexidades das relações sociais na estrutura da escravidão, as resistências, as leis abolicionistas e o fim da escravidão no Alto Sertão da Bahia no século XIX, no contexto histórico do Tráfico Interprovincial. Sendo assim, suas interpretações permitem um panorama amplo para a percepção do agir de mulheres dos diferentes grupos sociais e entender as mulheres como agentes do protagonismo de resistências de variadas versões, percebidas ao se ampliar e analisar pelas vivências escravas[1].

Quando Pires (2010) apresenta os dados da análise feita sobre “o comércio de escravos em Rio de Contas e Caetitê”, revelam-se a superioridade da negociação em Caetitê e a classificação dos preços das escravas serem menores do que os dos escravos, devido à principal finalidade do uso da mão de obra, destinada às lavouras dos cafezais na região sudeste do Brasil, assim também “indiciam vitalidade da escravidão no alto sertão baiano às vésperas da abolição” (2010, p. 42).

[1] Afirma Pires (2010): “As vivências escravas, naquilo que revelam do seu modo de ser e de ver as coisas, são menos tangíveis e é sempre mais difícil frequentá-las. Nessa medida, os processos criminais abrem algumas possibilidades para o alcance dessa perspectiva. Todavia, é necessário assentá-la em sua temporalidade a fim de contextualizar tensões e arranjos cotidianos, valiosos indícios da vida social, indispensáveis às tentativas de reconstituição da trajetória de tantos anônimos para história” (2010, p. 17).

Nesta perspectiva, Pires (2010) destaca desagregações familiares e tormentas a partir das análises dos registros de notas de tabelionato, negociações, inventários e outros documentos dos arquivos públicos de Caetitê. Como o trecho abaixo destacado pela autora relata, a situação de vulnerabilidade social que o contexto histórico impunha a algumas mulheres.

Nas pesquisas historiográficas recentes, como em Pires (2010), mais especificamente na página 43, há uma análise de como traficantes do tráfico interprovincial de escravos utilizavam de expertezas para comercializar crianças em condição escrava.

AS AÇÕES DAS MULHERES LIVRES – GRANDES E MÉDIAS FAZENDEIRAS

A pesquisadora Pires (2010), para além de examinar as relações socioeconômicas gerais da época, fornece contundentes evidências das múltiplas ações das mulheres livres fazendeiras de grande e médio porte como agentes comerciais ativas na comercialização de escravos nos sertões da Bahia. Registros encontrados nos arquivos de Rio de Contas informam nomes de senhoras, tanto na categoria de compradoras como de vendedoras, como “Bibiana Maria de Miranda, com três registros de venda assinalados na década de 1870-80, e Custódia Vieira do Bonfim, com dois registros de compra na década de 1870” (2010, p. 56).

Assim como essas duas mulheres acima citadas, tratavam-se de senhoras da elite viúvas lidando com as relações comerciais naturalizadas pelo contexto histórico e alguns desafios, como sinaliza a autora no caso de Bibiana, sobre os pertences deixados ao seu comando após as mortes de seus falecidos maridos, na maioria dos casos, e resistindo às estruturas patriarcais do seu contexto histórico.

Dentre as ações das senhoras da elite sertaneja, destacavam-se as concessões de cartas de alforria condicionadas. Essas alforrias, embora mitigassem parcialmente o peso da escravidão, mantinham os libertos submetidos ao serviço por tempo determinado ou até mesmo pelo resto da vida de suas senhoras. Como exemplificado por Pires (2010), era comum que alforrias de filhos de escravas fossem concedidas “pelo muito amor”, mas sob a condição explícita de servir “enquanto for viva”, revelando assim uma estratégia de perpetuação do domínio por parte das elites proprietárias.

Em contextos de precariedade econômica, algumas senhoras utilizavam as alforrias condicionadas como mecanismo para assegurar assistência sem arcar com os custos de manutenção de escravos. É o caso analisado por Pires (2010) de Olympia Carvalho que, abandonada pelo marido e em situação financeira crítica, concedeu alforria a duas crianças escravas – Benvenuto e Benedicta – que herdaria do pai, impondo a condição de que a servissem até completarem 25 anos de idade. Essa prática demonstra como a concessão de liberdade era instrumentalizada para manter relações de dependência e suprir necessidades econômicas das proprietárias.

Pires (2010) destaca Maria Rosa de Jesus e Francisca Maria do Nascimento como mulheres com poucos recursos, exemplos de pequenas sitiantes que utilizaram lavouras de subsistência com plantio caracterizado pela diversidade agrícola e criação de poucos animais. Através de trabalho pesado e contínuo, atuavam e se organizavam para viver nos sertões da Bahia, e essas práticas contribuíram para o início do cultivo do café. “Alguns autos revelam a diversidade da produção agrícola e são sugestivos da importância da introdução dessa nova cultura na região” (2010, p. 179).

ESTRATÉGIAS PARA A LIBERDADE

As estratégias para liberdade no contexto sertanejo manifestavam-se tanto nas ações cotidianas quanto nas negociações formais. Pires (2010) demonstra que, desde a infância, as meninas eram direcionadas aos serviços domésticos, aprendendo atividades como costura e lavoura, enquanto a autora também reflete sobre a privação do brincar e a negação de paternidade como mecanismos de controle. Essas condições, somadas às opressões do cotidiano, forjaram arranjos e sutilezas relacionais que serviram como base para estratégias de resistência e reinterpretação das normas por parte dos grupos marginalizados.

Os esforços pela liberdade materializavam-se concretamente nas alforrias concedidas, que refletiam tanto a capacidade de aproveitamento de oportunidades quanto as ações persistentes das mulheres libertas. Como evidência quantitativa dessas estratégias, Pires (2010) expõe os dados da Tabela 4 – Escravos alforriados (gênero e idade), Rio de Contas – 1870-1888, demonstrando como essas conquistas eram fruto de complexas experiências de negociação e sobrevivência no espaço sertanejo.

Tabela - Escravos alforriados (gênero e idade), Rio de Contas – 1870-1888.

Escravos						
Homens				Mulheres		
Década	1870	1880	Total	1870	1880	Total
Adultos	72	35	107	92	57	149
(%)	51,4	83,3	58,8	60,9	77	66,2
Crianças	41	-	41	41	09	50
(%)	29,3	-	22,5	27,2	12,2	22,2
Idoso	27	07	34	18	08	26
(%)	19,3	16,7	18,7	11,9	10,8	11,6
Total	140	42	182	151	74	225
(%)	34,4	10,3	44,7	37,1	18,2	55,3

FONTE: Pires (2010, p.77).

Quanto à distribuição de alforrias por gênero, os dados analisados por Pires (2010) revelam que as mulheres foram as principais beneficiárias nas décadas de 1870 e 1880, exceto entre os idosos, onde os homens apresentaram ligeira vantagem. Essa exceção pode ser atribuída à funcionalidade mantida pelas mulheres idosas nos serviços domésticos, como cuidados com crianças, preparo de alimentos e supervisão de outras escravas, tornando-as menos propensas à alforria nessa faixa etária.

Apesar do crescimento no número de libertos, Pires (2010) demonstra que o trabalho escravo permaneceu crucial para economia sertaneja até a véspera da abolição em 1888. Este contexto perpetuou diversas formas de resistência, especialmente entre mulheres escravas, cujas estratégias incluíam desde negociações por alforria até a manutenção intencional de vínculos familiares como ato de preservação identitária e sobrevivência.

As ações resistentes manifestavam-se particularmente na esfera familiar, onde mulheres escravizadas buscavam constituir e manter famílias, estabelecendo acordos com senhores e poupando recursos para comprar alforrias. Essas práticas, documentadas por Pires (2010) através de registros históricos, revelam como a formação de laços familiares funcionava simultaneamente como estratégia de afronta ao sistema escravista e como projeto de liberdade futura.

Portanto, os registros de casamentos entre escravizados, como documentados por Pires (2010), revelam que a formação de famílias constituía uma estratégia consciente de resistência e negociação perante os senhores. Apesar dos riscos impostos pelo tráfico interprovincial – que frequentemente dissolvia esses laços através de transações comerciais –, manter vínculos familiares representava não apenas uma forma de afeto e permanência territorial, mas também um canal crucial para alcançar a alforria, transformando o espaço doméstico em um campo de batalha silencioso pela liberdade.

Ao analisar as experiências de escravas e libertas através das redes de convívio e sobrevivência, tem-se a intenção e a preocupação de tornar visíveis e apresentá-las como pontos de reflexão as experiências sociais de sujeitos marginalizados. Portanto, ao salientar as ações femininas na pesquisa de Pires (2010), amplia-se a discussão sobre os percursos, as formas de viver, de sentir, as resistências diárias e as relações de apoio e opressões presentes no cotidiano conectado e complexo dos sertões da Bahia.

Dando continuidade, ao perceber as mulheres marginalizadas em Pires (2010), nota-se as migrações constantes, as movimentações e o convívio entre as populações mais pobres, sobretudo na “direção à Chapada Diamantina, ao Sertão da Ressaca, ao Sul da Bahia... retornando assim que possível” (2010, p. 185). E, em meio aos processos criminais, Pires (2010), ao analisar registros de instâncias jurídicas, identificou casos relacionados a sujeitos marginalizados que, devido às redes de apoio e de sobrevivência das complexas relações sociais, tiveram em alguns casos “procedimentos favoráveis à emancipação própria ou em favor de parentes e amigos” (2010, p. 187).

Como demonstra o trecho a seguir de um inquérito de 1893 analisado por Pires (2010, p. 188): “Se Philomena assim como Genésio e sua irmã são bons procedidos, amantes da ordem ou se gostam de promover desordem e inquietar o sossego público? Que Philomena é uma mulher muito bem procedida e pacífica, mas que Genésio e sua irmã gostam sempre de andarem com barulhos e promovendo desordem”.

O que Pires (2010) apresenta acima é que a circularização de escravos, libertos e livres era comum, constante e havia uma certa rede de apoio entre alguns senhores e sujeitos marginalizados. Revelando as “mútuas relações pessoais de afeto e amizade...” (2010, p. 192), que se davam entre os diferentes sujeitos sociais, pois é no cotidiano que as redes de relações mostram-se tão cheias de emaranhados, sutilezas, união, mas também de contrastes e tensões.

Dando continuidade à análise das dinâmicas de poder no contexto escravista, os processos criminais estudados por Pires (2010) revelam que os castigos físicos brutais infligidos a escravos eram sistematicamente justificados como “pedagógicos” pelos senhores, com profundo viés de controle social. O caso emblemático de Joanna – espancada mortalmente por seu senhor Francisco da Luz em 1888, mesmo estando em resguardo pós-parto – demonstra a crueldade institucionalizada, agravada pela impunidade do agressor, que sequer foi formalmente inquirido pela justiça, evidenciando a convivência do sistema com a violência escravista.

A naturalização da violência extrapolava o universo adulto, atingindo também crianças escravizadas, como exemplificado pela morte da escravinha Maria, cuja senhora, Anna Francisca do Bonfim, defendia os maus-tratos sob alegação de que a criança “sempre doente e comia terra”. Este caso, entre outros documentados, ilustra como a justiça negligenciava brutalidades contra escravizados, tratando vítimas como “desobedientes” e ignorando o caráter homicida das agressões.

A impunidade era sustentada por mecanismos legais que desqualificavam testemunhas escravizadas e libertas, enquanto depoimentos de vizinhos e profissionais livres (como a ganhadeira Anna Joaquina e o ferreiro Antonio Francisco) eram sistematicamente desconsiderados. Esses registros não apenas expõem a barbárie do sistema, mas também revelam redes de solidariedade marginalizadas que tentavam, sem sucesso, desafiar a estrutura de poder vigente.

Complementando a análise sobre as relações de poder pós-abolição, Pires (2010) demonstra que o domínio senhorial persistia mesmo sobre libertos, como no caso de Inocência Maria de Jesus, forta agredida por ordem da fazendeira Dona Florentina em Caetité. A autora revela como o sistema judicial perpetuava essa opressão: mulheres fortas não podiam ser reconhecidas como vítimas de violência doméstica quando o agressor era o marido, evidenciando a continuidade das estruturas de controle após a alforria.

No âmbito econômico, as mulheres sertanejas – sejam senhoras, pobres livres, fortas ou escravas – desenvolviam intensa atividade produtiva, atuando desde serviços domésticos e artesanato (como fiação e costura) até a produção de alimentos básicos como beiju e biscoitos de goma. Essa multifuncionalidade era estratégia vital para garantir a sobrevivência familiar no contexto socioeconômico adverso dos sertões, transcendendo as barreiras impostas por sua condição de gênero e classe.

Quanto à resistência cotidiana, as fontes analisadas por Pires (2010) atestam que essas mulheres enfrentavam a vida social com coragem, criando seus filhos muitas vezes sem companheiros. Suas trajetórias foram marcadas por notável versatilidade e engenhosidade para superar não apenas limitações econômicas, mas também normas culturais restritivas e valores sociais opressivos.

No entanto, a violência de gênero permanecia como ameaça constante, como evidenciam dois casos judiciais: Sebastiana, fiandeira agredida por recusar avanços amorosos, e Maria de Jesus, vítima das desconfianças e violência do próprio marido. Estes exemplos ilustram como a condição feminina as expunha a agressões tanto em espaços públicos quanto domésticos, com poucos mecanismos de proteção legal.

Por fim, a implementação da Lei Áurea encontrou resistência entre elites sertanejas, que, mesmo cientes das mudanças iminentes, não se prepararam para a transição. Muitos fazendeiros, como os Cangussús da fazenda Brejo do Campo Seco, lamentaram com saudosismo o fim da escravidão, atribuindo-lhe crises financeiras – demonstrando assim a persistência de mentalidades escravistas mesmo após a abolição legal.

Como destaca Pires (2010), para a maioria dos fazendeiros sertanejos, a abolição representou a perda do "bem" mais valioso de seus espólios (p. 253). Essa percepção ecoou nas páginas do jornal "A Pena" e nas crônicas de João Gomes, que atribuíam à abolição tanto as crises financeiras quanto o êxodo populacional para o centro-sul. Tais efeitos, contudo, foram intensificados pela ausência de organizações políticas e sociais, agravadas pelas severas estiagens que assolavam a região.

Apesar desse cenário aparentemente desfavorável, Pires (2010) demonstra que a vida econômica do alto sertão manteve seu ritmo pós-abolição, em padrões próximos aos do período anterior (p. 269). Além disso, a autora observa que "os costumes e hábitos dos moradores das roças praticamente não se diferenciavam daqueles que viviam nas pequenas cidades do alto sertão" (p. 270), indicando certa continuidade sociocultural.

Sob uma perspectiva mais abrangente, a pesquisa de Pires (2010) possibilita reconstruir o passado sertanejo através de uma abordagem que valoriza a agência feminina. Seu trabalho amplia o foco para as mulheres pobres, negras, escravizadas e libertas – maior segmento populacional historicamente negligenciado tanto como fontes quanto como objeto de estudo na historiografia tradicional.

Dessa forma, a autora não apenas revela as múltiplas formas de atuação dessas mulheres em diversas conjunturas, mas também restitui sua presença histórica, demonstrando como seus percursos compõem um panorama essencial para compreender as dinâmicas sociais e econômicas dos sertões baianos para além das elites agrárias.

Exemplo de Aula Histórica

Tema: A presença feminina na formação territorial do sertão da Bahia

Apresentação inicial

1. Carga Horária Total : 05 aulas

2. Etapa de ensino: Ensino Médio

3. Ano: 2ª série Ensino Médio

4. Idade aproximada dos estudantes: 17 anos

5. Conteúdo Histórico: O processo de interiorização e ampliação do território da América portuguesa: criação de gado no sertão nordestino e no sul, drogas do sertão, atuação jesuíta e mineração.

6. Recorte temático: Os diferentes ações de diversas mulheres no processo de ocupação e formação dos territórios dos sertões da Bahia: Ressaca e do Alto Sertão.

7. Objetivos dos conteúdos substantivos / Objetos de Conhecimento

- Identificar as contribuições das fazendas de gado e a mineração na formação e ocupação no processo de interiorização e da ampliação do território da América portuguesa;
- Reconhecer a relevância e as pluralidades do agir feminino na consolidação da ocupação do interior do território da colônia na América portuguesa;
- Entender as relações sociais na sociedade colonial e a estrutura patriarcal no interior da colônia nos séculos XVII e XVIII e a sociedade colonial;
- Refletir sobre as diferentes experiências de vida e das relações trabalho dos diferentes sujeitos históricos dos sertões da Bahia durante o processo de interiorização do Brasil colônia.

8. Objetivos de segunda ordem

- Estimular a capacidade de refletir sobre o agir restrito e generalista apontados as mulheres pelas narrativas tradicionais e estabelecer uma análise dos diferentes atores feminino narrados em historiografias atuais, como Ribeiro (2019) e Ivo (2012), sob processo de interiorização do Brasil colônia dos séculos XVII e XVIII. Aguçando diálogos possibilitem reconstruir diferentes cenários relacionais das experiências das mulheres do Alto Sertão baiano no século XVIII como sujeitos históricos plenos, compreendendo o conhecimento histórico como um processo complexo e conectado, que contribuem para a reinterpretação e ressignificar os diferentes discursos sobre as mulheres no presente para promoção de novas atitudes, que impactarão a sociedade posteriormente.

Aula 01

Tempo estimado: 1h aula = 50 minutos

Meta: Levantamento das pre-narrativas prévias sobre os sujeitos ativos; espaços geográfico e das atividades socioeconômicas e culturais: investigar quem os estudantes identificam como sujeitos ativos na construção dos espaços do interior baiano e a forma que foram constituídos. E perceber, após reflexões e análises a articulação do conteúdo, além de levantar os discursos tradicionais e do senso comum sobre o agir das mulheres no passado.

Atividade: Em grupos compostos de 04 membros analisar as imagens entregue e responder individualmente nos cadernos as questões propostas e selecionar uma imagem por grupo e expô-la na socialização, mediante as questões entregues ao grupo.

Prezado colega,

Os materiais sugeridos a seguir tem a seguinte intencionalidade:

- As seleções de imagens: é intencional que as representações visuais fornecidas aos grupos pouquíssimo inclui figuras humanas ou referências a elas em condição do senso comum.
- O objetivo é observar se os estudantes, espontaneamente, identificam e incluem mulheres como agentes ativos na construção desses espaços geográficos e socioeconômicos. Essa abordagem permite diagnosticar até que ponto as narrativas tradicionais – que frequentemente omitem ou invisibilizam a atuação feminina – estão internalizadas no imaginário dos estudantes.

1º Momento em grupo 15 minutos

Entrega das imagens (sugestão de duas imagens, uma representando o passado histórico e outra, os símbolos de um ou mais município local ou município circunvizinhos e as questões a serem anotadas e respondidas no caderno, que servirão na socialização).

Perguntas reflexivas para análise das imagens

- Vocês reconhecem as representações dos espaços geográficos?
- Esses espaços ficam próximos ou longe da região litorânea?
- Vocês acreditam que esses espaços territoriais sempre tiveram os mesmos contornos (limites e fronteiras) que tem hoje?
- Vocês imaginam quando ocorreram as primeiras ocupações desses espaços?
- Vocês conseguem informar quais foram as atividades econômicas utilizadas como meios de viabilizar a vida longe do litoral?
- Quais elementos culturais atuais da região estão presentes nas imagens?
- Você consegue identificar as representações dos sujeitos sociais?
- Para você eles podem ser considerados os protagonistas na formação e consolidação desses territórios? Justifique sua resposta.

Fonte 1:



FONTE: (Ribeiro, 2019, p. 100)

Fonte 2:



Fotografia do Parque Municipal de Guanambi, 2025.

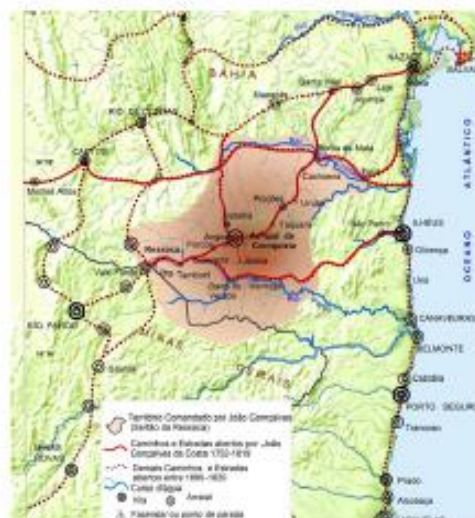
Fonte 3:



Brasão atual do município de Palmas de Monte Alto, Bahia, Fonte: imagem retirada do documento da Lei Orgânica de Palmas de Monte Alto 3ª edição, 2022.

<https://procedebahia.com.br/palmasdemontesito/publicacoes/Diario%20Oficial%20-%20PREFEITURA%20MUNICIPAL%20DE%20PALMAS%20DE%20MONTE%20ALTO%20-%202023%20-%20Original.pdf>

Fonte: 4



Elaborado por Altermar Amaral Rocha com base em informações documentais do Arquivo Histórico ultramarino - Biblioteca Nacional - Brasil (2013) e do livro Viagem ao Brasil de Maximiliano - 1817 (1940), e do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015)
 FONTE: site - [O Papel De João Gonçalves Da Costa Na Produção Do Espaço Baiano - Entre Os Séculos XVIII e XIX As Origens Do Território De Vitória Da Conquista](#)

Fonte: 5



Brasão atual do município de Juazeiro (2025). Fonte: https://www.juazeiro.ba.gov.br/fotos/brasil_e_simbolos_oficiais-7

Fonte: 6



Brasão atual do município de Caetité utilizado na bandeira, site e documentos oficiais (2025)
 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%A3o_de_Caetit%C3%A9

Fonte: 7 - Quadrilha Junina do Colégio Estadual de Tempo Integral Anísio Teixeira da cidade de Palmas de Monte Alto, a primeira imagem trata-se de um dos anúncios, publicada no dia 18 de Junho, o convite à comunidade para apreciar no dia a apresentação da quadrilha (a 2ª imagem *print* do vídeo de apresentação) no dia 22 de Junho de 2025. Imagens retiradas do Instagram do colégio @anisioteixeiraespm em agosto de 2025



2º Momento da aula: 25 minutos

Cada grupo terá um tempo de 05 minutos para socializar as análises das imagens a partir das questões norteadoras e destacar a imagem que mais acharam relevante e justificar a escolha.

Cabe ao professor organizar a ordem das e pontuar no quadro pontos relevantes apresentados pelas equipes.

3º Momento da aula: 10 minutos

Após as apresentações, o professor poderá projetar uma reflexão ou ressaltar uma problemática abordada pelos grupos ou provocar relacionando a participação feminina na construção e consolidação desses espaços.

Pontos de sugestões para compor a fala do professor:

1. Quem os grupos apontaram como protagonistas;
2. Como descrevem os "protagonistas" (uso de linguagem neutra, masculinizada ou inclusiva);
3. Como, se assim o fizeram, os grupos mencionam a presença feminina;
4. Se associam atividades específicas (como cultivo, criação de animais, comércio ou gestão doméstica) a mulheres.

Aulas: 02

Tempo: 01 hora aula: tempo de 50 minutos

Meta: Estimular o desenvolvimento da Metacognição - Interpretação e análise de trechos de pesquisas historiográficas sobre as ações das mulheres na formação e consolidação dos espaços geográfico, socioeconômico e cultural na região.

Atividade: Leitura do texto conduzida por roteiro de leitura. As observações solicitadas pelo roteiro de leitura devem ser anotadas individualmente no caderno e, em seguida, socializadas das impressões coletadas dentro do grupo para, então, decidir coletivamente sobre a forma da apresentação artística livre do grupo.

1º Momento da aula: 05 minutos - Orientação geral

- Divisão dos grupos (sugestão 06 grupos - duplicidade dos textos)
- Informar os estudantes que os textos entregues terão que ser lidos e anotados os pontos dos roteiros de leitura no caderno;
- Entrega dos mesmos textos para cada grupo, juntamente com o roteiro de direcionamento de leitura;
- Entrega do Barema dos critérios avaliativos das apresentações futuras;
- Momento de leitura 20 minutos;
- Tempo de registrar as anotações da leitura: 10 minutos.

2º Momento da aula: 30 minutos - Leitura e anotações

- Entregar aos grupos do Barema com os critérios que serão avaliados:
- Textos selecionados de Ivo (2012) e Ribeiro (2019) retirados no material acima e impresso.
- **TEXTO 1: AS DIFERENTES MULHERES NOS SERTÕES DA BAHIA** (Baseado em Ivo, 2012 e Ribeiro, 2019)

Roteiro para leitura e reflexão do texto 1

- Quem eram essas mulheres e qual sua condição social (livre, escrava, forta)?
- Quais atividades econômicas elas desempenhavam? Liste-as.
- O que a trajetória de Clara Gonçalves, especificamente, nos revela sobre as possibilidades (mesmo que limitadas) de ascensão social para mulheres negras no período colonial?
- Compare as ações dessas mulheres com a ideia de que a mulher colonial estava restrita ao espaço doméstico. O que as fontes nos permitem questionar?
- É possível dizer que este conhecimento histórico nos ajuda a compreender alguma situação da contemporaneidade, perceber a continuidade e permanências das relações sociais?
- Quais pontos desses conhecimentos históricos contribuem para pensar nas relações atuais e repensar sobre a percepção sobre as mulheres?

- **TEXTO 2: AS MULHERES E SUAS FORMAS DE VIVER E TRABALHAR** (Baseado em Ivo, 2012 e Ribeiro, 2019)

Roteiro para leitura e reflexão do texto 2

- Quais eram os conhecimentos necessários para administrar uma fazenda? Eles se restringiam aos domésticos?
- Como o conceito de "readaptação de costumes" ajuda a entender a atuação econômica das mulheres, especialmente as de origem africana?
- De que forma o trabalho feminino foi fundamental não apenas para a sobrevivência, mas para a consolidação econômica das fazendas e, por extensão, do próprio território?
- Com base nos textos, quebrando que estereótipo sobre a mulher colonial podemos concluir?
- É possível dizer, que este conhecimento histórico nos ajuda a compreender alguma situação da contemporaneidade e perceber a continuidade e permanências das relações sociais?
- Quais pontos desses conhecimentos históricos contribui para pensar nas relações atuais e repensar sobre a percepção sobre as mulheres?

• **Texto 3: Histórias cruzadas de outras mulheres em Ribeiro (2019)**

Roteiro para leitura e reflexão do texto 3

- Quantas são as mulheres em destaque, quais são os seus perfis sociais? Houve alguma que vivenciou muitas transformações sociais?
- Que importâncias essas mulheres tiveram no processo de ocupação e consolidação dos espaços territoriais?
- Quais estratégias e ou habilidades demonstradas nos trechos das histórias de vidas dessas mulheres?
- No que as trajetórias de vida dessas mulheres contradiz o estereótipo tradicional ou do senso comum divulga sobre a imagem histórica sobre a mulher na nossa sociedade?
- É possível dizer que este conhecimento histórico nos ajuda a compreender alguma situação da contemporaneidade e perceber a continuidade e permanências das relações sociais?
- Quais pontos desses conhecimentos históricos contribui para pensar nas relações atuais e repensar sobre a percepção sobre as mulheres?

Barema dos critérios da avaliação da apresentação do grupo:

Crerérrios	Exigênci a	Peso
Fichamento no caderno dos textos	individual	0,5
Organização da equipe (clareza na comunicação, tom de voz/ audível e respeito as falas dos colegas)	individual	0,5
A apresentação contempla os pontos das quatro primeiras questões do roteiro de leitura?	coletivo	1,0
criatividade (utilizou - paródia, ou música autoral, ou desenhos, ou poesia, ou peça, jogral, ou mesmo o seminário objetivo e assertivo)	coletivo	1,0
Entendimento do sentido histórico do passado, presente e projeção de ações para o futuro (penúltima e ultima questão do roteiro de leitura)	coletivo	1,0

3º Momento da aula: 20 minutos - Para pensar numa forma de apresentação artística livre

- Os grupos socializando as ideias;
- Decisão do formato da apresentação
- entregar a cada grupo um chromebook ou outro recurso para ajudar a montar a apresentação

Aulas: 03

Tempo: 01 hora aula tempo de 50 minutos

Meta: Relacionar os conhecimentos históricos estudados e as relações sociais do grupo para manifestar a interpretação crítica na apresentação criativa, perspectivando a funcionalidade do conhecimento histórico na compreensão do presente.

Atividade: Socialização interna dos grupos para organização e ensaio da apresentação, com base nos critérios do barema avaliativo.

Momento da aula:

- Preparação das equipes

Sugestão de Ação para o Professor durante esta aula:

O professor atuar como mediador ou facilitador da compreensão dos textos:

- Ajudar nas dúvidas em relação ao assunto histórico ou dos critérios avaliativos
- Incentivar com a criatividade.
- Solicitar que atente para os critérios do barema.
- Mediar possíveis conflitos: Auxiliar na organização interna e divisão de tarefas para garantir a participação equitativa de todos os membros.

Aulas: 04

Tempo: 01 hora aula; tempo de 50 minutos

Meta: Avaliar a capacidade de síntese, articulação crítica dos estudantes ao apresentarem suas interpretações sobre as trajetórias de diversas das mulheres que circularam e contribuíram para a ocupação e formação dos sertões da Bahia no séculos XVII e XVIII.

Atividade: Apresentações das equipes: tempo das equipes de 03 a 05 minutos cada.

1º Momento da aula: 02 minutos

- Estabelecimento da ordem da apresentação
- Informar que na próxima aula ocorrerá a auto avaliação individual e feedback do professor

2º Momento da aula: 48 minutos

- Apresentação

Sugestão de Ação para o Professor durante esta aula:

- Esteja atento para preencher o barêma de cada grupo durante a apresentação;
- Zelar pela ordem da apresentação e cuidado para que o tempo de cada grupo não seja extrapolado;
- Esteja vigilante a possíveis erros conceituais e os esclareça gentilmente para toda a turma;
- É sempre bom reforçar e agradecer pelo empenho de cada grupo.

Aulas: 04

Tempo: 01 hora aula; tempo de 50 minutos

Meta: Promover atividade em equipe

Atividade: Apresentações das equipes: tempo das equipes de 03 a 05 minutos cada.

1º Momento da aula: 02 minutos

- Estabelecimento da ordem da apresentação
- Informar que na próxima aula ocorrerá a auto avaliação individual e feedback do professor

2º Momento da aula: 48 minutos

- Apresentação

Sugestão de Ação para o Professor durante esta aula:

- Esteja atento para preencher o barêma de cada grupo durante a apresentação;
- Zelar pela ordem da apresentação e cuidado para que o tempo de cada grupo não seja extrapolado;
- Esteja vigilante a possíveis erros conceituais e os esclareça gentilmente para toda a turma;
- É sempre bom reforçar e agradecer pelo empenho de cada grupo.

Sugestão acrescentar uma auto avaliação - Aula 05

Tempo: 50 minutos

Meta: Refletir individualmente e coletivamente sobre o processo da aprendizagem, entendendo que articulação do conhecimento histórico construído, as dificuldades superadas e a percepção da funcionalidade da História para compreender demandas sociais do presente e projetar futuros.

1º Momento - 20 minutos

- Resposta de forma individual e reflexiva o formulário da autoavaliação.

2º Momento - 30 minutos

roda de conversa -

Objetivo: Socializar as reflexões da autoavaliação de forma colaborativa

Roda de conversa:

- Sala em círculo ou semicírculo;
- Professor mediador = ressaltar a importância da reflexão coletiva sobre a construção do saber histórico da aula;
- Utilizar as perguntas da autoavaliação como perguntas norteadoras provocar os diálogos;
- Finalizar a roda solicitando de cada estudante uma palavra.

Autoavaliação das aulas anteriores individual

1. Identificação e problematização das protonarrativas

- Identifiquei e analisei as ideias prévias sobre o tema antes da pesquisa?
- () Sim () Não () Tive vergonha de falar () Fiquei perdido(a) no assunto;
- O que você achou sobre as imagens iniciais?
- () Achei coerentes () Achei desconexas
- () Fui entendendo o sentido e que de certa forma já sabia sobre o assunto

2. Pesquisa e análise crítica das fontes

- Identifiquei evidências históricas para confrontar estereótipos ou mitos sobre as ações das mulheres na consolidação do território?
- () Não acredito que as mulheres foram relevantes na construção da sociedade
- () Entendi que as mulheres agiam o tempo todo como sujeitos históricos ativos
- () Não consegui perceber as ações femininas
- Foram utilizados diferentes tipos de fontes (documentos, imagens, depoimentos)?
- () Sim, mas não consigo dizer direito () Não faço ideia
- () Foram interpretadas tanto imagens, quanto trechos de pesquisas de historiadores recente
- Discutimos a confiabilidade e o contexto das fontes selecionadas?
- () Nunca questiono o que o professor(a) entrega na sala de aula
- () Percebo que são bons textos/imagens, que são possíveis de interpretações
- () Achei os textos e imagens contraditórios
- O que você achou sobre o conhecimento histórico sobre as mulheres no processo consolidação do território?
- () Achei esclarecedor, pois nos ajuda a entender como as mulheres são percebida ainda hoje e nos ajuda a construir a sociedade do futuro
- () Achei desnecessário, pois não tem relação alguma com os dias de hoje
- () Acho que apenas os homens deveria ser estudados

3. Colaboração e diálogo no grupo

- Os membros contribuíam de forma equilibrada?
- () Sim () Não () A maioria () Apenas alguns
- Respeitamos e integramos diferentes pontos de vista durante as discussões?
- () Sim () Não () A maioria
- Conseguimos chegar a conclusões coletivas e construir uma proposta?
- () Foi difícil chegar a um acordo, pois havia muitas ideias boas
- () Foi difícil, pois ninguém queria colaborar, inclusive eu
- () Foi fácil, pois obedecemos um líder
- () Conseguimos estabelecer as conclusões depois que cada um expôs as interpretações

4. Produção do conhecimento histórico

- Nosso trabalho apresenta uma narrativa histórica bem fundamentada?
- () Não, apenas repetindo informações
- () Sim, pois conseguimos compreender os sentidos das informações históricas
- () Não sei dizer
- A forma de apresentação (poesia, peça, vídeo, paródia etc.) comunicou claramente nossa interpretação?
- () sim () não () acredito que deve para ser melhor

5. Reflexão sobre o passado e a carência do tempo presente

- Ao interpretar e contextualizar as estruturas do assunto, as informações históricas te ajudaram a compreender alguma demanda social do seu presente?
- () sim () não () para mim o passado não tem relação com o presente
- Identifique duas estruturas do seu presente, que você percebeu ao analisar as subjetividades e as complexidades foram compreendidas
- Ao estudar o passado a partir das relações das experiências do presente, quais perspectiva de futuro sobre o seu comportamento e para a sociedade pode ser projetado?

6. Dificuldades e superação

- Quais foram os maiores desafios enfrentados pela equipe?
- Como poderíamos melhorar nosso trabalho no futuro?

Referências

- ALVES, Gláucia da Rosa do Amaral & BECKER, Elsbeth Léia Spode. As Mulheres e a Historiografia. *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 1, pág. 115-128, 2018.
- BARCA, Isabel. Investigação em Educação Histórica: Possibilidades e Desafios para Aprendizagem Histórica. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia (organizadores). *Perspectivas de investigação em Educação Histórica*. Atas das VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica realizadas na Universidade Federal do Paraná, de 02 a 05 de agosto de 2006. Curitiba: Editora UTFPR, 2007. p. 26-42.
- BARROS, Flávio de. Lado norte de Canudos, à direita Igreja de S. Antônio e à esquerda Igreja de Bom Jesus. [fotografia]. 1897. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico Museu da República. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/cronologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-euclides-da-cunha/>. Acesso em: 16 ABR. 2025.
- Brasão do Estado da Bahia. [imagem digital]. Governo do Estado da Bahia, [sd]. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/>. Acesso em: 08 de maio. 2025.
- Brasão do Município de Canudos (BA). [imagem digital]. Prefeitura Municipal de Canudos, [sd]. Disponível em: <https://www.canudos.ba.gov.br/>. Acesso em: 08 de maio. 2025.
- Brasão do Município de Euclides da Cunha (BA). [imagem digital]. Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha, [sd]. Disponível em: <https://www.euclidesdacunha.ba.gov.br/>. Acesso em: 08 de maio. 2025.
- _____. Uma casa em Canudos. [fotografia]. 1897. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico Museu da República. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/cronologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-euclides-da-cunha/>. Acesso em: 16 ABR. 2025.
- CARVALHO, Quedma. Imagens ilustrativas representando o lidar das mulheres escravas, forras e livres do Alto Sertão da Bahia no século XIX. [imagens digitais geradas por inteligência artificial]. Bahia, maio de 2025. Inseridas no produto educacional da autora.
- _____. Letreiro do Parque Municipal de Guanambi. [fotografia]. Guanambi, pronto. 2025.
- CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS. In: DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia – versão final 2022. Subsecretário da Educação do Estado da Bahia. 2022. pág. 176-203.
- COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL ANÍSIO TEIXEIRA (Palmas de Monte Alto – BA). Quadrinha Junina do Colégio Estadual de Tempo Integral Anísio Teixeira. [imagens digitais]. Publicadas em 18 e 22 jun. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/anisioteixeiraoma/>. Acesso em: atrás. 2025.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Demarcações territoriais e cartografia - 3.1. Entre Minas e a Bahia: metamorfoses da mineração entre a riqueza material e a espiritual. In: PAIVA, Eduardo França (org.). *Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: Caravana, 2023. p. 123-137
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos, comércios e núcleos dos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- _____. Mulheres De Caminho: Circulações Comerciais e Mobilidade Social nos Sertões do Brasil Setecentista. In: *Eslavitud, escravidão: negros e indígenas na Ibero-américa (Séc. XVII –Séc. XIX)*. Solimar Oliveira Lima; Rodrigo Caetano Silva. (Organizadores)- Teresina: EDUFPI, 2024.
- FREITAS, Izis Pollyanna Teixeira Dias de. *Proposta de intervenção pedagógica e pesquisa na perspectiva da Aula Histórica: a gripe espanhola na Bahia*. [S. l.: sn], 2021.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SILVA, Benícia Oliveira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Ciência. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.) *Dicionário crítico de gênero*. prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 109-111.
- Mapa do Estado da Bahia. [mapa digital]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: AGOST. 2025.
- Mapa do Sertão Baiano – Localização de Canudos e Euclides da Cunha. [mapa digital]. Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Planejamento, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2024. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: AGOST. 2025.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

_____. Introdução e Relatório de Miguel Pereira da Costa ao vice-rei do Brasil. Em: _____; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Editora Arcádia, 2007a. pág. 9-31.

_____. Ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre o salitre dos Montes Altos. Em: _____; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Editora Arcádia, 2007b. pág. 121-153.

PAIVA, Eduardo França. Dinâmicas de mestiçagens. Em: _____ (org.). *Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: Caravana, 2023. p. 253-288.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2010.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838)*. 2019. 250f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2019.

SILVA, Zezito Rodrigues da. Uma vila na periferia do império: sociedade, território e poder no alto sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna de Caitete, 1810-1821). 2021. 380f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2021.

ROCHA, Altemar Amaral. *O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano – entre os séculos XVIII e XIX: as origens do território de Vitória da Conquista*. GEOPALTA, v. 2, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uesb.br/index.php/geo/article/view/7548> (ou o link exato do artigo, se diferente). Acesso em: 27 fev. 2025

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da história: fundamentos da ciência histórica como ciência*. Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007, 188p.

_____. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Tradução de Peter H. Rautmann, Caio da C. Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino. Curitiba: WA Editores, 2012.

_____. *Contribuições para uma teoria da didática da História*. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Resende (organizadores). Curitiba: WA Editores Ltda., 2016.

SSobrado Brejo do Campo. [fotografia]. [S. l.]: Centro de Documentação e Informação em História da Saúde (CEDOHS/UEFS), [sd]. Disponível em: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/>. Acesso em: AGOST. 2025

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Didática reconstrutivista da história*. Curitiba: CRV, 2020 online.

_____. *Aula histórica: uma metodologia para a didática reconstrutivista da história*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa (Org.). *Didática reconstrutivista da história*. Curitiba: WA, 2020, cap. 4. p.127-1057.

_____. *Percursos Dialógicos com Isabel Barca: A Crise da Transposição Didática e a Construção da Aula Histórica*. Vinte Anos das Jornadas Internacionais de Educação Histórica, Porto, 2021b, p. 17-32

SCOTT, J. *História das Mulheres*. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

SILVA, Cristiane Bereta da. *Conhecimento Histórico Escolar*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (organizadores). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019 p. 50-54

SOUZA, Solange Jobim e. Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: polifonia, alegoria e o conceito de verdade no discurso da ciência contemporânea. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 331-348